

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA A NOSSOS DIAS**

GIOVANA FIGUEIRA HERDY CALDEIRA

CAMPINAS
NOVEMBRO 2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GIOVANA FIGUEIRA HERDY CALDEIRA

**AS RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA A NOSSOS DIAS**

Dissertação de Mestrado submetida à banca
examinadora para obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr.
Reginaldo Carmello Correa de Moraes.

Este exemplar corresponde a versão final da
Dissertação defendida perante a Comissão
Julgadora. 18/11/2008.

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes
Prof^a Dr^a Janina Onuki
Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser
Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe
Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

CAMPINAS
NOVEMBRO 2008

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: _____
T/UNICAMP
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 80056
PROC 16P. 148. 09
C _____ D x
PREÇO 11,00
DATA 20-01-09
BIB-ID _____

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C127r **Caldeira, Giovana Figueira Herdy**
**As relações políticas e econômicas entre Brasil e Espanha da
transição democrática a nossos dias / Giovana Figueira Herdy
Caldeira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

Orientador: Reginaldo Carmello Correa de Moraes.
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Relações internacionais. 2. Política externa. 3. Brasil –
Relações exteriores – Espanha. 4. Espanha – Relações exteriores –
Brasil. I. Moraes, Reginaldo C. Correa de (Reginaldo Carmello
Correa de), 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cn\ifch)

**Título em inglês: Political and economic relations between Brazil and Spain
from the democratic transition to our days**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : International relations
Foreign policy
Brazil – Foreign relations – Spain
Spain – Foreign relations - Brazil**

Área de Concentração: Política Externa

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

**Banca examinadora: Reginaldo Carmello Correa de Moraes, Janina Onuki,
Reginaldo Mattar Nasser**

Data da defesa: 18-11-2008

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais San Tiago Dantas - SP

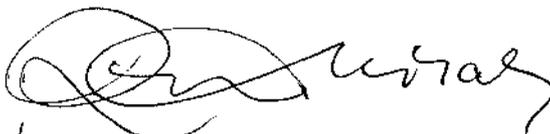
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GIOVANA FIGUEIRA HERDY CALDEIRA

AS RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA DA
TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA A NOSSOS DIAS

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora
para obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais, na Área de Política Externa, sob orientação
do Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Este exemplar corresponde à versão final da
Dissertação defendida perante a Comissão
Julgadora. 18/11/2008.

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes



Profª Drª Janina Onuki



Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser



Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

CAMPINAS
NOVEMBRO 2008

2008 01462

"Three passions, simple but overwhelmingly strong, have governed my life: the longing for love, the search for knowledge, and unbearable pity for the suffering of mankind."

Bertrand Russell

Aos meus pais, Miriam e Walmir,
pelo exemplo e amor.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem os apoios institucionais e pessoais, aos quais gostaria de agradecer.

Ao meu orientador, Professor Reginaldo Moraes, a quem sou grata por ter aceito minha orientação e por ter contribuído com idéias e críticas, acadêmicas e burocráticas, sem as quais esta dissertação nunca seria concretizada.

Agradeço meus pais, Miriam e Walmir, e ao meu irmão Luigi, pelo apoio e “puxões de orelha”.

A todos os professores do Programa San Tiago Dantas, pelo trabalho e dedicação ao estudo das Relações Internacionais no Brasil. Agradeço especialmente aos mestres Clodoaldo Bueno, Shiguenoli Miyamoto e Reginaldo Nasser pelo incentivo e amizade, mesmo quando parecia que tudo estava perdido.

A Giovana Vieira, pela paciência e apoio incondicionais.

A Gilvani Rodrigues, pelos constantes direcionamentos.

Aos Dantas e Dantescos, meus colegas de mestrado, pelas trocas de informações e pelos relatos de suas próprias experiências de pesquisa – essenciais para a reflexão sobre o meu trabalho, em especial os companheiros André Chaves, Leandro Monteiro, Fabricio Martins, Paulo Pereira e Thalia Lacerda, pelas orientações acadêmicas e pelos momentos de descontração.

Aos professores Janina Onuki e Luis Fernando Ayerbe, pelas críticas e sugestões apresentadas na banca de qualificação, de grande valia para o desenvolvimento final do texto.

A meus queridos amigos, pelo estímulo, pela confiança, e pela presença, mesmo nos momentos mais distantes: Antonio, Neiva, Ester, Carol Hatae, Andrea, Sergio Quito, Iramaia, Mirian, Caryn, Rossana e Felipe Massote.

A meu chefe, Enrique Hormaechea, por ajudar a encontrar bibliografia (e decifrá-la!) e me conceder tantos “dias livres” para que pudesse levar a cabo meu projeto de mestrado.

E finalmente ao Danilo, pelo “suporte técnico” e especialmente pelo carinho além da preterição.

RESUMO

As relações entre Brasil e Espanha tiveram escassa importância até meados dos anos 1970, quando, paralelamente aos respectivos processos democráticos, produziram-se uma abertura ao exterior e uma transformação econômica e social em ambos países que promoveram sua integração em um mundo cada vez mais globalizado.

A Espanha, por diversos fatores, um dos quais foi o grande fluxo de fundos recebidos da União Européia, teve um grande crescimento econômico, passando de país receptor de investimentos externos a país investidor no exterior. Tais investimentos foram especialmente dirigidos à América Latina - sendo o Brasil o país mais favorecido pelos mesmos - e concentraram-se nos setores de telecomunicações, bancário, energético e de infra-estrutura.

O intercâmbio comercial entre os dois países, no entanto, continua sendo pequeno e limitado quanto ao conteúdo, como consequência do protecionismo de ambos. A rigidez administrativa do Brasil soma-se também à dificuldade de implantação de um maior número de empresas. Existem ainda diversos campos em que é possível uma maior cooperação bilateral, sendo o setor energético, a pesca e o turismo os mais destacados.

Do ponto de vista cultural, há cada vez maior aproximação, fruto da potencialização do ensino de espanhol no Brasil, o aumento do turismo bilateral e a emigração de brasileiros a Espanha, assim como os esforços dirigidos pelos governos para este fim.

Politicamente, as relações apresentam um baixo perfil, que tem sido melhorado pela integração do Brasil nas Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. A liderança do Brasil na região e sua crescente projeção no exterior devem condicionar um novo equilíbrio nas relações bilaterais: caso os países ajustem suas posições a esta nova realidade, no futuro as relações podem alcançar níveis de cooperação superiores aos atuais.

Palavras chave: Relações Internacionais, Política Externa, Brasil, Espanha.

ABSTRACT

Relations between Brazil and Spain had little importance until the mid-1970s when, concurrently with their democratic processes, an opening toward the outside world and an economic and social transformation took place in both countries, thus promoting their integration in an increasingly globalized world.

Spain, for several reasons, such as the large flow of funds received from the European Union, had a great economic growth, leaving the position of a country that receives foreign investment to become a country that invests abroad. Such investment was particularly directed to Latin America – most especially to Brazil – and concentrated in the areas of telecommunications, banking, energy and infrastructure.

Commercial exchange between the two countries, however, remains limited in its amount and contents, as a consequence of protectionism on both parts. The rigidity of Brazilian administrative procedures also raises difficulties for the establishment of a higher number of companies in the country. There are several fields in which it is possible to further bilateral cooperation, being the energy industry, fishing and tourism the most prominent of them.

From the cultural point of view, the ties between the countries have become stronger as a result of an increase in the teaching of the Spanish language in Brazil, enhanced bilateral tourism, and the emigration of Brazilians to Spain, as well as the efforts led by both governments for this purpose.

Politically, the relations have a low profile, which has been improved by the integration of Brazil in the Iberian-American Summit of Heads of State and Government. The Brazilian leadership in the region and its increasing projection abroad must determine a new balance in bilateral relations; if the countries adjust their position to this new reality, relations of cooperation may reach higher levels in the future.

Keywords: International Relations, Foreign Policy, Brazil, Spain.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
LISTA DE TABELAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS	xvii
1. Introdução	01
2. Espanha e Brasil em um mundo em transformação	07
2.1. O caso espanhol	
2.1.1. Transição democrática	08
2.1.2. Integração regional	15
2.1.3. Liberalização econômica	21
2.2. O caso brasileiro	
2.2.1. Transição democrática	31
2.2.2. Integração regional	36
2.2.3. Liberalização econômica	43
3. A Política Exterior Espanhola e sua projeção latino-americana	55
3.1. Breve história da Política Exterior da Espanha Democrática	
3.1.1. O Europeísmo do governo Felipe González	58
3.1.2. O Atlantismo de José María Aznar	60
3.1.3. A política de gestos de José Luis Rodríguez Zapatero	63
3.2. Política Exterior Espanhola para América Latina	
3.2.1. Evolução histórica	68
3.2.2. Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo	73

3.2.3.Espanha e América Ibérica: relações dentro do multilateralismo	75
4. Relações Políticas entre Brasil e Espanha	77
4.1. Relações diplomáticas	
4.1.1.O começo	77
4.1.2.Os fatos mais destacados	80
4.1.3.Bilateralidade vs Multilateralidade	89
4.1.4.Situação atual	90
4.2. A Paradiplomacia das Comunidades Autônomas	90
4.3. Cooperação Bilateral	
4.3.1.Cooperação Institucional	92
4.3.2.Cooperação dos segundo e terceiro setores	97
4.3.3.Fundos de Ajuda ao Desenvolvimento	98
5. Relações Econômicas entre Brasil e Espanha	101
5.1. Comércio Bilateral	101
5.2. Investimentos espanhóis no Brasil	105
5.2.1.Energia	107
5.2.2.Turismo	114
5.2.3.Pesca	118
5.2.4.Outros setores	119
5.2.5.Conclusão	122
5.3. Investimentos brasileiros na Espanha	123
5.4. Desafios para os próximos anos	
5.4.1.Aspectos jurídicos, administrativos e fiscais	124
5.4.2.Plano Integral de Desenvolvimento de Mercado	126

6. Aspectos sociais das relações hispano-brasileiras	129
6.1. Migrações	
6.1.1. Imigrantes espanhóis no Brasil	129
6.1.2. Imigrantes brasileiros na Espanha	130
6.1.3. Remessas de dinheiro dos emigrantes	133
6.2. Idioma e Cultura	
6.2.1. Idioma	134
6.2.2. Arte e Cultura	136
6.2.3. Mecenato	137
Conclusões	139
Referências	143
Anexos	151
Anexo I	
Anexo II	
Anexo III	
Anexo IV	
Anexo V	

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 – Crescimento do PIB a preços constantes de 1995
- Tabela 02 – Principais indicadores da mudança política: 1986-2006
- Tabela 03 – Principais magnitudes de mudança econômica: 1986-2006
- Tabela 04 – Saldo orçamentário da Espanha na União Européia
- Tabela 05 – Crescimento do PIB brasileiro comparado com inflação
- Tabela 06 – Evolução da balança comercial: 1993-2008
- Tabela 07 – Estudos financiados no Brasil com FEV
- Tabela 08 – Balança comercial brasileira
- Tabela 09 – Balança comercial Brasil-Espanha
- Tabela 10 – Principais componentes do intercâmbio comercial Espanha-Brasil
- Tabela 11 – Participação espanhola no comércio brasileiro
- Tabela 12 – Investimento Externo Direto no Brasil: 1996-2007
- Tabela 13 – Posição relativa da Espanha no total de IED no Brasil
- Tabela 14 – Contratos da Gamesa no Brasil (2002)
- Tabela 15 – Turistas espanhóis no Brasil
- Tabela 16 – Plano Integral de Desenvolvimento de Mercado – Atuações no Brasil
- Tabela 17 – Censo eleitoral de espanhóis residentes no exterior
- Tabela 18 – Imigrantes na Espanha por país de origem

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC Paulista	Inclui os Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BC/BACEN	Banco Central do Brasil
BBVA	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuro
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BSCH	Banco Santander Central Hispano
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CD	Coordenação Democrática
CEE	Comunidade Económica Européia
CCOO	Comissões Obreiras
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ETA	Euskadi Ta Askatasuna
EU / UE	European Union / União Européia
EUA	Estados Unidos de América
EUMM	Missão de Observadores da UE na Geórgia
EUROLAT	Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana
FCE	Fundo de Coesão Europeu
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
FUNDEF	Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental
IED	Investimento Externo Direto
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
INI	Instituto Nacional da Indústria
ISAF	Força Internacional de Assistência para Segurança (Afeganistão)
KOFOR	Kosovo Force
LRP	Lei para Reforma Política
MCE	Movimento Comunista Espanhol
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MONUC	United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo
NAFTA	North America Free Trade Agreement Área de Livre Comércio da América do Norte
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ORT	Organização Revolucionária dos Trabalhadores
OTAN	Organização Tratado do Atlântico Norte

PAB	Piso de Atenção Básica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCE	Partido Comunista Espanhol
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PESD	Política Européia de Segurança e Defesa
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interior Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PMDB	Partido do Movimento Democrático.
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNV	Partido Nacionalista Vasco
PRN	Partido da Renovação Nacional
PSB	Partido Socialista do Brasil
PSC	Partido Socialista de Catalunha
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE	Partido Socialista Obreiro Espanhol
PSP	Partido Socialista Popular
PT (Espanha)	Partido do Trabalho
PT (Brasil)	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SP	São Paulo
TEC	Tarifa Externa Comum

UCD	União de Centro Democrático
UEM	União Econômica e Monetária
UEO	União da Europa Ocidental
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNMEE	Missão das Nações Unidas para Etiópia e Eritreia
UNMIK	Administração Provisória da ONU no Kosovo
URV	Unidade Real de Valor
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

1. INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e Espanha passaram por diferentes fases ao longo de sua história. Durante o período colonial, essas relações foram marcadas, sobretudo, por litígios fronteiriços. O período da União Ibérica (1580-1640), no qual a Espanha apoderou-se da coroa portuguesa, trouxe a anulação *de facto* do antigo Meridiano de Tordesilhas (1494), centralizando todas as colônias americanas sobre o domínio espanhol. Com a restauração do governo autônomo de Portugal, fez-se necessária a assinatura de uma série de acordos, visando acomodar uma situação na qual colonos lusos ocuparam terras espanholas e vice-versa. Os Tratados de Madri (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801), todos tiveram essa pretensão¹. A partir da independência (1822), as relações entre Brasil e Espanha foram de escassa importância, devido à ausência de interesses comuns e de conflitos importantes entre os dois países², tais como os problemas derivados da imigração espanhola e o permanente superávit comercial brasileiro³.

Quase dois séculos depois, os laços entre o Brasil e a Espanha começaram a se estreitar no fim da década de 1970 com a derrocada da ditadura franquista e o rompimento do isolacionismo espanhol. Notadamente, a visita do presidente Adolfo Suárez em 1979 - a primeira de um chefe de governo espanhol desde a independência do Brasil - marca o início de uma nova fase de relações bilaterais entre esses países.

Na década de 1980, ocorreram dois eventos de grande importância para a história moderna que afetaram ambos os países. Do ponto de vista político, a queda do muro de Berlim (1989) marcou o fim da guerra fria e ilustra a perspectiva de um mundo unipolar sob preponderância dos Estados Unidos. Nas últimas décadas do século XX, assistia-se a

¹ GOES, Synesio S. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1991.

² LESSA, Antônio C. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. RBPI, 1998, ano 41, especial 40 anos, 1958-1998, p. 29-41. Para o autor, a Espanha pertencia ao "eixo sentimental" das relações exteriores do Brasil, caracterizado pela simpatia entre os povos mas com poucas possibilidades de realização de interesses econômicos.

³ AYLLÓN PINO, Bruno. **Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000)**. Tese de Doutorado defendida na Universidad Complutense de Madrid. Outubro de 2004.

uma “grande transformação”, tanto econômica como política no sistema internacional. A crise do socialismo soviético deu lugar a uma reafirmação do sistema capitalista e da democracia liberal como modelo hegemônico de governança⁴. Criou-se, nesse imediato pós-Guerra Fria, uma atmosfera de otimismo, uma esperança de que os valores liberais se tornariam universais e construiriam um mundo de paz e desenvolvimento nunca antes visto⁵. Do ponto de vista econômico, a crise da economia mundial de 1980-3, provocada pela recessão dos EUA (que aumentou sua taxa de juros para conter a inflação resultante dos choques do petróleo), influenciou a realização de reformas de Estado nos países que enfrentavam severas dificuldades sociais e econômicas. Embora não existisse um pacote bem definido de preceitos a ser aplicados, a regra geral indicada por organismos financeiros internacionais era diminuição do papel do Estado na economia, através do corte de gastos públicos, eliminação de subsídios, privatizações, abertura da economia para atrair capital estrangeiro e aumentar o comércio internacional⁶. Em poucas palavras, a doutrina posteriormente conhecida como “Consenso de Washington”. Essas mudanças ocorreram de distintas maneiras nos países capitalistas após a Guerra Fria e foram também implementadas no Brasil e na Espanha.

Neste cenário, o Brasil, como outros países da América Latina no início da década de 1980, enfrentou um período de recessão e crise da dívida externa. Para obter empréstimos que aliviassem os déficits na Balança de Pagamentos, o governo brasileiro recorreu aos credores que, por meio de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, “recomendavam” a implantação de políticas econômicas restritivas e que favorecessem o livre mercado⁷.

A Espanha, por sua vez, optou por implantar um ortodoxo plano de estabilização econômica, que levou ao fechamento de muitas indústrias, causando desemprego e conflito

⁴ ALMEIDA, Paulo R. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. IN: SARAIVA, José F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2007, pág. 253-316.

⁵ LAFER, Celso; FONSECA Jr., Gelson. Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas. IN: FONSECA Jr., Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1994, pág. 55.

⁶ CRUZ, Sebastião C. V. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004, pág. 94.

⁷ Em geral, para que os países endividados conseguissem empréstimos em tais organismos, era-lhes condicionada a aplicação de medidas de abertura econômica.

com as centrais sindicais, mas permitiu assentar as bases da recuperação. No início da década de 1980, a fim de romper com o isolacionismo da era franquista e integrar-se à Europa, pôs em prática um projeto de convergência que alinhava a economia espanhola às de seus vizinhos: era preciso controlar inflação, déficit público, juros, e equiparar dívida pública em patamares semelhantes aos da média europeia, além de manter o câmbio estável. Estas transformações sócio-econômicas impulsionaram a entrada da Espanha na Comunidade Econômica Europeia em 1985, e as reformas estruturais e a internacionalização das empresas permitiram ao país deixar de ser receptor de capitais para ser investidor em terceiros países⁸.

Um processo de integração regional, que “leva não só a um maior ordenamento e a uma institucionalização crescente das relações econômicas internacionais como também, em alguns casos, a um processo gradual de integração e cooperação política⁹”, começou a ser esboçado também na América do Sul, culminando com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Tendo início com a aproximação entre Argentina e Brasil, durante os governos dos presidentes Raúl Alfonsín (1983-9) e José Sarney (1985-90), que em 1985 assinaram a Declaração de Foz de Iguaçu, dando base à integração econômica bilateral, essa aproximação progrediu e finalmente em 1991 foram incorporados Paraguai e Uruguai ao processo, pela assinatura, em Assunção, do tratado constitutivo do bloco.

Em 1994, com a implantação do Plano Real, o Brasil conseguiu controlar seu crônico inflacionismo, conferindo estabilidade à economia do País. Durante a gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), deu-se continuação à desestatização iniciada em 1990 pelo presidente Fernando Collor de Melo (1990-2) que, além de liberalizar o comércio exterior, privatizou parte dos setores siderúrgicos e petroquímicos. A partir de 1995, as privatizações foram intensificadas no Brasil, pela venda de empresas produtoras de energia elétrica, bancos, telecomunicações, em cujos processos a participação de empresas espanholas foi expressiva¹⁰.

⁸ AYLÓN PINO, Bruno. Op. cit., pág. 317. O assunto será mais detalhado no capítulo segundo, sobre a transição econômica espanhola.

⁹ MELLO, Valerie de C.. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. RBPI vol.42, nº1,1999.

¹⁰ De acordo com o Ministério do Planejamento, no período de 1991 a2005, ocorreu no Brasil a privatização de 41 empresas e participações acionárias de estatais federais, nos setores elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias. Fonte:

O processo de democratização, abertura econômica e integração regional, além de localizar as relações dos dois países no sistema internacional, inauguraram um novo patamar de relações bilaterais, como resultado da coincidência de interesses, a começar no campo econômico. A demanda brasileira por capitais que cobrissem as necessidades financeiras do desenvolvimento nacional encontrou correspondência na disposição espanhola de investir no mercado externo.¹¹ Convém ressaltar que o crescimento do investimento direto espanhol na América Latina foi motivado em grande parte pelas oportunidades derivadas dos processos de privatização de empresas públicas e liberalização de determinados setores de atividade que ocorreram na região.¹²

O então presidente Cardoso, em entrevista ao *El País* no ano 2000,¹³ afirmou que as relações entre o Brasil e a Espanha não poderiam ser melhores. No contexto da citada declaração, o Brasil recebia fluxo inédito de investimento estrangeiro, sendo precisamente a Espanha o principal investidor. Ocorria uma “invasão” de empresas hispânicas no país em diversos setores: telecomunicações, finanças, energia, serviços, informática¹⁴.

Este incremento dos fluxos de investimentos espanhóis destinados ao Brasil foi uma resposta das empresas hispânicas ao Plano Nacional de Desestatização (PND), criado pela Lei nº 8.031 de 1990.¹⁵ Em 2003, o desempenho das relações ganhou forma de um plano de ação que expressava a importância conferida por ambos os Estados ao relacionamento bilateral e aproximou as chancelarias dos países a ponto de serem alcançados anos mais tarde um Plano de Parceria Estratégica bilateral¹⁶. O Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, consolidado em janeiro de 2005 pela Declaração de Brasília, demonstra que o compromisso com a intensificação das relações hispano-americanas não se restringe aos

www.planejamento.gov.br/controle_estatais/contendo/perfil/empresas_privatizadas.htm. Acesso em: 08/07/2007.

¹¹ DUARTE, Cristina L. “Evolución de la Inversión Directa Exterior de la Gran Empresa Española 1988 – 2003”. *El papel de las Empresas Cotizadas*. Tribuna de Economía ICE, Mayo – Junio 2007, N° 836.

¹² DUARTE, Cristina L. e CANAL, Esteban G. “La inversión directa de las empresas españolas en Latinoamérica”. *Revista Asturiana de Economía*. RAE nº 23, 2002.

¹³ “Las relaciones con España son inmejorables”. *El País*, 27/10/2000, por ocasião da entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional.

¹⁴ CERVO, A. e BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*, Brasília: UnB, 2002 - p.457-458.

¹⁵ <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>. Acesso em: 01/11/2007

¹⁶ Em 24 de janeiro de 2005, os presidentes Lula e Zapatero assinaram a Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha, projeto que havia sido lançado na XIII Cúpula Ibero-Americana (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 14-5/11/2003) por Lula e Aznar.

interesses de determinado governo, mas trata-se de objetivos dos dois Estados e suas sociedades.

Esta intensificação das relações entre Brasil e Espanha, nos âmbitos públicos e privados, nas esferas político-diplomática, econômico-financeira e sócio-cultural, a partir da segunda metade da década de 1990, tem despertado interesse de pesquisadores de relações internacionais nos dois países, embora de forma ainda incipiente.

Esta dissertação tem como ponto de partida os anos setenta do século 20. Para esta eleição, considera-se o fato de que, no período, em ambos os países, ainda que de maneira não simétrica ou simultânea, produz-se a transição democrática, que é acompanhada pela abertura ao exterior e de uma nova lógica na política externa. No caso espanhol, a ação exterior dirigiu-se, em primeiro lugar, à integração regional, na Comunidade Econômica Européia (CEE) e na Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, por outra parte, a recuperar sua influência na América. Por sua vez, o Brasil orientou sua diplomacia em duas vertentes: por um lado, a promover sua liderança entre os países latino-americanos e, por outro, no aumento de suas relações comerciais e políticas com o resto do mundo, com o fim de relançar sua economia e de evitar uma excessiva dependência regional, uma vez que seu mercado “natural” em relação aos países vizinhos, não era suficiente para absorver sua capacidade exportadora. Faremos referência fundamentalmente às relações políticas e econômicas entre Brasil e Espanha, com ênfase nas segundas. A limitação dos marcos temporal e de conteúdo da pesquisa, no entanto, não impedirá que em determinados casos faça-se referência a outros aspectos históricos e sociais ligados aos anteriores.

No desenvolvimento desta pesquisa, procuramos contextualizar aspectos que apoiarão as hipóteses quanto aos objetivos que propomos a alcançar e às conclusões que pretendemos justificar. Esses aspectos são: a evolução social, política e econômica em ambos os países no período selecionado; a evolução da política exterior espanhola, especialmente no que se refere a sua projeção para a América Latina e, especialmente, em relação ao Brasil; a preponderância dos fatores econômicos frente aos políticos na aproximação entre Brasil e Espanha; a importância crescente dos programas de cooperação e de relações culturais e sociais entre os dois países; e, por fim, as possibilidades de um aumento real das políticas, uma vez consolidadas as relações econômicas e comerciais.

O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo esta Introdução o primeiro deles.

O segundo capítulo, “Espanha e Brasil em um mundo em transformação”, tratará de situar o início das relações bilaterais que, para ambos os países, era uma situação de ditadura militar, isolamento internacional e autarquia econômica. Descreveremos as mudanças que foram implementadas por ambos os países nas últimas décadas, tanto no plano da política e economia doméstica quanto nas relações exteriores.

O terceiro capítulo, “A Política Exterior Espanhola e sua Projeção Latino-americana” aprofundará os processos de inserção internacional do país nos últimos anos, fundamentalmente durante o mandato dos três últimos presidentes: Felipe González, José María Aznar e José Luis Rodríguez Zapatero, incidindo especialmente ao que se refere às atividades relacionadas à projeção americana da Espanha.

Uma vez exposta a situação de partida e a evolução histórica de forma detalhada, os seguintes capítulos, que constituem o núcleo do trabalho, aprofundarão as relações entre Brasil e Espanha. Inicia-se descrevendo, no capítulo quarto, as relações políticas entre os dois países, assim como aspectos ligados a programas e atividades de cooperação bilateral. No capítulo seguinte, desenvolvemos as relações econômicas (financeiras e comerciais) entre os dois países. Este tópico tem importância chave nas relações bilaterais, posto que, nas mesmas, atualmente, têm mais peso os aspectos econômicos do que aqueles puramente políticos. No capítulo sexto, serão tratados os aspectos sociais das relações hispano-brasileiras, que têm sido pouco considerados, mas cuja potencialização deveria constituir objetivo para os dois países, pois suas relações não podem estar unicamente ligadas a aspectos econômicos e crematísticos. O desenvolvimento das relações humanas, a transmissão e o intercâmbio de valores culturais são a única forma de consolidar relações internacionais autênticas.

Por último, apresentam-se as conclusões que devem ser reflexo das idéias expostas e que sirvam para resumir a situação atual das relações entre Brasil e Espanha, proporcionando fonte de informação para interessados no tema e orientação para promover melhor entendimento entre os países e aprimorar as relações entre os mesmos.

2. ESPAÑA E BRASIL EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

O Brasil e a Espanha, nos últimos trinta anos, passaram por profundas transformações. Ambos os países partiram de um cenário político de ditadura militar e por uma situação econômica de autarquia e protecionismo. Nos dois países, apesar dos processos de industrialização, a agricultura ainda desempenhava papel relevante. O desenvolvimento industrial e tecnológico era (como segue sendo) fundamentalmente vinculado a empresas estrangeiras. Do ponto de vista social, a população constituía-se por classes médias e baixas, de escasso poder aquisitivo.

As transformações políticas e econômicas foram motivadas por dois fatores, um interno e outro externo, relacionados entre si. Simplificando os quadros, pode-se dizer que o fator interno foi o processo de democratização política e de modernização das estruturas produtivas, com tendência a deslocar a economia agrícola e rural para uma economia urbana e industrial. Quanto ao fator externo, é possível citar as pressões internacionais por abertura econômica, a necessidade de integração regional, o crescente fluxo de capitais e o peso das empresas multinacionais em um mundo de crescente globalização¹⁷, que completaram a mudança nos dois países, alterando sua estrutura política, social e econômica.

É necessário ressaltar que, apesar do paralelismo entre as transformações sofridas pelo Brasil e pela Espanha nas últimas décadas, não seria correto afirmar que suas evoluções podem ser sobrepostas, pois, mesmo partindo de situações conceitualmente semelhantes e alcançando posteriormente *status* similar, política e economicamente, no que se refere a aspectos qualitativos, nem a situação de partida era igual, assim como não o é a condição atual¹⁸.

¹⁷ Entendida como internacionalização da produção e dos fluxos financeiros.

¹⁸ Sobre a ausência de padrão das reformas orientadas para o mercado nos países em desenvolvimento, ver Cruz, Sebastião C. V. **Globalização, democracia e ordem internacional**: ensaios de teoria e história. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

As diferenças podem ser encontradas nos aspectos sócio-culturais. O Brasil, neste sentido, partia de uma situação ainda mais desfavorável do que a Espanha, especialmente no que se refere à coesão social – profundas desigualdades sociais como consequência da desequilibrada distribuição de riqueza. Quanto ao aspecto estratégico, a localização do Brasil na América Latina favoreceu menos o país do que a posição geográfica da Espanha no continente europeu: a integração do Brasil no MERCOSUL não proporcionou ao país tantas vantagens como aquelas que a Espanha recebeu como consequência de sua incorporação à Comunidade Econômica Européia. Vale destacar ainda o tamanho do país: o déficit crônico de infra-estruturas no Brasil (estradas, ferrovias, energia elétrica, portos, aeroportos, etc.) é mais difícil de consertar do que supôs à Espanha a modernização de sua infra-estrutura.

Para facilitar a compreensão dos processos em ambos os casos e apreciar mais facilmente o paralelismo destas transformações, será seguida a mesma metodologia para os dois países, dividindo-a em três tópicos: transição democrática, integração regional e liberalização econômica.

2.1. O caso espanhol

2.1.1. Transição democrática

O falecimento do general Francisco Franco Bahamonde, “caudilho da Espanha pela graça de Deus” em 20 de novembro 1975 encerrou o regime ditatorial que ele inaugurou em 1936. O governo franquista nasceu de uma guerra civil (1936-39) e foi uma mescla de fascismo, ditadura militar e autoritarismo pessoal. Com o fim do regime, a Espanha, no último quarto do século XX, experimentava grandes desafios: restabelecer o sistema democrático, restaurar a economia e integrar-se ao arranjo supranacional europeu¹⁹.

¹⁹ ARÓSTEGUI, Julio. “La transición política y la construcción de la democracia (1975-1996)”. In: MARTÍNEZ, Jesús A., coord. **Historia de España Siglo XX 1939-1996**. 2ª ed. Madri: Ediciones Cátedra, 2003. Cap. XXII-XXVI, p. 245-310.

O próprio regime estabeleceu as regras para a transmissão de poder ao sucessor, o príncipe Juan Carlos de Bourbon, depois que seu pai, o rei Juan, conforme acordo prévio renunciara o trono em seu favor. O desenvolvimento deste concerto culminou com o advento de um sistema político de democracia partidária. O processo de transição precisava do diálogo entre a elite reformista do Movimento Franquista e de todas as oposições. A abordagem neste momento era clara: os partidos (na verdade, movimentos políticos, já que partidos como tais não existiam nesta fase), denominados democráticos, dificilmente aceitariam uma mudança política sem sua participação: qualquer tentativa de democratização careceria de legitimidade e abriria espaço para enfrentamentos retrocessivos.

Carlos Arias Navarro, que já estava à frente do governo desde 1973²⁰, permaneceu na liderança do Executivo até julho do ano seguinte. O presidente Arias era um “franquista irreformável” e tentou estabelecer um regime democrático usando moldes do modelo anterior, na tentativa de acomodar as Leis Fundamentais da ditadura à democracia nascente, objetivo que se demonstrou inviável. As oposições (direita reformista e esquerda radical) e a Coroa queriam mudanças que colocassem o país de volta ao contexto europeu de democracias representativas e liberais. O governo de Arias foi marcado por turbulências e durou apenas seis meses. Após o juramento do rei Juan Carlos I como novo chefe de Estado, tomou posse um novo gabinete, que nunca funcionou como uma equipe de governo coesa. O presidente era visto como membro do *búnker*²¹, a velha guarda do franquismo. Além do fracasso político e de segurança²², no plano econômico, o novo governo também não conseguiu programar as reformas necessárias para conter a inflação, por temer que medidas impopulares de restrição econômica e financeira piorassem ainda mais a delicada situação política do país. Finalmente em julho de 1976, o rei pediu a demissão de Arias e

²⁰ O Alm. Luis Carrero Blanco presidia o governo, era o sucessor que o General Franco escolheu. Em 20/12/1973, no entanto, foi vítima fatal de um atentado organizado pelo ETA (Pátria Basca e Liberdade, da sigla em euskera, grupo terrorista basco) e Arias assumiu.

²¹ O termo foi utilizado durante a transição espanhola à democracia, em referência a setores franquistas, opostos a qualquer classe da mudança social ou política.

²² Uma greve geral em Vitória (País Basco), em março de 1976, foi fortemente reprimida. Em maio, uma romaria organizada anualmente pelo Partido Carlista em Montejurra (Comunidade Foral de Navarra) terminou com a morte de dois militantes carlistas, vítimas das forças de segurança.

indicou Adolfo Suárez González, ex-ministro da Secretaria Geral do Movimento, para assumir o posto de chefe de governo.

Mesmo sendo Suárez um homem do Movimento Franquista, o rei e seu conselheiro Torcuato Fernández Miranda acreditavam que ele seria capaz de realizar as reformas de que o país precisava. Entrara no governo na década de 1960, não tinha muito peso nem prestígio e era pouco comprometido ideologicamente com o regime, podendo assim ajustar-se aos planos do monarca. Converteu-se no retrato do reformismo gerado pelo próprio regime, por efetuar mudanças sem romper a legalidade: *de la ley* (franquista) *a la ley* (liberal-democrática)²³.

Em agosto de 1976, o governo apresentou proposta de Lei para Reforma Política (LRP), que previa o fechamento das instituições franquistas e a criação de cortes representativas, por meio de eleições gerais. A LRP declarava que “a democracia é a organização política do estado espanhol”. O Parlamento seria composto por duas cortes: o Congresso dos Deputados, formado por 350 representantes eleitos, e o Senado, formado por 250 representantes, 102 deles eleitos e os demais nomeados pelo chefe de Estado.

Em setembro, a proposta de Lei de Reforma foi apresentada ao Conselho Nacional do Movimento, que a aprovou, em votação nominal. O apoio dos franquistas à LRP, de acordo com Aróstegui (2003), justifica-se pela expectativa de que na nova lei estavam contemplados seus principais interesses na transição: conservação do status, predomínio da direita, não petição de responsabilidades ao regime e manutenção da esquerda radical na ilegalidade. A oposição, em contrapartida, não apoiava a reforma naqueles termos. Em dezembro, realizou-se um referendo popular que, apesar da campanha pela abstenção da oposição, aprovou a Lei de Reforma Política com 80% de votos.

Suárez tinha então o desafio de criar um sistema partidário, em meio ao espectro político fragmentado em mais de cem grupos e partidos. O presidente mais uma vez pretendia atrair ao processo de reforma todos os segmentos de oposição ao franquismo. As oposições se uniram na coalizão entre os organismos rivais: Junta Democrática da Espanha, formada pelo Partido Comunista Espanhol (PCE), o Partido do Trabalho (PT, de ultra-esquerda, próximo do maoísmo), o Partido Socialista Popular (PSP, social-democrata) e a

²³ ARÓSTEGUI. Op.cit. pág. 267-8.

central sindical Comissões Obreiras (CCOO), entre outras agrupações da “esquerda radical”, e Plataforma de Convergência Democrática, formada pela “esquerda moderada”, do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), Democracia Cristã, Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT, maoísta), Movimento Comunista Espanhol (MCE, extrema-esquerda, juntava ex-maoístas e dissidências do ETA). A fusão das duas se dá em 26 de março de 1976, sob o nome de Coordenação Democrática (também chamada de *Platajunta*).²⁴ Esta *Platajunta* pretendia ser a interlocução com o presidente Adolfo Suárez para pleitear legalização das associações políticas, anistia e eleição das Cortes Constituintes. A Coordenação Democrática (CD) pedia anistia aos delitos políticos criados pelo franquismo e legalização dos partidos – o que originava um importante conflito ao governo, devido a seus entendimentos com a cúpula militar.

Todas as forças políticas, finalmente, cederam em suas posturas mais extremistas, chegando a um acordo e, conseqüentemente, como definiram os analistas políticos, a mudança da ditadura para democracia na Espanha aconteceu como uma reforma pactuada e não uma ruptura. Talvez o maior mérito das forças políticas no poder no final deste período foi sua capacidade de acabar com o regime desmantelando-o a partir do seu interior.

Em junho de 1977 seriam realizadas as primeiras eleições gerais desde 1936. A Fórmula D'Hondt²⁵ funcionava como uma cláusula de barreira e limitava a representatividade dos partidos pequenos. Seriam eleitos quatro deputados e três senadores por província. Havia também uma lei de desincompatibilização: os candidatos deveriam pedir demissão de seus cargos na gestão provisória para poder concorrer. Estavam registrados 23,5 milhões de eleitores, dos quais 18,2 milhões (80%) compareceram às urnas. Suárez, o líder da União Centro Democrática (UCD), continuou presidente do governo, agora referendado por voto popular. Seu partido obteve 6,3 milhões de votos e elegeu 165 deputados (34,6%), enquanto o segundo colocado, da coligação PSOE-PSC, recebeu 5,2 milhões de votos e 118 cadeiras (28,5%).

²⁴ MORAES, Reginaldo C., **A “Redemocratização” Espanhola**. Uma distensão lenta, gradual e insegura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

²⁵ A Fórmula D'Hondt é um método para alocar a distribuição de cargos representativos nas democracias proporcionais. Apesar de amplamente utilizada, essa forma de cálculo não é perfeitamente proporcional, uma vez que o mecanismo de sobras acaba favorecendo os maiores partidos. Na prática, funciona como uma espécie de “cláusula de barreira”, pois limita o acesso dos pequenos partidos às cadeiras parlamentares.

Na nova gestão, fazia-se necessário introduzir reformas profundas nas instituições sociais e trabalhistas do país. A resposta das forças políticas para a crise econômica e tensões sociais foram os Pactos de la Moncloa (ainda em 1977), que definiam as metas políticas a ser adotadas: diminuição do desemprego, atualização do sistema tributário defasado, controle da inflação, saneamento econômico do Estado e das empresas públicas, reforma do sistema educativo, redefinição da função dos sindicatos, reforma da seguridade social, garantia da liberdade de expressão e reforma dos códigos legais (penal, civil, militar)²⁶. O principal mentor dos Pactos de la Moncloa foi o ministro da economia, Enrique Fuentes Quintana²⁷. Os pactos, dizia, foram uma ocasião de convergência entre crise geral e oportunidade democrática, uma forma de legitimação do regime prévia à Constituição²⁸.

As cortes eleitas em junho de 1977 tinham como primeira função desenvolver um documento constitucional que estabelecesse as bases do novo regime liberal democrático. A Constituinte marcaria a ruptura entre os regimes. A elaboração da nova Carta Magna foi marcada pelo consenso dos partidos: aspirava-se a produzir uma lei fundamental que pudesse ser aceita por todas as forças que queriam um regime democrático. Tratava-se de estabelecer os “mínimos políticos”. Finalmente em outubro de 1978 o texto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e dois meses depois se realizou o referendo popular. Votaram 18 milhões de pessoas, 87% delas a favor (15,7 milhões de votos).

De acordo com novo texto constitucional, a Espanha é um estado social e democrático de direito, baseado na indissolúvel unidade da nação, integrada por nacionalidades e regiões às quais se garante o direito à autonomia. A língua oficial é o castelhano e as co-oficiais são as demais línguas espanholas em suas respectivas comunidades autônomas. Em relação à economia, passa a vigorar a liberdade de mercado,

²⁶ MARÍN, José M. et al. **Historia política 1939-2000**. Madri: Ediciones Istmo, 2001, p. 290.

²⁷ Os Pactos de la Moncloa foram assinados, entre outros, por Suárez, chefe do governo, Felipe González (PSOE), Manuel Fraga Iribarne (Aliança Popular – AP), Enrique Tierno Galván (PSP), Juan de Ajuriaguerra Ochandiano (Partido Nacionalista Basco – PNV), Leopoldo Calvo Sotelo (UCD) e Santiago Carrillo (PCE).

²⁸ ANDREOLÍ, Carlo. **La economía**. Los Pactos de la Moncloa Disponível em: <http://vespito.net/historia/transi/economft.html>. Acesso em: 17-09-07.

estando prevista a possibilidade de planificação econômica e intervenção do Estado na propriedade por motivos de interesse coletivo²⁹.

Promulgada a Constituição, o presidente Suárez dissolveu as Cortes e convocou eleições legislativas para março e eleições locais (municipais) para abril. O ano de 1979 foi chave para a consolidação do novo regime. As eleições foram realizadas com partidos legalizados, nova constituição em vigor, leis eleitorais e garantias jurídicas. O Congresso continuaria com 350 deputados, enquanto o Senado passaria a ter 208 senadores, todos eleitos diretamente. Foi a primeira vez que realmente aconteceu uma campanha eleitoral com a utilização dos meios de comunicação pelos candidatos.

Nas eleições legislativas de março de 1979, houve 32% de abstenção, revelando a falta de mobilização social. A UCD conseguiu 168 cadeiras e a coligação PSOE-PSP, 121. A UCD deixou de ter maioria absoluta. Os dois principais partidos, UCD e PSOE detiveram quase 90% dos votos. Esse bipartidarismo imperfeito continua até os dias de hoje.

Suárez conduziu a transição para democracia, mas não pôde governar dentro do novo regime. O partido que o apoiava (UCD) não era propriamente um partido, mas a soma de diversos grupos políticos (cerca de quinze organizações), unidas por um interesse concreto em um momento determinado: democratas-cristãos, liberais, social-democratas e independentes³⁰. Quando surgiram problemas, cada componente da UCD elaborou uma estratégia própria e o presidente não conseguiu manter a coesão necessária para governar. Em maio de 1980, o Congresso votou uma moção de censura contra o governo, apresentada pelo presidente do PSOE, Felipe González, que não foi aprovada por não obter maioria qualificada. Mesmo ganhando, esse debate marcou um ponto decisivo na trajetória de decadência do partido do governo. A oposição era essencialmente democrata-cristã e conservadora e sua crítica mais incisiva a Suárez eram de que o presidente fazia “política de esquerda com votos da direita”³¹. Finalmente em janeiro de 1991, Suárez demitiu-se alegando estar desgastado pelos cinco anos de governo. Leopoldo Calvo Sotelo foi o nome que o comitê do partido escolheu para o lugar de Suárez, que aceitou o cargo

²⁹ Constituição Espanhola, 1978. Artigos I §1, II, III §1-2, XXVIII, XXXVII.

³⁰ MORAES. Op.cit.

³¹ ARÓSTEGUI. Op.cit., p.301.

desvinculando-o da presidência do partido. A fragilidade do governo aumentou a resistência de alguns setores à democracia nascente, especialmente as Forças Armadas. Os militares demonstravam, em discursos, declarações, insubordinações e resistência a mudanças, que discordavam do espírito democrático.

Na tarde de 23 de fevereiro de 1981, quando os deputados votavam a candidatura de Sotelo para presidente, houve uma tentativa de golpe de Estado, quando cerca de duzentos guardas civis armados³² assaltaram o Congresso, sob ordem do tenente-coronel Antonio Tejero³³. Dada sua importância, a votação estava sendo transmitida por rádio e televisão, de maneira que a população teve conhecimento do golpe no momento em que acontecia. Após a invasão, esperava-se a chegada de uma autoridade que anunciasse as medidas a ser adotadas. Surgiu o tenente-coronel Tejero, propondo um governo de concentração, cívico-militar, a ser presidido por ele mesmo. Os cabeças da conspiração eram o general Alfonso Armada Comín, segundo chefe do Estado Maior, homem de confiança do rei, e o capitão-general Jaime Milans del Bosch, de Valência. O plano era que, nas principais cidades do país, militares tomassem os centros de poder, especialmente os centros de comunicações (rádio e televisão). Acreditava-se que os Capitães-Generais, responsáveis máximos de cada um dos distritos militares nos quais a Espanha estava dividida, somar-se-iam ao golpe. Embora a maioria dos capitães-generais não se opusessem claramente, o único que levou adiante a sublevação foi Milans del Bosch. Com todo o governo seqüestrado, montou-se um gabinete de subsecretários, presidido por Francisco Laína, que manteve contato com o rei. O tenente Armada e outros conspiradores tentavam difundir a afirmação de que o rei era favorável ao ato. O monarca, por sua vez, horas depois do golpe, fez um pronunciamento na televisão desautorizando totalmente a tentativa anticonstitucional de tomada do poder, afirmando que a Coroa não poderia ir contra os desejos manifestados pelos espanhóis. Após a declaração do rei, Bosch rendeu-se, Tejero decidiu negociar a

³² A Guarda Civil é um corpo policial fundado em 1844 que depende, quanto a seus serviços puramente policiais, do Ministério do Interior, apesar de que, organicamente, depende do Ministério da Defesa e, de fato, sua estrutura hierárquica e normativa é de caráter exclusivamente militar.

³³ O tenente-coronel Antonio Tejero, em outubro de 1978, coordenara uma conspiração que pretendia ocupar o Palácio de la Moncloa, deter o processo constitucional e retomar a ditadura. A ação ficou conhecida como Operação Galáxia. Sua preocupação eram os antigos perigos que ameaçavam a Espanha: comunismo, separatismo, relaxamento moral, delinquência – mesmo discurso empregado desde antes do golpe que instaurou a ditadura de Primo de Rivera, em 1923.

impunidade para seus homens e no dia seguinte os deputados e o governo foram libertados. O rei reuniu-se com lideranças militares e civis. Aqueles que participaram da tentativa de golpe foram presos, embora nenhuma investigação profunda tenha sido feita. O Tribunal Militar que julgou os trinta e três processados foi indulgente com os acusados e aplicou penas brandas. Bosch e Tejero foram condenados a trinta anos de prisão e Armada a seis. Um recurso do governo ao Supremo Tribunal resultou no aumento da pena de Armada para trinta anos.

O poder civil saiu fortalecido do golpe e o prestígio e a primazia da Coroa ainda mais. Em 25 de fevereiro houve nova votação e a posse de Calvo Sotelo. O conservadorismo político aumentou e tanto a UCD como o PSOE pareciam renunciar ao ânimo de reformas profundas. Com as eleições legislativas de 1982 e a vitória do PSOE com ampla maioria, inaugura-se uma fase de consolidação da democracia espanhola.

2.1.2. Integração regional

O fim do regime ditatorial permitiu a criação de condições favoráveis à elaboração de uma política exterior distinta e o processo de transição pós-franquista contribuiu para situar o país em uma nova posição internacional. O principal desafio da democracia nascente era tirar a Espanha do isolamento: o país precisava se aproximar dos vizinhos europeus e recuperar papel ativo na comunidade internacional.

Com a morte de Franco, alguns países temiam um retrocesso da situação política (desestabilização e violência), fazendo com que o processo de inserção internacional recebesse ajuda da Europa ocidental e dos Estados Unidos para consolidar a jovem democracia. A eleição de junho de 1977 é marco significativo do nascimento da nova Espanha de diversos pontos de vista, inclusive o internacional. Os partidos, neste sentido, entraram em acordo sobre questões internacionais a partir de 1975, com tal de tirar o país do isolamento e entrar em organizações supranacionais ocidentais. Partindo dessa situação de retraimento, a partir do estabelecimento da democracia na Espanha, todos os governos, começando pelo próprio governo da União de Centro Democrático (UCD), fixaram como

objetivo recuperar o papel da Espanha como potência intermediária e obter o reconhecimento dos países ocidentais a esta nova situação política.

Os objetivos imediatos eram a integração à Comunidade Econômica Européia (CEE) e à Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No que se refere à CEE, havia consenso entre todos os partidos sobre o interesse espanhol na participação neste organismo regional. O mesmo não ocorreu em relação à OTAN, e o processo de integração espanhola nesta organização militar e de defesa foi mais complexo do ponto de vista político, pois havia resistência quanto à participação em grandes blocos ou em alianças militares. Também era consenso aproximar-se da América Latina, recuperando os tradicionais laços políticos, econômicos e sociais com os países da região.

Entrada na CEE

Franco havia designado em 1960 um embaixador para a instituição e dois anos mais tarde solicitara abertura das negociações para a adesão. Em julho de 1970, foi assinado o Acordo Preferencial de Comércio, negociado pelo ministro Alberto Ullastres. No entanto, tratava-se mais de uma ação propagandística do mandatário, pois a Espanha não seria aceita enquanto se mantivesse sob um regime ditatorial.

Fimada a ditadura, o país apresentou pedido de abertura de negociações com a Comunidade Econômica Européia em 1977. As negociações foram abertas em julho daquele ano, a pedido do presidente Suárez, durante o governo da União de Centro Democrático, que designou como ministro das relações com as comunidades européias ao ex-presidente Calvo Sotelo. O presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, em 1980, chegou a vetar a entrada da Espanha, pois defendia que a CEE primeiro precisava arrumar seus problemas internos, especialmente os desajustes econômicos, antes de admitir novos sócios. Curiosamente, a oposição mais forte ao ingresso espanhol vinha dos comunistas franceses e o maior apoio, da Alemanha: 58 % dos alemães eram favoráveis à entrada da Espanha na CEE³⁴. O problema central para o governo francês era a Política Agrícola

³⁴ MONTEIRA, Fernando. "Apoyo de la mayor parte de los partidos políticos europeos a la entrada de España en la CEE". *El País*, 02/01/79.

Comum (PAC) e a defesa dos agricultores franceses, que se sentiam ameaçados pela inclusão de outros países de economia basicamente primária³⁵. O argumento foi seguido pelo presidente François Mitterrand em 1982, na Cúpula de Copenhague.

Felipe González, por sua vez, a partir de 1982, dedicava-se pessoalmente à política exterior e seu governo tinha condições políticas estáveis para retomar temas internacionais. Seu primeiro chanceler foi Fernando Morán López. O presidente optou pelo ocidentalismo, reforçando relações também com os Estados Unidos. Chegou a criticar as ditaduras latino-americanas. Foi durante este lustro que a política exterior espanhola foi redefinida, entrando no concerto europeu e ocidental.

À época, o ministro de relações comerciais era Manuel Marín. Os espanhóis deram a entender que entrariam na OTAN se fossem aceitos na CEE.³⁶ Com isso, a Alemanha de Helmut Kohl acentuou seu apoio à entrada dos países ibéricos e a partir de 1984 as negociações se aceleraram. Na Cúpula de Stuttgart (junho de 1983), a República Federal Alemã condicionou o aumento de sua contribuição ao Orçamento Comunitário à entrada de Espanha e Portugal, forçando a França a optar entre carregar a responsabilidade da exclusão dos dois países ou protagonizar a operação de sua integração. Mitterrand escolheu a segunda opção³⁷. Em 1985, houve cinquenta e sete sessões de negociação sobre agricultura, pesca, mobilidade de pessoas, legislação social e estatuto das Ilhas Canárias. Espanha e Portugal assinaram os Tratados de Adesão em 12 de junho de 1985, e, em 1º de janeiro de 1986, passaram a ser membros do bloco regional europeu.³⁸

Entrada na OTAN

A decisão de entrar na OTAN foi mais complexa, pela oposição de partidos de esquerda e, posteriormente, pelos enfrentamentos políticos entre o Partido Socialista e a

³⁵ A entrada da Espanha era vinculada à de Portugal, que também acabava de sair de um regime autoritário (1926-74) e solicitara inclusão ao bloco.

³⁶ SÁNCHEZ, Enrique G. *Las negociaciones de adhesión de España a las Comunidades Europeas*. Revista de Instituciones Europeas: Enero 1983 – Marzo 1984.- Vol. 11, nº 1. Mayo-Agosto 1984

³⁷ MORÁN, Fernando. *El papel de Francia y Alemania en la entrada de España en la CEE*. Análisis de Documentos Históricos, Documento nº 3.

³⁸ BADAJOSA PAGÉS, Juan. *La adhesión de España a la CEE - 75 años de Política Económica Española*.- ICE, Noviembre 2005, nº 826.

Aliança Popular (precursor do atual Partido Popular). Inicialmente, o principal problema em relação à entrada da Espanha na OTAN foi a falta de definição da UCD, partido no governo e, do presidente Suárez, que era interpretada como a vontade do presidente de evitar discutir uma questão de relação externa sobre a qual não existia consenso e que poderia complicar a situação da política interna do país, necessitada do maior consenso possível. Assim, embora a UCD fosse favorável à adesão, o tema não era urgente em seu programa. A integração à OTAN era apresentada como uma moeda de troca para entrada na CEE, que a Espanha solicitava³⁹.

Como prólogo às negociações para a entrada na OTAN, em outubro de 1981, foi votada no Parlamento a renegociação do Tratado Bilateral com os Estados Unidos, procedente do Acordo de Ajuda para a Defesa Mútua, assinado pelos presidentes Francisco Franco e Dwight Eisenhower em 1953. O tratado de 1981 referia-se especialmente à utilização das bases arrendadas em território espanhol e foi aprovado por 186 votos a favor e 146 contra. Em 1982 prorrogou-se o tratado, que só chegou a ser renegociado em dezembro de 1988. A Espanha impôs o abandono da base de Torrejón de Ardoz (província de Madri), a separação de acordos não-militares e a redefinição do uso do território e do espaço aéreo. Este novo enfoque na renegociação do Tratado, que tinha por objetivo diminuir a presença militar norte-americana na Espanha, foi usado politicamente como uma vitória do governo em seu esforço por demonstrar internamente independência dos Estados Unidos, promovendo a idéia que a entrada na OTAN não era feita por pressões daquele país.

Em outubro de 1981, o Congresso dos Deputados aprovou a solicitação de ingresso na Aliança Atlântica com 186 votos a favor, com apoio da UCD, Centro Democrático, Convergencia i Unió, Unión del Pueblo Navarro e PNV, e 146 votos contra (PSOE, Partido Socialista Andaluz, Euskadiko Ezquerria, Ezquerria Republicana de Catalunya, Partido Aragonés Regionalista e Unión del Pueblo Canário)⁴⁰. Em dezembro, o Protocolo de

³⁹ SÁNCHEZ, Juan A. M. **El referéndum sobre la permanencia de España en la Otan**. Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos10/otan/otan.shtml>. Acesso em 25/03/2008.

⁴⁰ GIDRÓN, Miriam. **OTAN Sí, OTAN no**. Expansión 20º aniversario: Los veinte días que conmovieron a España. Disponível em: <http://www.expansion.com/especiales/20aniversario/20diasspana/otan.html> Acesso em: 01/11/2007.

Adesão foi assinado em Bruxelas, mesmo com 43% de rejeição da opinião pública. A Espanha integrou-se à Organização, concluindo o processo de ratificação do protocolo de adesão em 30 de maio de 1982. O país converteu-se no décimo sexto membro da Aliança, sendo Javier Rupérez o primeiro embaixador espanhol na organização. Entre 1981 e 1986, continuaram os debates, com marcada oposição à aliança militar, a favor do isolacionismo e da neutralidade, especialmente em setores da esquerda e do PSOE.

A chegada ao poder do Partido Socialista em outubro de 1982 supôs uma freada no processo de integração até a celebração de um referendo em 1986. A opinião de Felipe González, novo mandatário, anteriormente contrária à integração, foi mudando quando assumiu o governo e à medida que teve contato com outros países europeus. Em outubro de 1984, apresentou no Congresso de Deputados seu Decálogo de Paz e Segurança⁴¹, em que propunha o diálogo com outros partidos sobre o tema. Dentro desta nova política, vinculava-se claramente a permanência da Espanha na OTAN com o ingresso na CEE. Em dezembro, o XXX Congresso do PSOE aprovou a permanência da Espanha na OTAN e autorizou a realização de um referendo sobre integração na estrutura militar.

Em fevereiro de 1986, ocorreu uma manifestação em Madri defendendo o “não”, que reuniu cem mil pessoas, enquanto o governo pedia voto favorável. O chanceler Fernando Morán foi substituído por Francisco Fernández Ordóñez, de vocação mais “atlantista” que seu antecessor. O referendo aconteceu em 12 de março de 1986, a participação foi de 59,42 % do censo eleitoral. O “sim” ganhou por 52,5%, enquanto o “não” obteve 39,5% dos votos, com 6,54 % de votos em branco.

A entrada na OTAN não foi incondicional e irrestrita, uma vez que a Espanha apresentou ressalvas: não integração à estrutura militar do bloco, proibição de instalar, armazenar ou introduzir armamento nuclear em seu território e redução progressiva da presença militar norte-americana no país⁴².

No entanto, a mudança do cenário estratégico, que se produz ao longo da década de 1990 com a desapareção dos blocos “hegemônicos” e a emergência de novos riscos e ameaças, incitaria maior implicação da Espanha em questões de defesa coletiva. O país

⁴¹ PARDOS, José Luis. **Política española de Paz y Seguridad en los últimos años**. Disponível em: <http://www.sispain.org/spanish/foreign/peace.html>. Acesso em 29/03/2008.

⁴² Fonte: Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação de Espanha.

ingressou na União da Europa Ocidental⁴³ em 1990 e contribuiu no desenho da nova Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), a partir da elaboração do Tratado da União Europeia de Maastrich, em 1992⁴⁴. As guerras da Iugoslávia (1991-2001) fortaleceram a consciência de que era necessário participar eficazmente nesses mecanismos mediante o envio de contingentes às zonas de conflito, tornando patente a necessidade de institucionalizar a cooperação militar e a integração nas estruturas militares da OTAN⁴⁵. Por outra parte, a Espanha adquiria visibilidade com a eleição, em dezembro de 1995, do ex-ministro de Assuntos Exteriores espanhol, Javier Solana, como secretário-geral da organização. Finalmente, em janeiro de 1999, o país ingressou na estrutura militar da Aliança Atlântica.

A Espanha é, atualmente, membro ativo da organização, sendo o quinto maior contribuinte em tropas nas operações lideradas pela Aliança e o sexto contribuidor financeiro. De acordo com o Ministério da Defesa da Espanha, o país participa atualmente nas seguintes operações com unidades: Althea Eurofor (Bósnia-Herzegovina), KFOR (Kosovo), ISAF (Afeganistão), Libre Hidalgo (Líbano) e com observadores: EUMM (Ex-Iugoslávia), EU AMIS II (Darfur), UNMIK (Kosovo), UNMEE (Eritreia) e MONUC (R.D. Congo).

⁴³ União da Europa Ocidental (UEO) é uma organização de defesa europeia, estabelecida pelo Tratado de Bruxelas em 1954, formada pelos Estados membros da OTAN e da União Europeia (exceto a Dinamarca) antes da expansão do bloco de junho de 2004. As maiorias de suas funções estão em processo de serem fundidas com as da UE.

⁴⁴ O Tratado de Maastrich (1992) foi o primeiro tratado a prever disposições relativas à responsabilidade da União Europeia no domínio da segurança e à eventual definição de uma política comum de defesa. Com a entrada em vigor do Tratado de Amsterdã (1999), foram incluídas novas missões no Tratado da União Europeia (Título V). Essa mudança diz respeito às missões humanitárias e de evacuação, às missões de manutenção da paz, bem como às missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz. A essas missões de gestão de crises civis e militares, deve-se acrescentar a "prevenção de conflitos" da PESD. **UNIÃO EUROPEIA. Política Europeia de Segurança e Defesa.** Disponível em: http://europa.eu/scadplus/glossary/european_security_defence_policy_es.htm Acesso em: 25/09/2007.

⁴⁵ **MINISTÉRIO DE DEFESA. Participación de España en la OTAN.** Disponível em http://www.mde.es/multiContenido.jsp?id_nodo=4229&navgacion=T&&keyword%20Acesso#4230. Acesso em: 17/03/2008.

2.1.3. Liberalização econômica

O Plano de Estabilização de 1959, elaborado segundo as indicações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI),⁴⁶ encerraria vinte anos de autarquia, encorajando o investimento externo, abrindo o país para o turismo e começando a integrar a peseta ao sistema monetário transnacional⁴⁷. O Plano foi precursor de um longo período de crescimento. Entre 1961 e 73, ainda no período ditatorial, portanto, o PIB cresceu 7% ao ano – o mais rápido crescimento entre os países da OCDE, à exceção do Japão. Entre 1974 e 84 a economia sofreu uma profunda crise e cresceu em média apenas 1,4% anual⁴⁸, enquanto administrava a transição para a democracia e os impactos dos choques do petróleo em 1973 e 79⁴⁹ (Tabela 01). O crescimento econômico e o desenvolvimento social da Espanha, porém, só aconteceram depois do fim da ditadura e a restauração da democracia.

Tabela 01
Crescimento do PIB a preços constantes de 1995
(taxa de variação média acumulativa anual, em %).

Período	Espanha	Portugal	UE-15*
1961-1973	7,2	7,0	4,7
1974-1984	1,4	2,2	2,0
1985-1990	4,5	5,7	3,2
1991-1995	1,3	1,1	1,5
1996-2002	3,4	3,0	2,2

*: Desde 1991, inclui a antiga República Democrática Alemã.

Fonte: Comissão Europeia (2002).

⁴⁶ OCAÑA, Juan Carlos. **El Franquismo, evolución política, económica y social desde 1959 hasta 1975. La oposición al Régimen.** Disponível em: <http://www.historiasiglo20.org/HE/15b-2.htm>. Acesso em 30/03/2008.

⁴⁷ ESTEFANÍA, Joaquín. **La larga Marcha: La Economía española del Plan de Estabilización (1959) al Euro (1998).** El País, Domingo 3 de Mayo 1998.

⁴⁸ SERRANO SANZ, José María. "Técnica sin disciplina en los años de flotación 1974-1989. *IN: Del real al euro: Una historia de la peseta.* Barcelona: Ed. La Caixa, Col. Estudios Económicos, nº 21 (2000). Pág.151-168.

⁴⁹ LÓPEZ MARTÍNEZ, Ivan, PEÑA, Beatriz, García-Carro. **Un análisis de los ciclos económicos de España y Portugal.** VI Reunión de Economía Mundial (Badajoz 2004). Disponível em: <http://www.sem-wes.org/VIREM/cm57.doc>. Acesso em: 02/04/2008.

De forma paralela à liberalização política, produziu-se uma progressiva liberalização econômica. Esta transformação não foi fácil, já que se partia de uma economia rígida e centralizada, com forte intervencionismo do Estado e grande peso das empresas públicas. Pode-se resumir esta liberalização econômica em cinco elementos, que serviram de suportes do crescimento da economia espanhola: determinação política, nova estrutura do Estado, integração regional, desenvolvimento da iniciativa privada e investimento externo direto.

Houve forte *determinação política* (a). Foi uma postura arriscada do governo do Partido Socialista, presidido por Felipe González, de realizar uma dura reconversão industrial, que passou pelo fechamento e/ou privatização de grande número de empresas públicas, especialmente na área siderúrgica e no setor naval, levando ao desemprego mais de 100.000 trabalhadores⁵⁰. Além disso, modificou-se totalmente a estratégia do Instituto Nacional de Indústria (INI)⁵¹, que passou de um cemitério de indústrias pouco produtivas com alto custo para o Estado a uma empresa orientada a aperfeiçoar os resultados de suas filiais. Essas políticas provocaram um choque importante com os sindicatos e outras forças sociais e somente o Partido Socialista seria capaz de realizá-lo: a transformação do tecido industrial espanhol dificilmente seria implementado por um governo de direita.

Em troca desta dura reforma que deu lugar ao aumento do desemprego, o Partido Socialista desenvolveu o Estado de Bem-estar social, partindo de reforma fiscal, que favoreceu a redistribuição de renda, e de reforma da Seguridade Social, que melhorou tanto as prestações passivas (desemprego, aposentadoria) como a assistência sanitária. A nova legislação modernizou o sistema público de saúde, por meio do Real Decreto de Estruturas Básicas de Saúde de 1984 e da Lei Geral de Atenção à Saúde de 1986. A consolidação do estado de bem-estar no país foi uma das principais conquistas da gestão González. As reformas em saúde, educação e prestações sociais elevaram o gasto público em uma

⁵⁰ HERAS, Raúl. 1984: El problema del paro. La cirugía de la reconversión industrial desata los enfrentamientos. Disponível em: <http://www.elmundo.es/nacional/constitucion/1984/historia.html> . Acesso em: 30/03/2008.

⁵¹ O INI foi fundado em 1941 como um organismo estatal destinado ao fomento da indústria, e progressivamente tornou-se um gigante econômico, chegando a ser, por ocasião da morte de Franco (1975), a décima empresa da Europa, empregando 5% da população espanhola economicamente ativa, controlando 65 % do refino de petróleo e produção de aço, mais de 50% da produção de carvão e alumínio e 95 % da construção naval. MORAES, Reginaldo C. *op. cit.*

conjuntura econômica difícil e na contramão no cenário internacional, em que predominava a redução do gasto público, mas conseguiram pela primeira vez na história da Espanha a universalização de bens sociais básicos, até o ponto de se converter em um modelo socialmente aceito pelos espanhóis.

O primeiro governo do Partido Popular (presidido por José María Aznar, entre 1996 e 2000) deu continuidade às privatizações iniciadas em 1983, a passos mais rápidos. O governo do PP vendeu quarenta e três empresas, principalmente as de telecomunicações (Telefónica), eletricidade (Endesa), petróleo (Repsol), tabaco (Tabacalera), aço (Aceralia) e bancos (Argentaria). A última grande operação foi em 2001, quando 48,5% da Ibéria (aviação) passaram para o setor privado. A renda das privatizações representou 1,6% do PIB entre 1996-8, bastante acima dos 0,5% do período 1993-5.

Joaquim Vergés (2003) divide as privatizações em dois tipos: venda direta e oferta de ações⁵². O primeiro bloco refere-se às empresas públicas que foram diretamente vendidas, mediante acordo com empresa e/ou grupo econômico privado, geralmente do mesmo setor produtivo (Anexo I). Na maioria dos casos, tratava-se de empresas industriais e grande parte delas era deficitária à época da privatização⁵³. Aquelas classificadas pela imprensa econômica como as “jóias da coroa”, por se tratar de empresas grandes com alta rentabilidade, posição forte no mercado e projeção internacional (Anexo II), foram vendidas mediante a oferta na bolsa de pacotes de ações. De acordo com o autor, as privatizações realizadas entre 1981 e 2001 renderam ao estado espanhol cerca de 26,3 milhões de euros. Algumas das empresas privatizadas nessa época, como Repsol, Endesa e Telefónica, posteriormente adquiriram grande protagonismo na expansão espanhola no exterior. O grupo Repsol tornou-se o maior grupo privado de energia na América Latina, depois da aquisição da argentina YPF em 1999. A principal empresa de eletricidade espanhola, Endesa, tornou-se o maior grupo na América Latina através da aquisição de empresas de energia em vários países, incluindo Brasil e Chile.⁵⁴

⁵² VERGÉS, Joaquim. **Las privatizaciones de empresas públicas**. Un estado de la cuestión, con especial referencia al caso de España. Barcelona, Departament d'Economia de l'Empresa, 2003.

⁵³ Idem, p.10-13. Uma lista com as principais indústrias privatizadas está disponível como Anexo I.

⁵⁴ EXPANSIÓN. **Las empresas españolas se juegan inversiones de 129.000 millones en Latino América**. Disponível em: <http://www.expansion.com/edicion/exp/empresas/es/desarrollo/1056938.html>. CAÑAS LOPEZ, Robert. **Conquistadores Españoles II**. Multinacionales españolas en América Latina: del

Desenvolveu-se *uma da nova estrutura do Estado (b)*. A partir da Constituição de 1978, o novo Estado espanhol, baseado nas dezessete comunidades autônomas⁵⁵, deu lugar à potencialização das administrações locais: cada comunidade autónoma passou a ter possibilidade legal e capacidade econômica necessárias para desenvolver seu tecido industrial e econômico e, em muitos casos, competindo umas comunidades com outras.

Esta transformação política reflete-se na distribuição do gasto público entre o Governo Central e as Administrações periféricas ao longo do tempo⁵⁶. (Tabela 02)

Tabela 02
Principais indicadores da mudança política: 1986-2006

		1986	1996	2006
Distribuição do gasto público por nível de governo	Central	76,6%	65,0%	51,4%
	Autonômico	12,6%	23,1%	33,6%
	Municipal	10,8%	12,3%	15,0%

Fonte: Ministerio de Economía y Hacienda

A integração regional (c) foi outro fator de crescimento da economia espanhola. A entrada da Espanha na União Européia supôs uma mudança na política econômica e industrial do país. De acordo com dados do Ministério de Indústria, Turismo e Comércio⁵⁷, nos cinco anos anteriores à entrada na CEE (1981-5), por exemplo, o PIB espanhol cresceu a uma taxa média acumulada de 1,8%, abaixo da taxa comunitária no mesmo período (2,1%). Nos cinco anos posteriores (1986-90), o crescimento médio espanhol foi de 4,8%, quase dois pontos acima do comunitário (2,9%). Este crescimento superior à média regional explicaria a mudança de uma renda média que, em 1985, supunha apenas 71% daquela da

desembarco a la reordenación. Disponível em: <http://lacomunidad.elpais.com/canaslopez1/category/-empresas-espanolas>. Acesso em: 02/04/2008.

⁵⁵ LEGAL FRAMEWOKR FOR INFORMATION SOCIETY. **Introducción a la estructura jurídico-política general del Estado Español**. Disponível em: www.egobs.org/documentos/Estructura%20Juridica%20del%20Estado%20Espanol.pdf. Acesso em: 30/03/2008.

⁵⁶ PIEDRAFITA, S., STEINBERG, F., Y TORREBLANCA, J.I. **La europeización de España (1986-2006)**. Madri: Real Instituto Elcano, 2007.

⁵⁷ BADAJOSA PAGÉS, Juan. **La adhesión de España a la CEE**. 75 años de Política Económica Española. Boletim Económico de Informação Comercial Espanhola (ICE). Noviembre 2005, N° 826.

Europa dos 15, para a situação atual, em que a média espanhola supera em cerca de 2% à da Europa dos 27. Aprecia-se a mudança na seguinte tabela:

Tabela 03.
Principais magnitudes de mudança econômica: 1986-2006

	1986	1996	2006
1. Renda per capita (Euros de 2005)	7.950	13.636	23.087
2. PIB pm, bilhões de euros	205	474	976
3. Inflação (%)	9,3	4,8	2,7*
4. Desemprego (%)	17,7	17,8	8,1*
5. Juros de curto prazo (%)	12,2	7,5	3,1
6. Déficit público (% do PIB)	6,2	6,6	-1,4*
7. Dívida Pública (% do PIB)	42,3	68,1	37,0*

Fonte: Banco de España e Eurostat, *Statistical Annex* Spring 2007. * Previsão para 2007

Existem dois elementos chave neste quesito: transferência de fundos comunitários e adoção das normativas regionais. Desde 1986, a Espanha tem sido grande receptor de fundos comunitários: a União Européia destinou ao país cerca de 11,3 bilhões de euros anuais em valores de 2003 (1,8% do PIB espanhol), cifra que aumentou para 13 bilhões no período 1993-9 (2,2% do PIB) e 14,5 bilhões entre 2000-3 (2,1%), conforme Tabela 04⁵⁸.

Tabela 04.
Saldo orçamentário da Espanha na UE
(em milhões de euros, valores de 2004)

	Contribuições da Espanha	Aportes da UE	Saldo orçamentário
1986	1.451,44	1.341,51	-109,93
1987	1.707,76	2.159,27	451,51
1988	2.624,45	4.500,38	1.875,94
1989	3.157,75	5.146,03	1.988,29
1990	3.830,07	5.052,58	1.222,52
1991	5.204,55	8.913,88	3.709,33
1992	5.773,49	8.692,32	2.918,82
1993	6.347,01	9.679,04	3.332,04
1994	6.640,26	9.507,46	2.867,20
1995	4.856,24	13.819,80	8.963,56

⁵⁸ TORREBLANCA, José Ignacio. *Las perspectivas financieras 2007-2010 de la Unión Europea: Un buen acuerdo para España*. Madri: Real Instituto Elcano, 2007.

1996	5.627,72	12.580,50	6.952,78
1997	6.698,48	12.883,40	6.184,93
1998	6.330,53	13.467,81	7.137,28
1999	5.912,16	12.332,36	6.420,20
2000	7.559,83	12.460,76	4.900,92
2001	7.412,41	13.439,39	6.026,98
2002	8.658,53	16.190,10	7.531,57
2003	8.734,56	17.330,86	8.596,30
2004	9.275,14	16.179,46	6.904,32
2005	9.854,29	15.330,33	5.476,04
Total	117.656,66	211.007,25	93.350,59

Fonte: Herce y Sosvilla 1986-1999 FEDEA, Mincco 2000-2004, Presupuestos generales del Estado 2005.

Dentro do gasto estrutural, os recursos recebidos pela Espanha em conceito de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) somam cerca de 2,8 bilhões de euros anuais no período 1986-2003, cifra que representa 50% do total dos recursos estruturais. Depois vem o Fundo Social (FSE), com cerca de 1,2 bilhões de euros (22%), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) com 850 milhões (15%) e por fim o Fundo de Coesão, com cerca de 750 milhões de euros (13%). Em termos evolutivos, destaca-se o aumento que o Fundo de Coesão foi adquirindo, chegando a representar 20% do total da ajuda estrutural no período 2000-3.⁵⁹

Como se deduz dos dados expostos anteriormente, as quantidades recebidas ao longo dos anos foram importantes e contribuíram à melhora da economia do país. Com os fundos de coesão europeus, investimentos estrangeiros e comércio internacional mais livre, a economia cresceu em média 3,1% em 1986 e 97, com um ano de recessão (1993). Em 1999, a Espanha era um dos fundadores da União Econômica e Monetária (UEM). A entrada na UE e na UEM integrou a Espanha à economia mundial e contribuiu para sustentar o mais robusto período de crescimento desde meados dos anos 1970. Tanto os governos do Partido Socialista como os do Partido Popular realizaram o investimento

⁵⁹ FUNDACIÓN DE ESTUDIOS FINANCIEROS. *España y las nuevas perspectivas financieras de la Unión Europea 2007 – 2013*. Nuevos condicionantes, nuevos objetivos, nuevas estrategias. Disponível em: http://www.ieaf.es/_img_admin/118823842911.pdf. Acesso em: 30/03/2008.

desses fundos dedicando a maior parte dos mesmos à transformação das infra-estruturas do país: estradas, ferrovias, aeroportos, portos, indústrias estratégicas, etc.

No entanto, como consequência da ampliação da União Europeia para 25 sócios, a situação muda e a Espanha, entre 2007 e 2013, deixará de ter um balanço positivo em relação aos fundos europeus, o que acarretará em um déficit estimado de 23,4 milhões de Euros⁶⁰.

O segundo fator de incentivo à recuperação econômica espanhola decorrente de sua integração regional é a aplicação das normativas da União Europeia, no que se refere ao controle do gasto público, contenção da inflação e limitação da dívida, que obrigou governos a ordenar as contas do Estado e a realizar orçamentos e com controle estrito. O critério de estabilidade macroeconômica exigido para a entrada na UEM (inflação e juros baixos e disciplina fiscal) colocou a Espanha em um círculo virtuoso de crescimento sustentado não inflacionário, acima da média europeia desde 1995.

O desenvolvimento da iniciativa privada é o núcleo da liberalização econômica.

(d). A empresa privada alcançou na Espanha desenvolvimento impensável antes da democracia. Este desenvolvimento não se limita apenas ao território nacional, mas um número importante de empresas espanholas situa-se entre as maiores empresas do mundo. As fusões e aquisições entre empresas cada vez são mais frequentes.

Desde o lançamento do Euro em 1999, a Espanha vivenciou a criação de dois gigantes nos serviços financeiros: a fusão do Banco Santander com o Banco Central Hispano e a dos bancos Bilbao Viscaya com Argentaria. Santander Central Hispano e BBVA são fortes na América Latina e crescem na Europa. As empresas espanholas melhor situadas no ranking mundial têm representação no Brasil⁶¹:

- Banco de Santander: é o sétimo banco do mundo em faturamento e a maior franquia de varejo no mundo ocidental, com 10.852 filiais, 129.749 empregados e 67 milhões de clientes.

⁶⁰ TORREBLANCA, J.I. *¿Adios a los fondos?* Las claves para entender la posición de España a la hora de negociar el presupuesto de la UE para 2007 – 2013. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.- Documento de Trabajo (DT) 21/2005.- 13/06/2005.

⁶¹ CAÑABATE, Alberto. *La empresas españolas se codean en beneficios con las grandes do mundo.*- Invertia, 02/03/2007.

- Banco Bilbao Viscaya Argentaria (BBVA): Empresa situada no 39º lugar do mundo por lucro, 15º banco do mundo.
- Telefónica: A segunda empresa de comunicações do mundo, depois da Vodafone, com 205 milhões de clientes.
- Repsol: uma das dez maiores petroleiras do mundo e a maior companhia energética privada da América Latina.
- Endesa: Primeira companhia elétrica privada da América Latina.

Os *Investimentos Externos Diretos (IED)* (e) tiveram papel predominante na modernização da indústria espanhola nos últimos quarenta anos. Enquanto outros países europeus recebiam ajuda do Plano Marshall para sua reconstrução, a Espanha passou vinte anos isolada e sofrendo a devastação da Guerra Civil. Com a instauração do regime ditatorial franquista, o país não recebia empréstimos externos até 1959-60, quando ratificou acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estes acordos coincidiram com o Plano de Estabilização que favoreceu investimentos e começou a integrar a peseta ao sistema monetário internacional. Os investimentos externos começaram a chegar, passando de US\$ 12 milhões em 1958 para US\$ 86 milhões em 1960.

O fluxo de IED desde o ingresso na Comunidade Econômica Européia em 1986 foi tão grande que, como define William Chislet (2002), parecia que o país estava pronto para venda⁶². A entrada de IED aumentou da média de US\$ 8,2 bilhões anuais entre 1985-95, US\$ 14,2 bilhões em 1998, US\$ 15,8 bilhões em 1999, US\$ 36,6 bilhões em 2000 e começou a cair em 2001, com US\$ 20,2 bilhões, de acordo com a UNCTAD⁶³. O estoque de investimentos recebidos alcançava US\$ 162,6 bilhões em 2001 (em 1985, era de US\$ 8,9 bilhões). Esses investimentos ajudaram o país a sustentar seu crescimento econômico acima da média dos países da OCDE, diminuindo o déficit de conta corrente. O volume dos IED, com notáveis exceções, é resultado de fusões e aquisições⁶⁴.

⁶² CHISLET, William. **The Internalization of Spanish Economy**. Real Instituto Elcano. Madri, 2002. O autor escreve: “it seemed at times as if the country was up for sale”, pág. 150.

⁶³ UNCTAD. **World Investment Report**, 2001.

⁶⁴ O Valor Agregado Bruto (VAB) das empresas de origem norte-americana significou em média cerca de 1,72% do PIB espanhol entre 1994 e 2002. Comparando o dado para o setor industrial espanhol, o VAB americano, como média no período 1999-2002, foi de 8,2 % do PIB industrial espanhol. ALLARD, Gayle e

A liberalização da economia a partir de 1986 abriu oportunidades para os estrangeiros, enquanto muitas empresas espanholas, especialmente as familiares, preferiram se vender a ter que fazer os ajustes para sobreviver em um ambiente mais competitivo. Empresas estrangeiras controlam a indústria automobilística (Seat, Ford, Nissan, Opel, Peugeot, Renault e Volkswagen) e são fortes no setor de cimento (Portland e Lafarge Asland), eletrônicos (Sony, Philips e Electrolux, Siemens e Bosch), computadores (Hewlett Packard e IBM) e produtos de consumo (Unilever e Procter & Gamble). As francesas Auchan (conhecida na Espanha como Alcampo) e Carrefour transformaram o setor varejista, abrindo hipermercados nas cidades que esvaziaram as tradicionais “lojinhas de esquina”. Vários bancos estrangeiros (Barclays, Citibank e Deutsche Bank) adquiriram participações em bancos espanhóis, assim como empresas de seguros (Allianz, Axa, Generali). Nem mesmo a indústria do vinho tem sido imune à invasão de investimentos estrangeiros: em 1994, a Allied-Lyons comprou a Pedro Domecq, empresa líder de bebidas espirituosas na Espanha e no México, e em 2001 a Allied Domecq comprou a Bodegas y Bebidas, maior produtor de vinhos do país.

A Espanha tem o terceiro maior número de filiais estrangeiras entre os países da União Européia, atrás da Alemanha e da França. Do total de 53.753 filiais estrangeiras na UE em 2001, 7.465 estavam na Espanha. Um estudo da Economist Intelligence Unit, sobre atração de investimento, colocou a Espanha entre os países mais baratos da União Européia, levando em consideração as seguintes categorias: custos trabalhistas, gastos com viagens, custo dos expatriados, taxas corporativas, nível de corrupção, custo da propriedade, telecomunicações e transporte rodoviário⁶⁵. Outro atrativo para empresas estrangeiras é o tamanho do mercado interno espanhol e sua força de consumo, possibilidades de exportação e potencial de crescimento.

Como consequência dos fatores acima expostos, a Espanha emergiu como ator na economia global. A gradual transição para uma economia de mercado, aproveitando a integração regional européia, foi a mais bem sucedida entre as antigas economias estado-cêntricas. Atualmente, a Espanha é o 51º em tamanho, 30º em população e 11ª economia

PAMPILLÓN Rafael. **El impacto de la Inversión Directa de Estados Unidos en España**. Real Instituto Elcano.- Documento de Trabajo (DT) 19/2005.- 18/04/2005.

⁶⁵ Economist Intelligence Unit, **Worldwide Business Costs**, 2001.

(8ª entre os países da OCDE) ⁶⁶. Em 2000, a renda per capita, em paridade de poder de compra, era de US\$ 19.180, a 21ª no mundo. A renda per capita espanhola se situou em 2006 em 93,9% da Europa dos Quinze (anterior às ampliações ao leste de 2004 e 2007). Em 2007, cinco comunidades autônomas superaram a riqueza média dos Quinze: Madri (121,3%), Navarra (118,2%), País Basco (117,1%), Aragão (104,4%) e Catalunha (102,6%). De acordo com o jornal Cinco Días, em 2007, a Espanha alcançou 98,9% da renda da EU-25 e praticamente se iguala à Europa atual de 27 membros ⁶⁷ e, em 2008, depois das últimas ampliações para o Leste (Romênia e Bulgária), o PIB da Espanha supera em 2 % a média da União Européia. ⁶⁸

O crescimento econômico espanhol foi acompanhado pelo desenvolvimento de infra-estruturas e programas de desenvolvimento social. O sistema de bem estar espanhol foi o último a ser criado no continente: enquanto a maioria dos países da UE esteve ocupada entre os anos 1960 e 75 construindo pensões, benefícios para desempregados e esquemas de saúde e habitação, a economia espanhola tinha mínima presença do Estado nestas questões. Tal crescimento deu lugar, ainda, a um excedente de capitais, a um excesso de liquidez e também a empresas com tamanho suficiente para não se conformar com o mercado local. Por conseguinte, a Espanha deixou de ser um país fundamentalmente receptor de investimentos externos e passou a realizar investimentos no exterior, através de suas novas empresas “multinacionais”. Esta internacionalização da economia espanhola, com crescente participação em investimento externo direto na última década, dirigiu-se especialmente para a América Latina.

Desde 1986, o foco estratégico das grandes empresas foi-se alterando gradualmente, passando da defesa de seu mercado doméstico até expandir-se para o exterior pesadamente. Os investimentos de empresas espanholas fora do país subiram de uma média de US\$ 2,3

⁶⁶ SÁNCHEZ, Carlos. España no estará en el G-7: el Banco Mundial la sitúa como undécima economía del planeta. Disponível em: http://www.cotizalia.com/cache/2008/02/20/77_espana_estara_banco_mundial_situa_undecima.html#. Acesso em: 03/4/2008.

⁶⁷ EZQUERRA, Marcos. Cinco regiones españolas superan renta media de la UE-15. Madri, 06/03/2007. Disponível em: http://www.cincodias.com/articulo/economia/regiones-espanolas-superan-renta-media-UE-15/20070306cdscdieco_3/cdseco/ Acesso em: 15-09-07

⁶⁸ “España supera la media europea de PIB per capita gracias a efecto de ampliación”. Disponível em: <http://www.eleconomista.es/economia/noticias/250670/07/07/ESPANA-supera-media-europea-de-PIB-per-capita-gracias-a-efecto-de-ampliacion.html>. Acesso em: 03/4/2008.

bilhões entre 1985-95 para US\$ 12,6 bilhões em 1997, US\$ 18,9 bilhões em 1998, US\$ 42,1 em 1999, US\$ 53,7 bilhões em 2000 e tiveram uma brusca queda em 2001, de acordo com relatórios da UNCTAD⁶⁹. O estoque de investimento no exterior aumentou de US\$ 4,5 bilhões em 1985 para US\$ 186,4 bilhões em 2001. Nesse ano, a Espanha era o oitavo investidor mundial. Chegou a ser o maior investidor na América Latina, superando os Estados Unidos, cuja economia é quinze vezes maior.

Existem alguns fatores chave que impulsionaram o investimento espanhol na América Latina. Dois deles são puramente econômicos: a liberalização e a privatização abriram setores da economia latino-americana que até então estavam fechados e havia uma enorme demanda por capital para desenvolver a infra-estrutura da região. Outro fator de atração é o tamanho do mercado latino-americano, cujo potencial de crescimento é maior que o europeu. Além disso, grande parte da ajuda oficial ao desenvolvimento espanhol é dirigida à América Latina⁷⁰. Laços lingüísticos, históricos e culturais com a maioria dos países da região e sua experiência de construir um estado democrático colocam o país em posição privilegiada para compartilhar suas experiências com os países latino-americanos. A Espanha, como Portugal, está localizada como uma ponte entre a zona do euro e a América Latina.

2.2. O caso brasileiro

2.2.1. Transição democrática

A transição democrática no Brasil começou em 1974, quando o regime militar - inaugurado dez anos antes, no golpe que depôs o Presidente João Goulart - introduziu uma série de medidas liberalizadoras que, de acordo com as palavras do próprio Presidente Geisel, visavam à abertura "*lenta, gradual e segura*"⁷¹. O ponto de inflexão pode ser

⁶⁹ UNCTAD. *Op. cit.*, p.164.

⁷⁰ O tema das Ajudas Oficiais ao Desenvolvimento (AOD) será tratado no capítulo sobre cooperação bilateral.

⁷¹ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tandreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

estabelecido com a eleição realizada em 1974, na qual o avanço da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi superior ao esperado, surpreendendo não apenas ao governo militar no poder, mas também ao próprio Movimento.⁷² O MDB praticamente dobrou sua representação na Câmara dos Deputados (cujo número de assentos aumentou de 310 a 364), passando de 87 para 165 deputados. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que representava o governo, diminuiu seu número de deputados de 223 para 199. Os resultados no Senado foram parecidos: o MDB passou de sete para 20 senadores e a Arena baixou de 59 para 46. Além disso, a oposição conseguiu o controle das Assembléias Legislativas estaduais de importantes estados, nos quais o eleitorado urbano foi crucial: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas. Anteriormente, apenas haviam conseguido o controle da Grande Rio, que na época constituía o Estado da Guanabara.

O avanço da oposição foi-se consolidando nas eleições municipais de novembro de 1976. A Arena venceu nas zonas mais carentes do país, onde existia grande controle da população, mas nas áreas urbanas, o triunfo foi do MDB, que venceu no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos.

A pressão sobre o governo militar causada por esse avanço do partido oposicionista foi apoiada, na esfera internacional, pela denúncia que o Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante a administração Carter, fez em 1977 sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil⁷³. Por estas ou outras razões, o governo Geisel foi diminuindo o protagonismo da “linha dura”⁷⁴ e, com a decisão de promover para a sucessão presidencial, em 1978, o General João Batista Figueiredo, o processo de mudança foi irreversível⁷⁵.

Sob mandato do General Figueiredo, as transformações continuaram, ainda que lentamente, dentro de um contexto de grave crise econômica, com inflação galopante e múltiplos conflitos trabalhistas. Em 1978, os trabalhadores dos setores automobilístico e metalúrgico do cinturão industrial do ABC Paulista, liderados pelo Sindicato Metalúrgico

⁷² SKIDMORE, Thomas E. **Brazil's Slow Road to Democratization: 1974 – 1985**.

⁷³ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁷⁴ CASTRO, Celso e ARAÚJO, Maria C. (orgs.) **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁷⁵ Para maiores detalhes a respeito da ligação entre o processo eleitoral e a distensão do regime militar, ver: “O Brasil Autoritário revisitado”: o Impacto das eleições sobre a Abertura (pg. 83-134, in: LAMOUNIER, Bolívar. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

de São Bernardo, cujo presidente era Luiz Inácio Lula da Silva, provocaram o maior conflito trabalhista desde as greves duramente reprimidas de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968. Esta greve dos metalúrgicos foi repetida um ano mais tarde, promovendo uma onda de conflitos trabalhistas que afetou a mais de três milhões de trabalhadores. Novos movimentos grevistas deste setor repetiram-se em 1980, a consequência dos quais alguns de seus líderes (incluindo o atual Presidente Luis Inácio Lula da Silva) foram presos.

O processo de mudança política desembocou na eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, ao redor da qual se agrupavam todos os grupos de oposição ao regime ditatorial. Em 15 de novembro de 1982, realizaram-se os primeiros comícios pluripartidários desde 1964, quando o poder constitucional foi suspenso pelos militares. Estas eleições serviram para variar o panorama político, iniciando um ciclo de reformas sem ruptura. Os estados mais industrializados, povoados e ricos passaram a ser dirigidos pelos governadores da oposição: São Paulo, Minas, Rio e Paraná. Também foi renovado um terço do Senado (vinte senadores), a Câmara dos Deputados e a Assembléia Legislativa. A oposição obteve 240 deputados, diante dos 235 do Partido Democrático Social (PDS), que, no entanto, manteve maioria no Senado: 46, enquanto a oposição ficou com 23.

Nesse processo eleitoral é interessante destacar o nascimento como partido com representação nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de não ter conseguido os votos esperados, fez-se presente em todos os estados e estabeleceu uma rede de filiados e voluntários locais, imprescindível para promover êxitos futuros⁷⁶.

Diante da pretensão governista de promover como sucessor do general Figueiredo o candidato Paulo Maluf, criou-se, em dezembro de 1984, o Partido da Frente Liberal (PFL), integrado por membros do PDS e por alguns dirigentes do PMDB, que apoiou oficialmente a candidatura de Tancredo Neves para as eleições presidenciais. Neves foi eleito presidente em janeiro do ano seguinte por um colegiado eleitoral, obtendo 480 votos dos 686 totais. Hospitalizado às pressas e depois de uma série de intervenções cirúrgicas, Tancredo Neves

⁷⁶ ARAÚJO, Maria P.N. *A Utopia Fragmentada: As Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

faleceu em abril daquele ano, nas vésperas da posse. Foi substituído pelo vice-presidente eleito José Sarney⁷⁷.

Sob o mandato do Presidente Sarney, a “Nova República”⁷⁸ começa a assentar as bases para a democracia, com “novas esperanças e velhos problemas”⁷⁹. Em 10 de maio de 1985, publicou-se uma Emenda Constitucional que restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das cidades consideradas pelo Regime Militar como áreas de segurança nacional. A emenda também concedeu o direito de voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos, além de extinguir a fidelidade partidária e abrandar as exigências para registro de novos partidos. A partir deste momento, o País desenvolveu um sistema de partidos fragmentado. Desde 1990 houve menos de dezoito partidos com representação na Câmara e nenhum deles alcançou um quarto dos assentos nesta corte legislativa. Entretanto, destacam-se quatro partidos principais: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Em relação à ideologia política, considera-se o PT como esquerda, o PSDB de centro-esquerda, enquanto o PMDB é centrista e o PFL, centro-direita.

A mais importante medida dessa Emenda Constitucional, todavia, foi a convocação de uma nova constituinte, que viria a promulgar uma Constituição em 1988, a oitava na história de Brasil, que não foi votada diretamente pelos cidadãos, mas cuja publicação concluiria a transição democrática no país. O extenso documento, que originalmente contava com 245 artigos, manteve a forma de governo presidencial, mas limitou os limites da presidência, que já não poderia governar por decreto.

As eleições municipais realizadas em novembro de 1985 em 31 cidades, deram o triunfo ao PMDB, com 72% dos votos, enquanto o conservador PDS, que sustentara a ditadura, conquistou 27% dos sufrágios. O PDS surgiu como sucessor a “oficiosa” Arena. No ano seguinte, mais de 69 milhões de brasileiros elegeram 49 senadores e 487

⁷⁷ MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y COOPERACIÓN. **Monografía Brasil**: Publicaciones de la Dirección General de Comunicación Exterior. Agosto 2007

⁷⁸ A expressão “Nova República” foi criada por Ulysses Guimarães para designar o plano de governo da Aliança Democrática, foi assumida por Sarney como sinônimo de sua administração.

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. Uma história do Brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

deputados federais. O PMDB conseguiu 259 dos 487 deputados, aumentando o número de seus senadores para 44, de um total de 72. Esse processo de democratização abarcou assim um período de quatorze anos (1974-1988), motivo suficiente para sua qualificação como “a transição mais longa do mundo”⁸⁰.

Em 15 de novembro de 1989, foram celebradas eleições presidenciais diretas pela primeira vez em 29 anos, nas quais Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional – PRN) obteve 30,48% dos votos, Lula (PT), 17,9% e Leonel Brizola (PDT), 16,51%, sendo necessário segundo turno, que deu uma vitória apertada a Fernando Collor, candidato da direita.

A presidência de Collor, entretanto, foi desastrosa. Durante os quase três anos que ocupou o cargo, não conseguiu enfrentar a profunda crise econômica que herdou do regime anterior, e tampouco teve apoio do Congresso para suas propostas dirigidas a sanar os males que afligiam o país. Eventualmente, Collor aparentou estar envolvido em um escândalo multimilionário de corrupção e tráfico de influências e estes fatos truncaram sua carreira.⁸¹ A Comissão do Congresso encarregada de investigar a corrupção na Administração deu a conhecer seu relatório em agosto de 1992, em que recomendava o processamento do presidente. Um mês depois, a Câmara decidiu destituí-lo, por 441 votos a favor e 38 contra. Conseqüentemente, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto em 02 de outubro, de forma interina. O Senado aprovou, em dezembro, por esmagadora maioria, o relatório da CPI que acusava Collor de corrupção e prevaricação. No dia 29, Collor renunciou e o Congresso, reunido em uma sessão de emergência, proclamou o vice Itamar Franco como novo presidente⁸².

Em 1993, o presidente Itamar nomeou o sociólogo e ex-senador Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda. Cardoso introduziu o Plano Real, que estabilizou as finanças do país e pôs fim à hiperinflação. Nas eleições presidenciais de 1994, Cardoso lançou-se candidato pelo PSDB (com apoio do PFL e do PTB). O êxito do Plano Real

⁸⁰ STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸¹ ALVAREZ RIVERA, Manuel. **Recursos electorales en la internet**: Elecciones Federales en Brasil. Disponível em: http://electionresources.org/br/index_es.html. Acesso em: 01/06/2008.

⁸² Em 1994, o Supremo Tribunal Federal absolveu por falta de provas o ex-presidente Collor e seu tesoureiro de campanha, o empresário Paulo César Farias.

permitiu-lhe prevalecer, por ampla margem, sobre Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (2º colocado) e outros seis candidatos, alcançando a maioria absoluta no primeiro turno da votação.

Em janeiro de 1995 o social-democrata Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência prometendo focar-se no enorme desafio de diluir as desigualdades e varrer a fome e a miséria do mapa do país. Em janeiro de 1997 obteve significativa vitória política com a aprovação em primeira instância de uma emenda constitucional que lhe permitia concorrer a um segundo mandato. Nas eleições de 1998, foi reeleito com maioria absoluta.

Nas eleições presidenciais seguintes (2002), o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, foi o vencedor, com 61,3% dos votos no segundo turno, diante do segundo colocado, o “tucano” José Serra, economista e ex-ministro da Saúde, que obteve a metade dos votos.

Durante o primeiro mandato, vieram à tona diversos escândalos de corrupção, financiamento ilegal de partido, prisão de destacados “companheiros” petistas, em plena campanha eleitoral. Apesar de tudo, Lula candidatou-se a reeleição em uma coligação de partidos de esquerda (PT, PSB e PCdoB) e foi eleito em segundo turno com 60% dos votos, em parte por seu carisma, em parte por não ter adversários de peso (o segundo lugar, Geraldo Alckmin (PSDB), teve menos votos no segundo turno que no primeiro)⁸³. A posse foi em janeiro de 2008.

2.2.2. Integração regional

Após a transição democrática, o Brasil dedica-se a integração com seus vizinhos, fundamentalmente em nível regional. Uma primeira etapa centrada no MERCOSUL, composta primordialmente por temas de comércio e economia, e uma segunda fase a partir de 2004, de caráter mais político. Em ambas as etapas, o núcleo fundamental da integração regional do Brasil continua sendo o Mercado Comum do Sul.

As origens da integração econômica na América Latina, fundamentalmente comercial e alfandegária, remontam a 1960, quando da criação da Associação Latino-

⁸³ Proceso electoral en Brasil, año 2006. Dossier Alpe nº 13, Enero 2007.

Americana de Livre Comércio (ALALC), precursora da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), instituída pelo Tratado de Montevideu de 1980⁸⁴.

As origens do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) podem ser encontradas nas negociações entre Brasil, Argentina e Paraguai que culminaram com a assinatura do Acordo Tripartite de Itaipu/Corpus em 1979. O passo decisivo de cooperação entre o Brasil e a Argentina foi dado no encontro entre os presidentes Raul Alfonsín e José Sarney, em novembro de 1985. Nesta ocasião, assinou-se uma declaração de cooperação pacífica no campo da energia nuclear e inaugurou-se a Ponte Tancredo Neves, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

Esta aproximação com a Argentina levou o Brasil à negociação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE, 1986) e logo ao Tratado Geral de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), que previa a criação de um mercado comum em dez anos. Neste mesmo ano, o Uruguai foi incorporado ao processo através da Ata da Alvorada. Esta política teve plena continuidade durante o governo Collor. Depois da Ata de Buenos Aires, assinada com a Argentina em 1990, foi celebrado o Tratado de Assunção (1991) para a constituição do MERCOSUL, com a incorporação do Uruguai e do Paraguai.

O MERCOSUL foi criado como zona de livre comércio, estimulada pela liberalização tarifária gradual, linear e automática acordada por seus quatro Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). O segundo passo foi estabelecer os primeiros contornos da União Aduaneira, com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 1995 da Tarifa Externa Comum (TEC).

Do ponto de vista físico, o bloco tem dimensões continentais. Somando uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de quatro vezes a União Européia, o MERCOSUL representa um mercado potencial de mais de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de um trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, atrás do Nafta, União Européia e Japão.

⁸⁴ Atualmente, fazem parte da ALADI os países da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Chile e México.

No início, o comércio entre os quatro países era da ordem dos US\$ 5 bilhões. Nove anos depois, no ano 2000, os intercâmbios internos alcançaram US\$ 18 bilhões e, neste mesmo período, o comércio do bloco com o resto do mundo aumentou mais de 60%, de US\$ 41 bilhões a US\$ 67 bilhões.

A conjuntura econômica desfavorável dos países membros teve nos últimos anos impacto negativo sobre os níveis de comércio. Os intercâmbios internos baixaram em 2001 e o comércio entre Brasil e Argentina sofreu um retrocesso de aproximadamente 60%. Esta situação foi parcialmente superada e na atualidade a economia dos quatro países membros está mais saneada⁸⁵.

O MERCOSUL é hoje um *global trader* e interessa-se em manter relacionamento externo amplo e variado. Na agenda externa do MERCOSUL, que inclui iniciativas nas esferas latino-americana, hemisférica e extra-hemisférica, destacam-se os seguintes temas: (a) a negociação de acordos de livre comércio entre o Mercosul e os demais membros da Aladi; (b) a implementação do Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação Econômica e Comercial, firmado em dezembro de 1995 entre o Mercosul e a União Européia; (c) a coordenação de posições no âmbito das negociações com vistas à formação da Área Hemisférica de Livre Comércio; (d) as negociações da Rodada Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio⁸⁶.

No que se refere à integração do Brasil em organismos internacionais, do ponto de vista comercial, já durante o governo Cardoso (1995-2004), foi-se consolidando o interesse estratégico em manter um paralelismo nas negociações comerciais da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e com a União Européia. O êxito das negociações entre MERCOSUL e UE constituía para o Brasil um objetivo de relevância estratégica, pois, diante da aceleração das negociações da ALCA, desejava-se manter um padrão de equilíbrio da inserção brasileira na economia internacional. As negociações hemisféricas

⁸⁵ CARDOSO, Fernando H.. "América Latina e Brasil, autonomia e integração". *Economia Exterior*, n. 27, 2003/2004.

⁸⁶ As negociações da Ronda Doha fracassaram totalmente na última reunião celebrada em Genebra em julho de 2008, fundamentalmente pela intransigência da Índia. Não obstante, o Brasil não renuncia à oportunidade de chegar a um acordo. O Ministro Celso Amorin afirmou ao periódico francês *Le Monde* que, "ainda resta uma pequena oportunidade de concluir o ciclo de Doha". Brasil insta a Retomar Doha. Disponível em: http://lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1039986 Acesso em: 23/08/2008.

não deveriam supor a diminuição dos tradicionais laços de amizade com a Europa e, conseqüentemente, era saudável fortalecer o paralelismo entre os processos negociadores. O presidente Lula posteriormente chegou a reconhecer que seria mais fácil, “ideológica e politicamente”, negociar acordos comerciais com a UE do que com a ALCA⁸⁷. Em seu primeiro governo (2003-2006), pelo menos no terreno retórico e em um momento inicial, foram declaradas as vantagens de um acordo comercial entre a UE e o MERCOSUL, devido ao maior potencial de benefícios do que seria possível alcançar com os Estados Unidos no contexto da ALCA.

Atualmente o governo tem orientado a política externa para os países do Sul, visando a promover e a posição internacional do País. Os temas em discussão/negociação atualmente são: ampliação do MERCOSUL, programas de integração latino-americanos (como a Unasul, o Conselho de Defesa, o Banco do Sul, o acordo do MERCOSUL com os países da América Central), negociações com a União Européia (UE), a OMC e em relação à formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Ampliação do MERCOSUL

O “Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul”, assinado em 04 de julho de 2006, consagra a integração da Venezuela no bloco, apesar de que para que o referido protocolo entre em vigor deve ainda ser ratificado por todos os Estados-parte, o que até o momento apenas aconteceu na Venezuela e no Uruguai.

A integração da Venezuela implica não apenas um salto quantitativo em relação ao aumento do espaço econômico, social, populacional do MERCOSUL, que passaria a representar 65% da população da América do Sul (242 milhões de pessoas, dos quais 187,6 milhões de brasileiros, 38,6 milhões de argentinos, 27 milhões de venezuelanos, 6,2 milhões de paraguaios e 2,4 milhões de uruguaios) e quase 85% do PIB latino-americano⁸⁸, mas também um salto qualitativo quanto à integração de um país que, do

⁸⁷ AYLLÓN PINO, Bruno. *La política exterior do Gobierno Lula y las relaciones de Brasil con la Unión Europea* (ARI), Madri: Real Instituto Elcano, 28/11/2006. Tradução livre.

⁸⁸ PONTIROLI, Norberto. *La incorporación de Venezuela al Mercosur*. Disponível em: <http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=999&IdSeccion=1>. Acesso em: 08/06/2008.

ponto de vista político, dadas as características de seu governo e seu enfrentamento com a maior parte dos países da União Européia e dos Estados Unidos, como com alguns outros do hemisfério americano, México por exemplo, pode constituir fator de instabilidade para o conjunto de Mercosul.

Programas de Integração Latino-Americana

União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Em 23 de maio de 2008, foi assinado em Brasília o Tratado Constitutivo que institucionaliza a União das Nações Sul-Americanas, integrada por doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Sua área abrange 388 milhões de pessoas e representa um PIB de aproximadamente 2,35 bilhões de dólares⁸⁹.

O Tratado estabelece uma estrutura apoiada em três Conselhos: de Chefes de Estado, de Ministros de Relações Exteriores e de Delegados, com sede permanente em Quito (Equador), e incluiu a proposta de um Parlamento Sul-americano em Cochabamba (Bolívia).

A Unasul é a continuação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), fundada em Lima (Peru) em 2005, mas com diferenças importantes: trata-se de uma iniciativa brasileira que já nasceu com a criação de um Conselho Sul-americano de defesa⁹⁰. Previsto de ser criado na assinatura da Unasul, o organismo, por uma série de desacordos entre Colômbia, Venezuela e Equador, teve sua entrada em funcionamento adiada. O Ministro de Defesa do Brasil, Nelson Jobim, no entanto, considera o atraso normal, para que os países que compõem a Unasul preparem-se para dividir as responsabilidades⁹¹.

Banco da América do Sul. No Planalto acredita-se que a criação de um banco dos países da América do Sul deve ser o próximo passo no processo de integração regional e,

⁸⁹ SEQUEIRA, Cláudio D. "Unasul deve agilizar integração dos países andinos ao Mercosul". Folha de São Paulo, Brasil, 24/05/2008, p. 1g.

⁹⁰ MARIRRODRIGA, J. "Brasil impulsa un organismo común de defensa suramericano". El País, Internacional, 24/05/2008, p.17.

⁹¹ SEQUEIRA, Cláudio D. "Falta de consenso impede a criação do Conselho de Defesa". Folha de São Paulo, Brasil, 24/05/2008, p. 1g.

uma vez constituído o banco central único, se procederia com a criação de uma moeda única⁹².

Acordos Mercosul – SICA. Em viagem a El Salvador em maio de 2008, o presidente Lula abriu uma reunião com os mandatários das nações do Sistema de Integração Centro-americana (SICA), formado por Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, República Dominicana e Belize. Seus objetivos ali eram potencializar as relações entre Brasil e os países centro-americanos e impulsionar a assinatura de um tratado de livre comércio entre os blocos MERCOSUL e SICA⁹³.

Relações com UE, OMC e ALCA. Na agenda das negociações econômicas com os países europeus, destacam-se dois temas: questões políticas bilaterais e multilaterais e os assuntos comerciais na Rodada Doha (OMC) e entre blocos regionais (UE-Mercosul).

As negociações bi-regionais entre a Europa e o Cone Sul americano datam de 1995. Em dezembro daquele ano, o presidente Cardoso assinou em Madri o Acordo Quadro entre a União Européia e o MERCOSUL, que fora rubricado cinco dias antes pelos presidentes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, diante dos chefes de Estado e de Governo dos países da UE. A materialização de acordos concretos tem sido complexa e está em um nível ainda inicial, devido à correlação com os temas da ALCA e da OMC⁹⁴. No entanto, o fato de que o Brasil não esteja disposto a negociar um Acordo Bilateral com a União Européia semelhante ao assinado pelo México em 2000 e pelo Chile em 2003 não tem sido obstáculo para que em 04 de Julho de 2007, a UE e o Brasil assinassem em Lisboa uma aliança estratégica que os converte em interlocutores preferenciais, estabelecendo dois compromissos concretos: potencializar os biocombustíveis e relançar a Rodada Doha de negociações com a OMC. Com este acordo, a UE outorga ao Brasil o mesmo tratamento

⁹² Agencia Estado. “Lula: após Unasul, região caminha para ter moeda única”. Disponível em: <http://noticias.br.msn.com/brasil/artigo.aspx?cp-documentid=7689018> . Acesso em: 26/05/2008.

⁹³ DALTON, Juan José. “Lula impulsa en El Salvador las relaciones comerciales con Centroamérica”. El País, 30/05/2008, Internacional, p.14.

⁹⁴ ZABALETA FAJARDO, Alfonso. Unión Europea – Mercosur “Hacia um acuerdo de asociación interregional”. El País, 08/06/2008, Internacional, p.12.

dispensado à Rússia, China ou Índia, e converte-se na chave para desbloquear as relações bi-regionais⁹⁵.

De fato, na reunião MERCOSUL-UE realizada em Bruxelas em abril de 2008, os representantes europeus reiteraram sua preferência por esperar o desenlace das negociações da Rodada Doha, que aconteceria no segundo semestre do ano, antes de continuar as negociações bilaterais⁹⁶. O fracasso das negociações de Doha, no passado mês de julho, talvez favoreça a volta das negociações bi-regionais entre UE e Mercosul.

A posição brasileira em todas as negociações tem como base seu apoio nos organismos multilaterais na América Latina. É neste contexto que podemos entender a proposta do presidente Lula na reunião de Cúpula do MERCOSUL do Rio de Janeiro⁹⁷, de integrar os blocos atualmente existentes na região em uma Comunidade Ibero-americana de Nações, proposta que se materializou em maio de 2008, conforme comentado anteriormente.

A reunião da Assembléia Parlamentar Euro-Latinoamericana (EUROLAT), celebrada em maio de 2008 em Lima⁹⁸, incidiu em promover tratados comerciais “globais”: criação de uma Zona Euro-latinoamericana de Associação Global Inter-regional para 2012 e conclusão das negociações dos acordos de Associação UE - Centro América e UE - Comunidade Andina para 2009⁹⁹.

Em relação às negociações com a OMC, aos êxitos alcançados no momento pelo Brasil nas disputas sobre o comércio de bananas, açúcar e frango, deve-se somar a recente vitória diante dos Estados Unidos sobre o algodão¹⁰⁰. De fato, no cenário do comércio

⁹⁵ MORA, Manuel. “Brasil y la EU sellan una alianza centrada en el cambio climático”. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/Brasil/UE/sellan/alianza/centrada/cambio/climatico>. Acesso em: 08/06/2008.

⁹⁶ Relaciones Unión Europea – América Latina. Newsletter OBREAL/EULARO n° 67, 15/04/2008. Disponível em: <http://www.obreal.unibo.it/Presss.aspx?Action=Data&IdPress=419>. Acesso em: 08/06/2008.

⁹⁷ A 32ª Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) e da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que se realizaram entre 18 e 19 de janeiro de 2007 no Rio de Janeiro.

⁹⁸ Uma delegação do Parlamento Europeu participou de 29 de Abril a 1º de Maio na segunda sessão plenária ordinária da Assembléia Parlamentar Euro-Latino-Americana, que se realizou em Lima, no Peru, e que integra deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos Andino, Latinoamericano e Centroamericano, assim como das comissões parlamentares mistas UE-México e UE-Chile.

⁹⁹ Assembléia Parlamentar Euro – Latinoamericana. **Resolução:** Desafios e Oportunidades da Rodada Doha. Mensagem à V Cúpula União Européia-América Latina e Caribe. Lima, 1º/05/2008.

¹⁰⁰ OMC condena EUA em caso do algodão e Brasil poderá impor sanções. Folha Online, 20/06/2008. Disponível em:

mundial, o Brasil está tomando mais protagonismo e mostrando mais capacidade de negociação¹⁰¹, especialmente em dois componentes do comércio e da economia internacional: energia e alimentos.

Por fim, as negociações bilaterais com os Estados Unidos, e especialmente entre MERCOSUL e NAFTA, para chegar a uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a possibilidade de se chegar a um acordo no curto prazo é remota. A opinião generalizada é que não se vai chegar a um acordo global com os EUA até que seja consolidado um bloco sólido na América Latina¹⁰². No entanto, a ALCA tem um componente político tão importante quanto o comercial¹⁰³. Devido a isso, apenas a consolidação da união dos países latino-americanos e uma negociação em bloco pode permitir a obtenção de um acordo satisfatório para os países da região.

2.2.3. Liberalização econômica

A transformação do modelo econômico do Brasil foi lenta. A chegada ao poder de Fernando Collor de Mello (1989), implementando medidas de liberalização econômica como as propagadas pelo Consenso de Washington (1989), supõe a ruptura do modelo econômico do Estado nacional desenvolvimentista, vigente no país desde 1930, e sua substituição pelo paradigma do Estado neoliberal.

Collor procedeu a uma abertura comercial unilateral e ao lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), que iniciou o caminho das privatizações das empresas estatais. A execução material deste plano, entretanto, correspondeu a Fernando Henrique

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Fdinheiro%2Fult91u407859.shtml>. Acesso em: 08/06/2008.

¹⁰¹ “Brasil se define: dentro de La OMC todo, fuera de ella, nada” Agencia Periodística del Mercosur. Publicado en 03/06/2008. Disponível em: http://www.bilaterals.org/article.php3?id_article=5424. Acesso em: 08/06/2008.

¹⁰² SOSA, Alberto J. “Mercosur vs ALCA?”. Disponível em: <http://www.amersur.org.ar/Integ/MSvsALCA.htm>. Acesso em: 08/06/2008.

¹⁰³ INSTITUTO BOLIVIANO DE COMERCIO EXTERIOR. “El TLC gana espacio a la integración Latinoamericana”. Disponível em: <http://www.ibce.org.bo/Documentos/tlcgana.htm>. “Candidatos entre dos caminos: seguir en Mercosur o TLC com EEUU” Disponível em: <http://www.eldeber.com.bo/2008/2008-04-17/vernotaahora.php?id=080416165035>. Acesso em: 08/06/2008.

Cardoso, a partir de 1995, com a aplicação das medidas mais amplamente liberalizadoras e desestatizantes da economia brasileira, diretamente implicadas na substituição de seu plano de estabilização econômica, que se denominou Plano Real¹⁰⁴.

O Plano Real um instrumento econômico que assentou as bases para a estabilização econômica e financeira do País, convertendo-o em um mercado vantajoso para a chegada de investimentos estrangeiros e integrando-o às demandas da economia internacional globalizada. Acompanhado de medidas aberturistas, favoreceu e intensificou as relações internacionais, incluindo as relações com a Espanha. É conveniente recordar que o Plano Real começou a ser estudado por Fernando Henrique Cardoso quando foi nomeado Ministro da Economia e Fazenda, em 1993, no governo de Itamar Franco.

O Plano Real foi um mecanismo elaborado para reduzir a inflação do Brasil, após uma série de planos heterodoxos frustrados¹⁰⁵, que tinham como pontos-chave os conceitos de inflação inercial¹⁰⁶ seguido pelos “choques monetários”¹⁰⁷. O Plano Real atacou a inflação no país através de um pacote gradual com três medidas: ajuste fiscal; indexação completa da economia (pela adoção da Unidade Real de Valor - URV); e a transformação posterior da URV em Real¹⁰⁸. Embora o Real também tivesse a inflação inercial como pressuposto, o governo adotou práticas distintas das usadas nos antigos planos para frear o processo inflacionário: “anunciou metas de expansão monetária bastante restritiva, restringiu operações de crédito e impôs depósito compulsório de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro”¹⁰⁹. Nota-se aqui a âncora monetária, visando restringir a inflação pela pouca emissão de moeda e limitando as possibilidades dos agentes repassarem os custos para os preços¹¹⁰.

¹⁰⁴ O Plano Real foi lançado pelo governo Itamar Franco (1992-4), quando FHC era ministro da fazenda.

¹⁰⁵ Plano Cruzado (1986); Bresser (1987); Verão (1989); Collor I (1990); Collor II (1991).

¹⁰⁶ Inflação inercial significa que a partir de certo momento a inflação adquire uma “autonomia”, quando a taxa de inflação do passado determina as expectativas para a taxa atual, que determinará a do futuro. Essa inércia vem dos mecanismos de indexação, que propagam a inflação. SIMONSEN, Mário Henrique. “Inércia inflacionária e inflação inercial” in *Ensaio Econômicos da EPGE* no. 122, de 01/1988, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

¹⁰⁷ Muitas vezes sobre a forma de congelamento de preços.

¹⁰⁸ Para maiores detalhes, ver: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8880.htm.

¹⁰⁹ GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2005, 6ª ed., pp. 475.

¹¹⁰ GARCIA, Mário P. “Vida longa para o Real”. O artigo está disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia/Artigos/VidalongaReal.PDF>

Ao mesmo tempo, o governo também lançou mão de uma âncora cambial¹¹¹. Visando abrir mais a economia nacional aos capitais externos e aproveitando o momento de grande liquidez internacional, o governo valorizou a moeda nacional para facilitar a importação, o que impedia que os preços internos subissem. Devido ao acesso aos bens importados a preços baixos, a concorrência se acirrou e os preços internos (pelo menos dos bens duráveis) ficaram em patamares estáveis¹¹².

A política econômica do primeiro governo Cardoso partiu desse arcabouço. As conseqüências indesejadas, porém, não tardaram a aparecer: com a queda da inflação, a demanda interna aqueceu e, somada à valorização do Real perante as moedas estrangeiras, levou a crescentes déficits de balança comercial, muitas vezes acompanhadas pela dívida externa¹¹³. Outro fator problemático era que grande parte dos investimentos no Brasil eram *hot money*, investimentos em capital financeiro volátil¹¹⁴; uma situação macroeconômica de risco no curto prazo e danosa no longo, que obriga o governo a manter altas taxas de juros para atrair capital estrangeiro e com isso o crescimento econômico fica seriamente prejudicado pela dificuldade de crédito¹¹⁵.

Desde o começo do governo de FHC esse efeitos colaterais foram percebidos: no mesmo ano de 1994 foram estabelecidas as margens de flutuação do dólar, o que restringiu a entrada de recursos externos, pois as possibilidades de lucro especulativo ficaram reduzidas¹¹⁶. Com as crises externas de 1995, 1997 e 1998, esse sistema foi colocado à prova: pelos problemas no México, na Rússia e no Sudeste Asiático, o Banco Central perdeu um volume considerável de reservas¹¹⁷. Mesmo com o aumento forte das taxas de juros para reter capital, a fuga foi muito grande; os empréstimos com o FMI foram

¹¹¹ Para uma análise entre “âncora cambial” e “âncora monetária”, ver: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_520.pdf

¹¹² Já com os serviços, não “importáveis”, fica mais difícil o controle. Os preços subiram bastante nessa época. GREMAUD, Amaury Patrick. *Op. Cit.*, pp. 478.

¹¹³ Os Balanços de Pagamentos do período comprovam esse fato. Em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>

¹¹⁴ Ver <http://www.fgv.br/ibre/cecon/cibre.htm>

¹¹⁵ Sobre os efeitos da taxa de juros no crescimento, ver VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. *Economia: Micro e Macro*. São Paulo: Atlas, 2002, Capítulos 9 e 10.

¹¹⁶ SICSÚ, João. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/a_alternativa_ao_regime_de_metas.pdf

¹¹⁷ Ver <http://www.diecse.org.br/esp/real/crisereal.xml>

acertados, todos os indicadores econômicos de 1998 mostravam que as condições estavam piores do que dos anos passados: a recessão começara¹¹⁸.

A solução foi uma mudança cambial, para estancar as perdas com a artificial valorização monetária e tentar melhorar o saldo em conta corrente. A mudança ocorreu em janeiro de 1999, um mês após a reeleição de Cardoso. Com a troca de Gustavo Franco por Francisco Lopes à frente do BC, o governo procedeu com uma desvalorização do câmbio, mas manteve ainda o sistema de bandas¹¹⁹. Com a suspeita de ajuda ilícita a bancos privados por Lopes, ele foi substituído por Armínio Fraga, que abandonou de vez o sistema de bandas e adotou o modelo flutuante¹²⁰.

Havia, porém, o receio de que, abandonando a taxa fixa, a inflação voltaria pela dificuldade de comprar produtos importados. A solução para esse problema veio em junho de 1996 com a criação do Comitê de Política Monetária, o COPOM, que implantou o sistema de Metas de Inflação. “De acordo com ele, a função básica do BC é cumprir a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, utilizando a taxa de juros para tal, que, por meio de seus impactos sobre a demanda, influencia a inflação”¹²¹. As Metas são um instrumento para manter a confiança nos mercados de que o governo é responsável para com a estabilidade monetária e com os choques cambiais; ainda mais quando somadas ao superávit primário. O que, por outro lado, gera problemas sérios ao desenvolvimento, que podemos comprovar pelas taxas de crescimento de 1999 até hoje.

De acordo com Abrucio (2006), o governo de Cardoso impulsionou ainda uma reestruturação da gestão econômica em nível federal, para a qual usou principalmente sete mecanismos: (1) o combate à inflação e a respectiva regularização de repasses, permitindo negociação mais estável e planejada com os outros entes federativos; (2) a associação dos objetivos da reforma do Estado, como o ajuste fiscal e a modernização administrativa, a descentralização; (3) o condicionamento das transferências de recursos à participação da sociedade na gestão local; (4) a criação de formas de coordenação nacional das políticas

¹¹⁸ AVERBUG, André e GIAMBIAGI, Fábio. *A Crise Brasileira de 1998/1999*. Texto para Discussão 77. Rio de Janeiro: BNDES, maio de 2000.

¹¹⁹ GREMAUD, Amaury Patrick. *Op. Cit.*, pp. 496.

¹²⁰ *Idem*, pp. 497.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 498.

sociais baseadas na indução dos governos subnacionais a assumirem encargos, mediante distribuição de verbas, cumprimento das metas e medidas de punição, também normalmente vinculadas à questão financeira, além da utilização de instrumentos de redistribuição horizontal no Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental (Fundef); (5) a adoção de políticas de distribuição direta de renda a população, partindo do pressuposto de que o problema redistributivo não se resolveria apenas com ações dos governos locais, dependendo também do aporte da União; (6) a aprovação de um conjunto enorme de leis e emendas constitucionais, institucionalizando as mudanças feitas na Federação, e assim dando-lhes maior força em relação às pressões conjunturais; e (7) o estabelecimento de instrumentos de avaliação das políticas realizadas no nível descentralizado, especialmente na área educacional¹²².

No conjunto dessas medidas adotadas na “era FHC”, duas foram as mais bem-sucedidas. A primeira foi o combate ao modelo de relações intergovernamentais, particularmente em relação ao endividamento e aos mecanismos de repasse de custos fiscais dos governos subnacionais à Federação como um todo. Nesse caso, a reformulação mais importante, que de fato resultou de uma soma de mudanças – como a intervenção nos bancos estaduais e a renegociação das dívidas -, foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, destacam as ações de coordenação federativa em políticas como as de saúde e educação, particularmente o Fundef e o Piso de Atenção Básica (PAB). O Fundef conseguiu reorganizar a ação federal e tornou-se um dos principais responsáveis pela quase universalização do ensino fundamental. O PAB, por sua vez, reduziu as desigualdades de recursos entre os municípios e, com isso, favoreceu o aprofundamento de uma municipalização mais justa.

A eleição de Lula como presidente em 2002 supôs inicialmente uma revolução política e criou certo temor no mundo empresarial e na direita em geral, tanto dentro como fora do Brasil. Entretanto, notam-se poucas diferenças nesse “tripé” de superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação (somados a uma boa relação com instituições

¹²² ABRUCIO, Fernando Luiz. **Para além da descentralização**: os desafios da coordenação federativa no Brasil., IN: FLEURY, Sonia (org.) **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil & Espanha.- Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

financeiras internacionais). Se Lula se preocupou em dizer que romperia com o “neoliberalismo”, essa mensagem não ecoou na macroeconomia.

“O que em todo caso se depreende do quadro de dados oficiais (e algumas estimativas) são três realidades nítidas: (a) a primeira é que a economia brasileira vem conhecendo taxas de crescimento bastante modestas nos últimos anos, inferiores às médias históricas conhecidas em fases precedentes; (b) a segunda, mais preocupante, é uma contínua deterioração da situação fiscal, ainda que o superávit primário tenha podido conter os níveis dos déficits nominais; (c) a terceira, bem mais feliz, é que a situação das contas externas conheceu uma melhoria sensível ao longo dos últimos três anos, a ponto de se poder dizer que o Brasil rompeu, finalmente, com a sua famosa “vulnerabilidade externa”¹²³.

Nessa citação de Paulo Roberto de Almeida, resume-se a política econômica do governo Lula. Se no plano interno os gastos públicos continuam crescendo a taxas perigosas (alguns dizem que alarmantes), a razão investimento/PIB diminuiu; ao mesmo tempo em que as exportações crescem com vigor, o aumento da carga tributária faz crescer a informalidade e onera o setor produtivo¹²⁴. Mas um aspecto que vale de fato ressaltar é a redução da “vulnerabilidade externa” do País, como diz o diplomata; uma boa parte disso é efeito da ampliação de parcerias no Bloco Sul-Sul, favorecendo as exportações brasileiras. A outra parte vem do próprio crescimento mundial, que nos últimos quatro anos têm sido relativamente alto (4% a 5% ao ano)¹²⁵. O gasto social também cresceu no último governo, especialmente com o programa Bolsa Família, que contribui para a redução das desigualdades em algumas áreas nacionais¹²⁶, o que, somado ao esforço para aumento do salário mínimo, ajuda a criar um indicador um pouco menos desfavorável de pobreza.

A política econômica do governo Lula está sendo orientada por um comportamento ortodoxo, conseguindo alguns logros¹²⁷. Para o segundo mandato do presidente Lula (iniciado em 2007) são esperadas reformas estruturais para aumentar o ritmo de crescimento econômico, especialmente no sentido de que o investimento produtivo alcance

¹²³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58almeida.htm>

¹²⁴ Ver http://www.eni.org.br/produtos/econ/src/crescimento_visao_prioridades.pdf

¹²⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Disponível em: www.pralmeida.org/05DocsPRA/976PolExtGovLula.pdf

¹²⁶ Ver http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1228.pdf

¹²⁷ ARAHUETES GARCÍA, Alfredo. **La economía de Brasil em el primer año de Lula: la búsqueda de la estabilidad y la lucha contra los desafíos de la inserción internacional**. Madri: Real Instituto Elcano, 2003. Disponível em: http://realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT . Acesso em: 12/06/2008

25% do PIB e de uma relativa desoneração nas áreas de engenharia, máquinas e equipamentos.

Esta política tem mudado a inserção do Brasil na economia internacional¹²⁸. A inserção financeira foi substituída pela comercial, similar à seguida pelas economias asiáticas, fortalecida pela entrada de IED. Com essa nova inserção, as exportações passaram de US\$ 60 bilhões em 2002 para US\$ 161 bilhões em 2007, quase o triplo em cinco anos, e o país obteve elevados superávits comerciais e de conta corrente que, junto com a entrada dos IED, permitiu-lhe reduzir passivos externos e acumular nível de reserva recorde: US\$ 182 bilhões no final de 2007.

A gestão da economia pelo presidente Lula, até o momento, tem produzido uma melhora significativa da situação do País, tanto em sua situação interna (crescimento e distribuição de renda, criação de postos de trabalho) como em sua projeção externa: valorização da economia brasileira, certificação do País, crescimento da balança comercial, peso político nos mercados, etc..

Comparando o crescimento do PIB brasileiro com a inflação, apreciamos a melhoria econômica do país e sua estabilização, no que se refere ao crescimento real (Tabela 05). Destaca-se ainda a balança comercial do País, positiva nos últimos oito anos (Tabela 06).

Tabela 05
Crescimento do PIB brasileiro comparado com a inflação

ANO	PIB (%)	INFLAÇÃO	GOVERNO
1991	1,0	375,49 *	Collor
1992	-0,5	1.149,05	Collor
1993	4,9	2.489,11	Itamar
1994	5,8	929,3	Itamar
1995	4,2	21,98	FHC
1996	2,7	9,12	FHC
1997	3,3	4,34	FHC
1998	0,1	2,49	FHC

¹²⁸ ARAHUETES GARCÍA, Alfredo.- La peculiar adaptación asiática de Brasil. El País, Internacional, 18/03/2008, p.19.

1999	0,8	8,43	FHC
2000	4,3	5,27	FHC
2001	1,3	9,44	FHC
2002	2,7	14,74	FHC
2003	1,1	10,38	Lula
2004	5,7	6,13	Lula
2005	3,2	5,05	Lula
2006	3,8	2,81	Lula
2007	5,4	4,46 **	Lula
* De fevereiro a dezembro			
** Estimativa			
Fonte: Dieese			

Tabela 06
Evolução da Balança Comercial (1993-2008)
Valores em US\$ Milhões

ANO	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	SALDO
1993	25.659	38.597	12.938
1994	33.105	43.545	10.440
1995	49.664	46.506	-3.158
1996	53.301	47.747	-5.554
1997	61.347	52.990	-8.357
1998	57.594	51.120	-6.474
1999	49.272	48.011	-1.261
2000	55.783	55.086	-697
2001	55.581	58.223	2.642
2002	47.048	60.141	13.093
2003	48.283	73.084	24.801
2004	62.779	96.475	33.696
2005	73.545	118.309	44.764
2006	91.350	137.807	46.457
2007	120.610	160.649	40.039
2008*	63.397	72.055	8.658
* Janeiro a Maio			
Fonte: Base de dados do Portal Brasil, Banco Central do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Siscomex e Fundação Getúlio Vargas.			

O Brasil é líder político e econômico da América Latina em um momento de especial bonança no subcontinente¹²⁹, inclusive dentro da crise atual¹³⁰, ocupando uma posição no ranking do Banco Mundial, segundo a capacidade de compra, equivalente ao Reino Unido, França e Itália¹³¹, sendo a economia brasileira responsável por 2,5% do PIB planetário¹³².

Esta melhora da evolução econômica do Brasil foi reconhecida pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's, que elevou o índice de credibilidade dos títulos do governo em moeda estrangeira de BB+ (ainda em zona de risco) para BBB- (capacidade adequada para cumprir com seus compromissos financeiros). Esta melhora da qualificação também foi confirmada pela agência Fitch¹³³.

Já em outubro de 2007, de acordo com estudo realizado pelas Nações Unidas, o Brasil aparecia como o quinto país do mundo mais interessante para investimentos estrangeiros, depois da China, Índia, Estados Unidos e Rússia¹³⁴.

Esta importância econômica do Brasil em nível mundial aumentou o peso do País no Fundo Monetário Internacional¹³⁵ e de suas empresas na bolsa¹³⁶. No aspecto financeiro, a integração da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) criará um terceiro mercado mundial de ações e o segundo da América¹³⁷.

Esse crescimento econômico, embora de maneira não igualitária, repartiu-se pela sociedade brasileira em diversos níveis: desde melhoras nos índices sanitários (a

¹²⁹ Brasil toma las riendas de Latinoamérica. El País, 25/11/2007, Economía, 28.

¹³⁰ El despegue de América Latina. El País, 30/03/2008, Negocios, 24.

¹³¹ Brasil sobe uma posição e ocupa 6º lugar na economía mundial, diz Bird.. Folha Online, Dinheiro, 18/12/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u355967.shtml>. Acesso em: 14/06/2008.

¹³² OTÁLVORA, Edgar C. Brasil se rearma. Disponível em: <http://webarticulista.net.free.fr/eco200705111236+Edgar-C-Otalvora.html>. Acesso em: 14/06/2008.

¹³³ ARIAS, Juan. Brasil entra en el club de los países seguros para invertir. El País, 02/05/2008, Economía, p.23.

¹³⁴ ARIAS, Juan. Brasil es el quinto país do mundo más interesante para invertir, según la ONU. El País, 05/10/2007, Economía, p.23.

¹³⁵ POZZI, Sandro.- España, Brasil y México ganarán peso en el FMI.- Economía El País, 29/03/2008, Economía, p.18.

¹³⁶ Brasil y México dominan la lista de las mayores empresas latinoamericanas en la bolsa.- El País, 11/01/2008, Economía, p.25.

¹³⁷ ARIAS, Juan. Bovespa y BM&F se integran y crean la Nueva Bolsa El País, 27/03/2008, Economía, p.27.

mortalidade infantil diminuiu 65% desde 1990) até o aumento do número de milionários, que aumentou em 60.000 em 2007¹³⁸, e uma melhor distribuição de renda – apesar de que neste aspecto a maior parte do trabalho ainda está por ser feita.

Outro aspecto a melhorar é o desenvolvimento tecnológico do país. Se a produção industrial é cada vez mais proeminente¹³⁹, no ranking de competitividade mundial, o Brasil ocupa o 43º lugar, apesar da melhora em relação a 2007 (ocupava a 49ª posição)¹⁴⁰.

O Plano de Desenvolvimento Industrial apresentado pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega, no valor de US\$ 125 milhões, destinados a estimular novas indústrias de exportação e alta tecnologia mediante isenções tributárias, capital de risco e outras iniciativas, provavelmente melhorará esta situação no médio prazo¹⁴¹.

O Brasil, por outra parte, alcançou auto-suficiência energética com a “descoberta” de novas jazidas de petróleo na bacia de Santos e o desenvolvimento da produção de biocombustíveis, energia eólica e energia solar, pode converter-se em grande gerador de energia¹⁴². O tema da energia, dada sua importância, será tratado mais detalhadamente no capítulo sete.

Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovido pelo governo Lula em seu segundo mandato, deve-se ressaltar, em primeiro lugar, a importância da própria iniciativa: posto que, até o ano 2010, são previstos investimentos no volume de US\$ 250 bilhões. Em segundo lugar, porque a maior parte destes investimentos serão destinados a infra-estruturas e a modernização das comunicações, com o qual se pretende que o País dê um enorme salto na promoção da integração territorial, dando lugar a uma melhor distribuição da riqueza. Por fim, devemos destacar

¹³⁸ ARIAS, Juan. Brasil registra 60.000 nuevos millonarios. El País, 14/01/2008, Economía, p.28.

¹³⁹ España cae al octavo puesto en el ranking de producción mundial de vehículos, superada por Brasil. Disponível em: <http://www.eleconomista.es/empresas-finanzas/noticias/422688/03/08/Economia-Motor>. Acesso em: 14/06/2008.

¹⁴⁰ Ranking de competitividade mundial 2008 – IMD (Suíça). Disponível em: www.imd.ch. Acesso em: 14/06/2008.

¹⁴¹ Brasil endereza el rumbo y se transforma en un nuevo motor de la economía mundial. Disponível em: <http://www.sela.org/sela/prensa.asp?id=13299&step=3>. Acesso em: 14/06/2008.

¹⁴² ARIAS, Juan. El mercado mundial de la energía apuesta por Brasil. El País, 25/04/2008, Economía, p.22.

o interesse que o PAC despertou na Espanha, como uma via de possibilitar as relações comerciais e os investimentos espanhóis no País¹⁴³.

¹⁴³ Lula llega a España para presentar su Programa de Aceleración do Crecimiento. *Latinoamérica Exterior*, nº58, 15/09/2007. Los empresarios españoles se suman al Programa de Aceleración do Crecimiento de Brasil propuesto por Lula. Disponível em: [El Economista.es](http://ElEconomista.es). Acesso em: 17/09/2007.

3. A POLÍTICA EXTERIOR ESPANHOLA E SUA PROJEÇÃO LATINO-AMERICANA

3.1 Breve história da Política Exterior da Espanha Democrática

Neste capítulo, expor-se-á a evolução da Política Externa da Espanha democrática especialmente a partir do governo de Felipe González (1982-96) até o momento atual. Trataremos de destacar os movimentos em direção à América Latina e especialmente ao Brasil. Considera-se relevante, entretanto, fazer uma recapitulação histórica para nos situarmos no tempo.

A política exterior espanhola, ao longo dos últimos séculos (fim do século XV até a atualidade), considerada enquanto capacidade de influir em seu entorno e de assumir protagonismo, tem perdido força de maneira irreparável. Após a fase ascendente do final do reinado dos Reis Católicos, o máximo protagonismo durante o período Habsburgo, sofreu uma diminuição progressiva de seu peso internacional com a dinastia dos Bourbon. O papel da Espanha no contexto internacional alcançou seu mínimo com a perda das colônias na América e na Ásia, na guerra com os Estados Unidos no final do século XIX.

No começo do século XX, encontramos uma Espanha totalmente fechada em si, neutra na Grande Guerra e com tamanha instabilidade interna que culmina na Guerra Civil (1936-39). A neutralidade também na Segunda Guerra (1939-45) e o posterior bloqueio e isolamento internacionais fizeram com que apenas ao final da ditadura do general Franco tivesse lugar um movimento de inserção internacional do país, com a preocupação de recuperar protagonismo. Esta vontade de conseguir um papel relevante no cenário internacional desenvolveu-se com diferentes enfoques e com resultados desiguais, como será detalhado a seguir.

A Guerra Civil espanhola foi seguida pela II Guerra Mundial. O triunfo dos Aliados deixou como únicos governos totalitários no “Ocidente” o regime de Franco na Espanha e o de Oliveira Salazar em Portugal. Como consequência, os Aliados estabeleceram um bloqueio político e econômico ao país após a guerra: a Espanha foi excluída do Plano Marshall e apenas mantinha relações diplomáticas com a Santa Sé e com a Argentina do

general Juan Domingo Perón. Aparte disso, a Espanha tinha certa projeção na África, que cessou com a independência dos territórios de Guiné Equatorial (1968) e do atual Saara Ocidental (1976).

A situação de isolamento manteve-se praticamente até a retomada das relações com os Estados Unidos. Em novembro de 1952, as eleições norte-americanas deram a vitória ao candidato republicano General Dwight D. Eisenhower, fato que alterou as relações entre os dois países. A assinatura dos convênios bilaterais de ajuda econômica, técnica e militar de 26 de setembro de 1953 foi apresentada à opinião pública como o maior logro diplomático de Franco¹⁴⁴. Esse acordo de Ajuda para a Defesa Mútua permitiu aos Estados Unidos implantar diversas bases militares na Espanha, concretamente em Torrejón de Ardoz (Madri), Zaragoza, Morón de la Frontera (Sevilha) e Rota (Cádiz). Além disso, a Espanha receberia, nos dez primeiros anos do Acordo, uma ajuda do montante de US\$ 226 milhões e outros US\$ 141 milhões para gastos militares. Todo este apoio dos Estados Unidos foi em grande parte consequência da Guerra Fria e da obsessão dos Estados Unidos diante da expansão do comunismo soviético.

A partir de 1953, o governo franquista foi sendo progressivamente reconhecido pelos demais países europeus e americanos, retomando as relações diplomáticas com todos eles. A concretização desta relação de “amizade” foi simbolizada pela visita do presidente Eisenhower à Espanha em dezembro de 1959 – primeira visita de um presidente de país democrático à Espanha franquista¹⁴⁵.

As relações com os Estados Unidos, fundadas no ambiente da Guerra Fria, foram chave para a inserção internacional da Espanha durante a época ditatorial. Recordemos que a Organização das Nações Unidas (ONU), pela Resolução 39 de 14 de dezembro de 1946, recomendara a seus membros a retirada de embaixadores e a suspensão de relações diplomáticas com a Espanha. Estas sanções foram revocadas em 04 de novembro de 1950, embora a admissão da Espanha (e outros quinze países) não foi aprovada até a Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1955 (Resolução AG 995/55 e Recomendação do Conselho de

¹⁴⁴ PARDO DE VERA, Ana. **España-EEUU: una historia de amor y odio**. Disponível em: <http://www.elsiglodeuropa.es/siglo/historico/dossier2003/547%20dossier.htm>. Acesso em: 27/04/2008.

¹⁴⁵ LÓPEZ, María-Paz. **Cuando Ike hizo a Franco um gran favor**. Disponível em: <http://www.udel.edu/leipzig/041199/vana211299.html>. Acesso em: 22/06/2008.

Segurança Doc. A/3099)¹⁴⁶. Outro passo importante na “reinserção” internacional da Espanha foi seu ingresso na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) em 1952.

Sobre as relações exteriores da Espanha democrática, trataremos das políticas promovidas pelos três últimos presidentes recentes: Felipe González, entre 1982 e 1996, do Partido Socialista Obrero Español (PSOE); José María Aznar, de 1996 a 2003, do Partido Popular (PP) e José Luis Rodríguez Zapatero, do PSOE, que iniciou o mandato em 2003 e continua no poder, tendo iniciado seu segundo mandato após vencer as eleições de março de 2008.

Antes de comentar aspectos concretos das atividades em política exterior dos últimos Presidentes de Governo da Espanha, deve-se ter em conta algumas peculiaridades. A política exterior naquele país, tradicionalmente, está mais ligada ao presidente do governo do que ao partido a que ele pertence, ainda que haja estreita relação e alinhamento: “de tal maneira o Ministério de Assuntos Exteriores converteu-se em um instrumento de apoio a um presidencialismo em política exterior, que não é nem bom nem mal, simplesmente é assim”¹⁴⁷. Essa circunstância explica a diferença entre a política exterior espanhola sob o governo de Felipe González e a atual, sob o governo de Rodríguez Zapatero, apesar de que ambos pertencem ao mesmo partido (PSOE).

Não existe na Espanha uma tradição de diplomatas, ou de uma carreira diplomática como a que há, por exemplo, no Itamaraty. Os representantes do Estado em muitos casos sequer são oficiais de carreira, e quando o são, prima seu caráter de funcionários públicos, sobre seu valor como representantes do país. Isto é, costumam ser mais representantes do governo do que do Estado.

O antecedente mais claro desta dependência remonta-se ao Real Decreto de 1844, que excluía os postos de maior responsabilidade política (embaixadores e ministros plenipotenciários) da carreira profissional, sendo sua nomeação exclusivamente

¹⁴⁶ LLEONART AMSELEM, Alberto José. *El ingreso de España en la ONU: obstáculos e impulsos*. Cuadernos de Historia Contemporánea, nº 17, Servicio de Publicaciones, p. 101-119. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995.

¹⁴⁷ CALDUCH CERVERA. *La política exterior de España: Balance y perspectivas*. El carácter presidencialista y la herencia do franquismo. Claves del Mundo. Fundación General Democracia y Desarrollo, 14/08/2002.

competência do Estado. Esta dependência política tornou-se mais notória durante o regime do general Franco, que impuha lealdade explícita ao Regime por parte de todos seus representantes diplomáticos. Um exemplo mais recente desta tendência é o fato de que, desde 1939 até 2008, de 19 Ministros de Assuntos Exteriores, apenas cinco provinham da Carreira Diplomática¹⁴⁸.

Por outra parte, na projeção da Política Exterior Espanhola existem importantes problemas de coordenação, posto que à ação do Ministério de Assuntos Exteriores somam-se as atuações de outros organismos e instituições, como o Ministério de Economia, a Coroa Espanhola, o Parlamento, as Comunidades Autônomas, etc.¹⁴⁹.

3.1.1 O europeísmo de Felipe González (1982 – 1996)

Felipe González Márquez foi o primeiro presidente da nova Espanha democrática¹⁵⁰. Adolfo Suárez (1976-81) e Leopoldo Calvo Sotelo (1981-2), seus antecessores, arrastavam ainda forte componente ideológico e bases políticas influenciadas pelo antigo regime franquista. O triunfo do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) em 1982 marcou a consolidação do sistema democrático. González foi o presidente que ficou no poder por mais tempo até agora (quatorze anos). Soube ainda liderar a transformação econômica e social do país, como comentado no capítulo anterior: combinou duras transformações do tecido industrial espanhol, iniciando acelerada privatização das empresas, com a realização de grandes mudanças sociais: reforma fiscal, da educação (pública obrigatória e gratuita até os 16 anos), da saúde, da previdência. Sua política econômica foi liberal, pragmática e separada de dogmatismos partidários.

¹⁴⁸ VALDIVIESO DEL REAL, Rocío. "La Carrera Diplomática en España". IN: PEREIRA, Juan Carlos (coord.). *La Política Exterior Española*. Barcelona: Ariel Historia, 2003, p. 251-257.

¹⁴⁹ SANZ DÍAS, Carlos. "La Administración Exterior del Estado". IN: PEREIRA, Juan Carlos (coord.). *La Política Exterior Española*. Barcelona: Ariel Historia, 2003, p. 169-187.

¹⁵⁰ Fonte: CIDOB: Centro de Investigaciones de Relaciones Internacionales y Desarrollo. Barcelona.

Em relação à política externa, primeiramente devemos notar que foi González quem inaugurou a nova fase das relações exteriores do país, uma vez que os governos da UCD (Suárez e Calvo Sotelo) estiveram centrados em assuntos domésticos. González projetou a diplomacia espanhola para o continente europeu, não deixando de lado, no entanto, a busca de relações amistosas com os Estados Unidos¹⁵¹. Esta vontade de entendimento com os Estados Unidos foi claramente refletida na ratificação, em abril de 1983, dois meses antes da viagem de González a Washington, do Convênio Bilateral de Amizade e Cooperação, assinado trinta anos antes.

No final da década de 1980 e no início da seguinte, discutia-se na Espanha sua participação em conflitos bélicos externos. Durante a Guerra do Golfo (1990 - 1991), o presidente González não apenas apoiou as forças aliadas estrategicamente (concedendo portos e aeroportos para operações militares contra o Iraque), mas também enviou tropas à região de conflito.

Com relação ao mundo ocidental, cabe destacar a entrada da Espanha na Comunidade Econômica Européia: o acordo de adesão foi assinado em junho de 1985 e começou a valer em janeiro do ano seguinte. Defendeu e conseguiu a permanência na OTAN, através do referendo de março de 1986. Também ingressou a Espanha na União da Europa Ocidental (UEO) e na Política Européia de Segurança e Defesa (PESD). Ainda em relação à Europa, destaca-se o apoio do presidente González ao chanceler Helmut Kohl no processo de reunificação alemã.

Quanto ao Oriente Médio, González estabeleceu relações diplomáticas com Israel, em janeiro de 1986 e reconheceu o status diplomático da Organização para a Libertação da Palestina. Em 1991, promoveu a Conferência de Madri para a paz no Oriente Médio. Fortaleceram-se ainda os vínculos com o Marrocos, pela assinatura em Rabat do Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, de julho de 1991, na presença do Rei Hassan II.

¹⁵¹ ORTIZ DE ZÁRATE, Roberto. **Felipe González Márquez**. Centro de Investigaciones de Relaciones Internacionales y Desarrollo. Fundación CIDOB. Disponível em: http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/europa/espana/felipe_gonzalez_marquez Acesso em: 30/03/2008.

Sobre a América Latina, devemos destacam-se as atividades realizadas na Comemoração do V Centenário e o início das Cúpulas Ibero-americanas, que continuam sendo realizadas e em 2008 foi celebrada sua 18ª edição em El Salvador.

Os maiores méritos de González, talvez, tenham sido a inserção internacional da Espanha, rompendo o isolacionismo, e a manutenção do equilíbrio nas relações externas: teve relações amistosas com os países europeus, com os Estados Unidos, com os países árabes e com Israel. Em outras palavras, fez uma política exterior universalista e pouco agressiva¹⁵². Promoveu também a imagem do país com dois eventos de projeção internacional: as Olimpíadas de Barcelona e a Exposição Internacional de Sevilha, ambas em 1992.

Nem tudo foi positivo no longo governo socialista de Felipe González. Os escândalos de corrupção nos últimos anos de seu mandato e ações de terrorismo de Estado praticadas contra o movimento separatista basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA) escurecem a trajetória do político. Apesar da imagem pessoal prejudicada ao deixar o governo, em julho de 2007, González foi nomeado Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário para a celebração do bicentenário de independência da América, que ocorrerá no México em 2010¹⁵³.

3.1.2 O atlantismo de José María Aznar (1996 – 2003)

Se a política externa de Felipe González pode ser caracterizada pelo seu equilíbrio, a do presidente José María Aznar foi a mais controversa desde a restauração da democracia.

Para críticos como Eduardo Fayán Escuer¹⁵⁴, um dos aspectos mais sobressalentes do governo Aznar foi a ruptura do “consenso” sobre política exterior que tinha presidido todo o período desde o fim do franquismo em 1975 até 2000: Aznar teria fortalecido a

¹⁵² Op.cit.

¹⁵³ El Gobierno nombrará mañana a Felipe González embajador extraordinario para el bicentenario de la independencia de América. Disponível em:

http://www.cadenaser.com/articulo/espana/Gobierno/nombrara/manana/Felipe/Gonzalez/embajador/extraordinario/bicentenario/independencia/América/csrcsrpor/20070726csrsrcsnac_7/Tes/ Acesso em: 26/09/2007.

¹⁵⁴ FAYANÁS ESCUER, Edmundo. **La Nueva Política Exterior Española**. El Inconformista Digital – Redação. Barcelona, 06/04/2004.

orientação atlantista (pró EUA) em detrimento do “tradicional” europeísmo. A política atlantista responderia à defesa dos interesses das classes dominantes, especialmente das grandes multinacionais como o Banco Santander (BSCH), Banco Bilbao Viscaya (BBVA), Repsol (petroleira), Telefônica, etc. O fortalecimento do Mercado Único Europeu, através das políticas de convergência, teria colocado o capitalismo espanhol em posição de fragilidade por sua falta de capacidade competitiva e com peso escasso no contexto continental.

Entre 1995 e 2001, as empresas espanholas investiram mais de US\$ 90 bilhões nos países latino-americanos, aproveitando a aplicação das políticas de liberalismo econômico que os governos da região implementaram na época, especialmente as privatizações de empresas públicas. Atualmente, cerca de 30% do valor da Bolsa de Madri depende desses investimentos, que são determinantes para os lucros das multinacionais espanholas. Outro fato importante refere-se às relações com o Marrocos. Segundo Escuer, o presidente Aznar teve que acudir os norte-americanos na crise de Perejil, em julho de 2002, diante do bloqueio imposto pela França e a falta de definição dos outros países da União Européia¹⁵⁵.

A defesa dos investidores espanhóis na América Latina e a paulatina marginalização da Espanha do centro de decisões do processo de construção europeia, de acordo com Escuer¹⁵⁶, aprofundaram o atlantismo do presidente, estando na origem de uma visão da UE subordinada à hegemonia dos Estados Unidos.

No entanto, esta política de subordinação aos Estados Unidos não foi bem recebida na América Latina nem na Europa, nem mesmo pelos próprios espanhóis, que se alarmaram diante do nível de submissão do país às diretrizes da política exterior dos “fundamentalistas” da administração George W. Bush, que conduziu o país à guerra. O aspecto mais criticado do governo Aznar foi a política exterior e, mais concretamente, a aproximação com os EUA e o apoio à guerra do Iraque.

Os logros econômicos e a luta contra o terrorismo ficaram esquecidos. A propósito, dever-se lembrar que a Espanha não participou diretamente da guerra do Iraque: as tropas

¹⁵⁵Perejil é uma ilha desabitada perto da cidade de Ceuta, localizada no estreito de Gibraltar. É uma possessão espanhola que foi objeto de uma confrontação entre as forças de Espanha e as do Marrocos em 2002.

¹⁵⁶ Op.cit.

espanholas que estiveram no país até a repatriação realizada por Zapatero (2003) chegaram à zona de conflito depois do “final” da guerra e em missões de reconstrução e vigilância. Nunca entraram realmente em combate. Vale lembrar que, sob o governo de Felipe González, a Espanha participou ativamente da “primeira” Guerra do Golfo e, durante o governo Aznar, da guerra da Iugoslávia, em que a Força Aérea espanhola entrou em ações de combate, com apoio da maioria dos grupos parlamentares, incluindo o Partido Socialista (PSOE) ¹⁵⁷.

Feita esta ressalva, também se deve dizer que o tal consenso que Aznar teria rompido nunca existiu. Esta aproximação potencializou o papel e o peso internacional da Espanha no mundo, promoveu o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais com a América Ibérica e também, contrário ao que se costuma dizer, não diminuiu sua influência dentro da União Européia, mas, como se viu em Nice, durante a negociação do Tratado que leva o nome da cidade, em dezembro de 2002, estabeleceu-se um “pacto de estabilidade” com consenso sobre aportação e distribuição dos Fundos Comunitários, sistema de votação e número de votos por país, que se mostrou proveitoso – até as novas ampliações do bloco ¹⁵⁸.

A ambição do presidente Aznar no que se referia à projeção exterior da Espanha está definida por ele mesmo:

“Um povo de quarenta milhões de habitantes e muitos séculos de história, um país de meio milhão de quilômetros quadrados entre o Mediterrâneo e o Atlântico, uma cultura que está entre as duas ou três mais universais, uma economia que apesar de todos seus problemas se encontra entre as quinze primeiras do mundo, em suma, uma nação como a Espanha, tem que assumir suas responsabilidades internacionais sem jactância, mas com firmeza e decoro.” ¹⁵⁹

O enfoque de Aznar em sua política exterior é corroborado, assim como criticado, pelo ex-ministro de Assuntos Exterior alemão Joschka Fischer em suas memórias:

¹⁵⁷ SHORT, Vicky. La guerra de Yugoslavia intensifica las tensiones políticas en España. World Socialist Web Site, publicado pelo Comitê Internacional da Quarta Internacional em 01/05/1999. Disponível em: <http://www.wsws.org/es/articles/1999/may1999/span-01m.shtml>. Acesso em: 22/06/08.

¹⁵⁸ COMISSÃO EUROPÉIA. Tratado de Nice. Disponível em: http://ec.europa.eu/comm/nice_treaty/summary_es.pdf. Acesso em: 24/09/2007

¹⁵⁹ AZNAR, José María. *Presente y futuro de España en el mundo*. Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior. Ensayos INCIPE nº 8, Febrero 1996. Tradução livre.

“A Aznar interessava sobretudo realizar seus sonhos de ascensão da Espanha como uma potência digna de consideração no cenário mundial e não no futuro da Europa. A Europa servia-lhe como um meio, mas seu objetivo era a vindoura grandeza nacional da Espanha”¹⁶⁰.

O principal problema pode ter sido que Aznar pretendeu desenvolver essas políticas com excesso de personalismo e falta de capacidade de envolver a população em seu projeto de elevar a posição internacional do país, assentado sobre bases liberais e democráticas¹⁶¹.

3.1.3 A política de gestos de José Luis Rodríguez Zapatero (2003 - 2008)

Com a volta dos socialistas ao poder nas eleições de 2003, seguidas do atentado de terroristas islâmicos em Madri, ocorreu uma mudança na política exterior espanhola, que começa com um gesto de grande transcendência: o anúncio da retirada das tropas espanholas do Iraque.

Esta retirada produziu uma distorção das relações entre a Espanha e os Estados Unidos que permanecem sem se normalizar. Outros “gestos” do atual presidente contribuíram para essas más relações: durante o desfile militar de 12 de outubro de 2003 em Madri, ao passar da bandeira dos Estados Unidos, Zapatero foi o único membro do governo que não se levantou¹⁶², embora o tenha feito em desfiles posteriores¹⁶³. Por outra parte, o fato de que se deixou vestir em um ato público por um “kefia”, lenço típico palestino, tampouco foi uma atuação afortunada, nem com os EUA nem com Israel¹⁶⁴.

¹⁶⁰ COMAS, José. **Camarero Fisher y cocinero Schröder**. El ex líder de Los Verdes repasa en sus memorias la política alemana de los últimos años. El País, 05/10/2007, Internacional, p.10.

¹⁶¹ JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos. **De Suárez a Rodríguez Zapatero**. La política exterior de la España democrática. Publicações do Instituto de Estudios de la Democracia. Universidad San Pablo CEU. Disponível em: http://www.uspceu.com/id/pages/id_libros.htm. Acesso em: 24/09/2007.

¹⁶² Rajoy recuerda a Zapatero que la bandera de EE.UU. no es de un presidente o un gobierno, sino de los estadounidenses. Disponível em: <http://www.abc.es/hemeroteca/historico-14-10-2003/abc/Nacional>. Acesso em: 22/06/2008.

¹⁶³ MARTÍN, José Luis. España celebrou La Fiesta Nacional. Disponível em: http://www.lomejor.com/webmaker/portal/wmlink_2223. Acesso em: 22/06/2008.

¹⁶⁴ SUÁREZ, Marta. Rodríguez Zapatero tropieza con sus gestos en política exterior. Sur.es, 23/07/2006.

De fato, o presidente Zapatero tem sido sistematicamente ignorado pelo governo estadunidense desde que assumiu¹⁶⁵. A saída do Iraque foi “compensada” com o envio de tropas para o Afeganistão, sob a bandeira das Nações Unidas. A negativa da Espanha, entretanto, de enviar tropas para determinadas zonas do país, também tem criado conflitos com os aliados¹⁶⁶.

Em setembro de 2004, Zapatero lançou um plano de Aliança das Civilizações, na 59ª Assembléia Geral da ONU, defendendo a aproximação entre o Ocidente e os mundos árabes e muçulmanos, com o fim de combater o terrorismo internacional por outro caminho não militar. A idéia recuperava proposta que seis anos antes o presidente da República Islâmica do Irã, Mhuhhammad Jatami, fizera na própria ONU, de desenvolver um “Diálogo entre civilizações”, pelo qual se estabeleceu uma agenda de trabalho destinada a promover o entendimento entre “o Ocidente” e os países islâmicos¹⁶⁷.

Toda essa política, no entanto, parece não ter tido nenhum efeito prático. O islamismo radical continua tendo a Espanha entre seus objetivos e deixa isso claro aos meios de comunicação. Os soldados espanhóis no Afeganistão são atacados continuamente e o terrorismo islâmico continua atuando pelo país. A Espanha não recuperou sequer papel no conflito do Oriente Médio, apesar de que o Ministro de Assuntos Exteriores, Miguel Ángel Moratinos, seja especialista no tema.

Em relação à Aliança das Civilizações, exceto o secretário-geral da ONU, Bam Ki-Moon, o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, e governo da Arábia Saudita, ninguém mais se interessou por ele. Não se sabe bem em que consiste o projeto, e até agora, após quatro anos, não se concretizou em nada, a exceção do I Foro celebrado em 2008 em Madri¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Cuatro años sin noticias de Bush. Disponível em:

http://www.larazon.es/29325/noticia/espana/Cuatro_a%F1os_sin_noticias_de_bush. Acesso em: 20/03/2008.

¹⁶⁶ MARCHI, S. La OTAN no cuenta con España para reforzar su despliegue en Afganistán. Disponível em: http://www.larazon.es/31286/noticia/Internacional/La_OTAN_no_cuenta_con_España. GONZÁLEZ, Miguel. España se resiste a incrementar su presencia militar en Afganistán. El País, 03/04/2008, Internacional, p.03.

¹⁶⁷ Zapatero propone a la ONU crear una alianza de civilizaciones entre occidente y el mundo árabe. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2004/09/22/internacional/1095810596.html>. Acesso em: 22/06/2008.

¹⁶⁸ CRUZ, Marisa. Zapatero propone 57 medidas para impulsar el diálogo entre civilizaciones. Disponível em: http://www.elmundo.es/el_mundo/2008/01/15/espana/1200379171.html. Acesso em: 22/06/2008.

Nas relações com o norte da África, a aproximação com o Marrocos na questão do Saara Ocidental e a venda massiva de armamento a este país (1.200 blindados, 800 caminhões militares e dez patrulheiros) conduziu a um enfrentamento com a Argélia, que se traduziu no cancelamento de importantes contratos de empresas espanholas em gás, petróleo e outros produtos. Esta venda de armamentos inscreve-se em uma linha política deste governo contrária a seu discurso pacifista¹⁶⁹. Em 2006, a Espanha converteu-se no segundo país da OCDE que mais aumentou orçamento destinado a pesquisa militar. Em dezembro desse ano, o Ministério da Defesa apresentou proposta para suprimir o limite de três mil militares para missões no exterior. Também aumentou a exportação de armas: em 2000 eram vendidos para o exterior 138 milhões de euros e em 2005, segundo os últimos dados oficiais, as cifras quase quadruplicaram, alcançando 420 milhões de euros – incluindo “bombas de racimo” que estão condenadas por organizações humanitárias. A Espanha é hoje o primeiro fornecedor de munição aos países da África subsaariana, somando 1,2 milhões de euros.

Em relação à União Européia, a falta de sintonia não só com a primeira-ministra alemã, Ângela Merkel, tanto em temas políticos como econômicos (apoio oficial à empresa italiana ENEL em detrimento da alemã E.ON na negociação com a Endesa), mas também com o mandatário francês, Nicolás Sarkozy, deixam a Espanha fora do principal núcleo de poder continental, o eixo fraco-alemão. Por outra parte, tampouco as relações com a Grã Bretanha estão em seu melhor momento. Para a reunião organizada pelo primeiro ministro britânico Gordon Brown, em janeiro de 2008, apenas foram convidados a chanceler alemã, o presidente francês e o primeiro ministro italiano em exercício Romano Prodi¹⁷⁰.

Sem esquecer os enfrentamentos decorrentes do processo de regularização de imigrantes realizado pelo governo Zapatero sem contar com o resto dos países da UE, que resultou em uma séria crítica. Conforme afirmou o então presidente francês Jacques Chirac, na Cúpula Européia de Lati, realizada em outubro de 2006 na cidade finlandesa, “todos os

¹⁶⁹ QUIÑONES, Armando. Las paradojas de la política exterior española. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticias.php?id=46550>. Acesso em: 23-09-2007.

¹⁷⁰ Zapatero minimiza la ausencia de España na reunión de Londres y Rajoy dice que “es una bofetada”.

Disponível em:

http://www.larazon.es/16545/noticia/Espa%F1a/Zapatero_minimiza_la_ausencia_de_la_reunion. Acesso em: 29/01/2008.

países que estão em Schengen, sofrem as conseqüências dessas regularizações”¹⁷¹, referindo-se à convenção entre países europeus sobre política de imigração comum e controle compartilhado de fronteiras, originalmente assinado em 14 de junho de 1985.

O referendo sobre a Constituição Européia, celebrado em fevereiro de 2005 e aprovado por ampla maioria (76,73%) apesar da baixa participação (42,32%), foi apresentado pelo governo como um grande êxito pessoal de Zapatero. A Constituição, entretanto, foi recusada pela França e pela Holanda em 2005, e o processo de votação nos outros países se congelou. Aprovam-se acordos mínimos para poder avançar na construção de uma União ampliada. Em um esforço por conseguir um acordo mínimo que permitisse à UE avançar, depois das últimas ampliações, em 19 de outubro de 2007, o Conselho Europeu de Lisboa adotou o texto definitivo do Tratado elaborado pela Conferência Intergovernamental. Os Chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados membros assinaram o Tratado de Lisboa em 13 de dezembro daquele ano. O Tratado, entretanto, não foi bem recebido. A Irlanda, único país que o submeteu a referendo popular, recusou-o, criando uma grave crise institucional no bloco, deixando o Tratado de Nice como o único instrumento de trabalho¹⁷².

Quanto às relações com a América Ibérica, o balanço é bastante negativo. Se por um lado as empresas espanholas estão ganhando terreno no continente, a política oficial, de aproximação aos governos da Venezuela e da Bolívia, fez com que o governo espanhol perdesse prestígio e força moral. Apesar disso, a Venezuela cancelou um importante contrato de armamentos (barcos) que tinha assinado com a Espanha e a Bolívia nacionalizou propriedades de petroleiras espanholas – além das tentativas de modificar a política européia em relação a Cuba, que só foram possíveis condicionadas a mudanças na política cubana nos próximos doze meses¹⁷³.

¹⁷¹ BARDAJÍ, Rafael L. e PORTERO, Florentino. La Política Exterior de Zapatero en 2006. Publicado en el Suplemento Exteriores de Libertad Digital, 25/12/2006. <http://www.gees.org/articulo/3395/> Acesso em: 23/09/2007.

¹⁷² “Las grandes etapas de la reforma institucional de la Unión Europea”. Disponível em: http://europa.eu/institucional_reform/index_es.htm e ROYO, Sebastián. “Derrota del Tratado de Lisboa en las urnas”. Disponível em: http://www.cincodias.com/articulo/opinion/Derrota-Tratado-Lisboa-urnas/20080614cdscdiopi_1/cdsopi/. Acessos em: 23/08/2008.

¹⁷³ La UE decide levantar definitivamente las sanciones contra Cuba. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/06/19/internacional/1213912577.html>. Acesso em: 22/06/2008.

Um exemplo da falta de peso da política exterior espanhola do governo Zapatero é a participação do país na reunião de alto nível sobre mudança climática realizado em Nova York em setembro de 2007, em que estiveram presentes cento e cinquenta países, metade deles representada por seus chefes de estado ou de governo. As reuniões previstas de Zapatero resumiram-se ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, puramente protocolar, com o presidente da Bolívia, Evo Morales, e com o primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayip Erdogan – representando uma atividade política mínima.¹⁷⁴

Como resume a jornalista Victoria Burnett¹⁷⁵, de acordo com o jornal *International Herald Tribune*, uma década de elevado crescimento econômico e expansão ultramarina pôs a Espanha nas grandes ligas [internacionais], mas o perfil político do país está minguando sob a liderança de um homem profundamente preocupado com as reformas domésticas e carente de experiência internacional.

A falta de experiência de Zapatero ficou clara na derrota de duas indicações de espanhóis em postos de relevância internacional: fracasso da candidatura do general Félix Sanz à presidência do Comitê Militar da OTAN e de Elena Salgado para a direção da Organização Mundial de Saúde¹⁷⁶.

O primeiro mandato de Zapatero em política exterior obteve, portanto, um saldo tão pobre que se tem falado em uma “diplomacia de noções e gestos¹⁷⁷”. Em seu segundo mandato, parece que pode reorientar sua política exterior a uma posição mais realista, que promova melhor relação com seus sócios regionais e evite situações como a que teve lugar na última reunião de cúpula da OTAN no passado mês de abril¹⁷⁸. Dentro deste novo enfoque, deve-se ter em conta as seguintes circunstâncias: a Espanha vai presidir a União Européia no segundo semestre de 2010; ao final de 2008 chegará um novo presidente à Casa Branca; deve-se chegar a um equilíbrio nas relações com Marrocos e Argélia; é

¹⁷⁴ AYLÓN, Luis. Zapatero sólo logra cerrar reuniones con Ban Ki-Moon, Erdogan y Morales. *Diario ABC*, 22/09/2007, Nacional, p.21.

¹⁷⁵ *International Herald Tribune Europe*, 17/08/2007. Tradução livre.

¹⁷⁶ España en el exterior. *El País* 15/11/2007, Opinión, p.3.

¹⁷⁷ PALOMERA, Esther L. Zapatero se replantea la relación con EEUU tras fracasar su política exterior. *Diario La Razón*, 20/3/2008, Exteriores, p.14.

¹⁷⁸ RAMÍREZ, María. El Gobierno intenta minimizar “la soledad” de Zapatero en la cumbre de la OTAN. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/04/04/espana/1207305736.html>. Acesso em: 04/4/2008.

urgente consolidar as Cúpulas Ibero-americanas; a Espanha deve assumir protagonismo nas relações entre União Européia e América Latina.

3.2 Política Exterior Espanhola para América Latina

3.2.1 Evolução Histórica

A política latino-americana da Espanha a partir de 1976 distingue-se em três etapas: a primeira etapa vai da transição democrática até 1992; a segunda abrange o período de 1992 a 2002; e a terceira é a atual¹⁷⁹.

A primeira etapa, que vai de 1976 a 1992, abarcando os governos da União de Centro Democrático (UCD) e parte dos governos socialistas, sob a presidência de Felipe González, é uma fase marcada pela necessidade de articular uma nova política latino-americana, distinta da franquista, que mudasse a imagem da Espanha entre as ex-colônias e recuperasse o protagonismo “não paternalista” na região. Esta época se inicia com a transição democrática, tem como momentos decisivos a política centro-americana e o ingresso da Espanha na Comunidade Européia e termina com a realização das Cúpulas Ibero-americanas a partir de 1991, a celebração da II Cúpula em Madri em 1992 e a comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento – Encontro de Dois Mundos. É uma etapa na qual, especialmente até a segunda metade dos anos oitenta, como consequência da Guerra Fria e do ativismo da Espanha na região, a política latino-americana da Espanha entra em choque com a dos Estados Unidos, produzindo-se algumas tensões bilaterais.

Estas tensões são fáceis de entender, analisando as linhas básicas da política espanhola expostas então pelo Ministro de Assuntos Exteriores do Governo Socialista, Francisco Fernández Ordóñez:

“Em primeiro lugar, apoiar a causa da paz, da liberdade e da democracia diante da guerra, da ditadura e do golpismo. (...) Em segundo lugar, fomentar o crescimento e o bem-estar

¹⁷⁹ ARENAL, Celestino del. Política Exterior de España hacia Iberoamérica, Madrid. Ed. Complutense, 1994.

econômico da região. E em terceiro lugar, colaborar para mais justiça na relação Norte-Sul”
180

O que mais se destaca desta primeira etapa, no que se refere à participação espanhola na política e relações com a América Latina é sua intermediação no conflito da América Central. A situação, especialmente em El Salvador e Nicarágua, chegou a um nível de conflitividade que ameaçava a paz em toda a região. Diante dessa situação, em 1983, os Ministros de Relações Exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, reuniram-se na ilha de Contadora, onde decidiram unir esforços e assinaram a Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central. Este plano de paz recebeu respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de diversos organismos regionais e internacionais. Em 1985, foram criados Grupos de Apoio a este processo de paz em Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, em torno aos conselheiros do Grupo de Contadora, que a partir de então passaram a reunir-se conjuntamente.

Como consequência dessas atividades político-diplomáticas, em março de 1997, o Grupo da Contadora, o Grupo de Apoio, a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) associaram-se para gerir o acordo de paz, que foi assinado em agosto pelos presidentes centro-americanos na cúpula de Esquipulas II¹⁸¹.

Em todo o processo, teve importância o papel do presidente González, tanto em relação com os países em conflito, como em sua mediação com o governo dos Estados Unidos, que inicialmente não apoiava a atividade do Grupo de Contadora¹⁸². Entretanto, a concessão em 1984 do Príncipe de Astúrias de Cooperação ao Grupo da Contadora foi uma mostra da implicação da Espanha no processo de paz¹⁸³, que se realizou com envio de

¹⁸⁰ FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Francisco. Intervenção durante a comissão mista para as Comunidades Europeias do Congreso de Deputados, sobre as prioridades em matéria de cooperação política da presidência espanhola. BOCC 1 /2 /1989, Actividades, Textos y Documentos de la Política Exterior Española, Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid 1989.

¹⁸¹ 1985 - El Grupo de Contadora. Disponível em:

http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID09374&URL_DO=DO_TOPIC&URL. Acesso em: 24/06/2008.

¹⁸² BLÁZQUEZ VILAPLANA. *El impulso del presidente del gobierno español, Felipe González, a los procesos democráticos y de paz en Nicaragua y El Salvador, 1982-1996*. Tese de Doutorado defendida na Universidad de Jaén em agosto de 2000.

¹⁸³ SOMOVILLA, Miguel. El “Grupo de Contadora”, premio Príncipe de Asturias de Cooperación Iberoamericana por sus iniciativas de Paz. *El País*, 24/06/2008. Disponível em:

material e pessoal na missão de observadores da ONU em El Salvador (Onusal), que foi desenvolvida entre julho de 1991 e abril de 1995¹⁸⁴.

A segunda etapa vai de 1992 a 2002, cobrindo os últimos governos socialistas e os do Partido Popular, no contexto do Pós Guerra Fria. É uma fase de política latino-americana normalizada e de adaptação, de crescente pragmatismo. Desaparecem as diferenças e tensões políticas com os EUA, apesar de que começam a surgir problemas no terreno econômico e comercial. Desta fase podem-se destacar três características, que se desenvolvem simultaneamente e se completam.

Em primeiro lugar, *a europeização da política latino-americana*. Apesar de que esta se iniciou em 1986, com a entrada da Espanha na Comunidade Econômica Européia, é a partir do começo dos anos 90 que o processo será mais importante. As políticas e as relações exteriores da UE transformam-se no elemento mais determinante não só da política interna, mas também da política exterior espanhola e mais concretamente da política latino-americana, condicionando os objetivos e os desenvolvimentos, especialmente comerciais e de cooperação para o desenvolvimento, da política bilateral. Além do mais, proporcionam mecanismos multilaterais, como o Fórum de San José com a América Central, as reuniões UE – Grupo do Rio, os diálogos UE – Comunidade Andina, UE – Mercosul, UE – México, UE – Chile, que a Espanha utilizou para impulsionar com êxito sua política latino-americana. Como consequência desse enfoque das relações entre Espanha e América Latina, setores do “lobby americanista”¹⁸⁵ avaliam muito negativamente os efeitos que teve para a América Latina a entrada da Espanha na Comunidade, e insistem na necessidade de fortalecer os vínculos bilaterais entre a Espanha e os países da região¹⁸⁶.

Em segundo lugar, *a ibero-americanização da política latino-americana*, já que as Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, celebradas anualmente desde

http://www.elpais.com/articulo/espana/GRUPO_DE_CONTADORA_PREMIOS_PRINCIPE_DE_ASTURIA
S. Acesso em: 24/06/2008.

¹⁸⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador– ONUSAL. Disponível em: http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/co_mission/onusal.htm. Acesso em: 24/6/2008.

¹⁸⁵ Termo usado para designar aquelas organizações da comunidade intelectual, os meios de comunicação, as organizações de caráter não governamental e associações políticas que advogam em favor de uma presença mais notável e comprometida da Espanha na América Latina

¹⁸⁶ GRUGEL, Jean y ALEGRE, Jorge. *Espanha y América Latina: ¿Hacia una nueva relación?* Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 1991.

1991, com o objetivo de articular um espaço comum ibero-americano, ou uma Comunidade Ibero-americana, transformaram-se em um segundo referencial essencial. Esta dimensão ibero-americana é a que afirma seu caráter singular diante da Europa e dos Estados Unidos – e é ela que inclui o Brasil no processo, até então direcionado para as ex-colônias hispânicas na América.

Por último, a *economização da política latino-americana*. Trata-se de um processo relacionado com o aumento dos investimentos espanhóis na América Latina, desde meados dos anos 1990, manifestada pela adoção de medidas e ações destinadas a impulsionar a presença internacional das empresas espanholas e a proteger seus interesses econômicos no exterior. Entre 1995 e 2000, a América Latina converteu-se no principal destino dos IED espanhóis, absorvendo em média anual 60 % das mesmas, enquanto os países da União Européia situavam-se em segundo lugar, com 26%. Este elevado fluxo de investimentos diretos transformou as empresas espanholas, no ano 2000, nos segundos investidores internacionais da região, atrás apenas dos Estados Unidos.

Ao final desta etapa, a partir de 2001, e como consequência dos atentados de 11 de Setembro nos EUA, o alinhamento da Espanha com aquele país na Guerra do Iraque, o enfoque da política exterior espanhola passou a ser condicionada por esse “giro atlantista” do Governo Popular, com o qual se perdeu um pouco da autonomia. A abordagem do presidente Aznar, em relação a sua vontade de aumentar o protagonismo e liderança no mundo ibero-americano, visto especialmente como um sócio preferente os Estados Unidos, criou resistência e não contribuiu necessariamente para aumentar a coerência no grupo de países.

A terceira etapa envolve o primeiro governo do presidente Rodríguez Zapatero e está marcada, por uma parte, pela tentativa de realizar um giro de 180 graus em relação à política de seu antecessor, especialmente no final do segundo mandato de Aznar, e portanto, distanciou-se dos Estados Unidos e orientou-se à aproximação aos governos de viés mais “socialista”, como Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua. Por outra parte, no que se refere às Cúpulas Ibero-americanas, como será tratado mais adiante, o governo Zapatero também modificou sua orientação, tanto em gestão como em objetivos.

Entretanto, e independentemente do governo no poder, não existe uma política clara nem coerente nas relações da Espanha com a América Latina, como consequência de diversos fatores. Em primeiro lugar, o excessivo peso dos presidentes na orientação da política externa espanhola, como comentada anteriormente (muda o mandatário, muda-se a política). Em segundo lugar, pela descoordenação entre o Ministério de Economia, responsável pela política comercial, e o Ministério de Assuntos Exteriores, responsável pela política externa. Além do exposto anteriormente, parece que a Política de Cooperação para o Desenvolvimento funciona de maneira “autônoma”. Os organismos responsáveis por ela passaram por diversas mudanças: Centro Ibero-americano de Cooperação, Instituto de Cultura Hispânica, Instituto de Cooperação Ibero-americana, Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional e para Ibero-América (1985), Agência Espanhola de Cooperação Internacional (1988), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Por último, em 2006, foi criada, dentro do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, a Secretaria de Estado para Ibero-América, nomeando-se como secretária a Trinidad Jiménez, vereadora de Madri e porta-voz do PSOE na cidade¹⁸⁷.

Portanto, atualmente, as relações política e comercial com a América Ibérica dependem de quatro organismos: Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, AECID, Secretaria de Estado para Ibero-América e Ministério de Economia e Comércio.

Dentro das limitações que o pertencimento à União Européia impõe, diferente da França com sua política africana, a Espanha não tem conseguido garantir independência e protagonismo em suas relações com a América Ibérica.

¹⁸⁷ EGURBIDE, Peru. Trinidad Jiménez encabeza la nueva Secretaría de Estado para Iberoamérica. El País, 06/09/2006. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/espana/Zapatero/encarga/Trinidad/Jimenez/nueva/Secretaria/Estado/Iberoamerica/elpepuesp/20060907elpepinac_7/Tes. Acesso em: 24/6/2008.

3.2.2 Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo

As Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo são celebradas anualmente desde 1991, como mecanismo multilateral de diálogo, concertação e cooperação entre os Estados de língua espanhola e portuguesa da América e Europa.

Estas cúpulas têm articulado um espaço comum ibero-americano, sendo sua mais palpável realidade e potencial ponto de partida para o aprofundamento das relações entre o conjunto dos países que o integram, que podem se materializar sob forma de concertação e cooperações específicas, da mais variada natureza e nos mais diversos campos¹⁸⁸. Hoje em dia, mais além da retórica que as caracteriza, configuram um importante foro internacional e um elemento essencial da política exterior espanhola e mais especialmente de sua política latino-americana¹⁸⁹.

Desde a primeira reunião, foram celebradas outras dezesseis, com diferentes resultados e diferentes interpretações, das quais se podem tirar algumas conclusões.

A primeira, à vista dos acontecimentos históricos, é que as Cúpulas não podem ser entendidas sem um país que as gerencie e exerça certa liderança direta, e parecia que esse país não poderia ser outro além da Espanha, que deu início às Cúpulas e desde o primeiro momento foi seu coordenador. As reuniões têm sido realizadas ininterruptamente desde 1991 e é precisamente sua continuidade e duração um de seus principais ativos. As Cúpulas Ibero-americanas continuam sendo um foro multilateral ibero-americano que se identifica principalmente com a Espanha, mas apenas se o conjunto dos países ibero-americanos assume plenamente o projeto terá futuro.

A segunda, conseqüência da anterior, é que a evolução e a orientação política das mesmas têm estado excessivamente ligadas à orientação política do presidente espanhol em exercício. Um primeiro período, entre 1990 e 96, ligado à presidência de Felipe González (PSOE), em que se pretende buscar concertação e consenso com os países ibero-americanos baseados em uma relação igualitária. Esta primeira fase, entretanto, pela proposta de “não protagonismo” da Espanha, deu lugar a um declive generalizado do processo das Cúpulas.

¹⁸⁸ ARENAL, Celestino del. Introducción: Construyendo un espacio común Iberoamericano. IN: **Las Cumbres Iberoamericanas (1991-2005) Logros y Desafíos**. Madri: Fundación Carolina, 2005.

¹⁸⁹ Arenal, C. del. **El papel de España en las Cumbres**. Madri, Real Instituto Elcano, 28/6/2004.

Um segundo período, entre 1997 e 2002, com José María Aznar (PP) como presidente espanhol, em que a Espanha não apenas procura recuperar liderança, mas trata de arrastar a política ibero-americana aos interesses dos Estados Unidos, provocando uma crescente conflitividade interna. Por último, o terceiro período, sob comando do presidente José Luiz Rodríguez Zapatero (PSOE), a partir de 2004, que procura recuperar o consenso e o espírito de diálogo¹⁹⁰.

Em terceiro lugar, a projeção das Cúpulas Ibero-americanas entra em conflito com diversos organismos e instituições multilaterais (como União Européia, Mercosul, ALCA, ALBA), aos quais os países ibero-americanos estão integrados. Por conseguinte, as Cúpulas têm orientado cada vez mais seus esforços a aspectos de desenvolvimento social, cultural e humano da região, abandonando aspirações de hegemonia política e comercial que tiveram anteriormente, complementando os objetivos fundamentalmente econômicos e mercantis das demais organizações.

Em quarto lugar, alguns governos no poder em países ibero-americanos estão tratando de ocupar sua parcela de poder nas Cúpulas e de utilizá-las como plataforma para propaganda. Um exemplo dessa circunstância foi o enfrentamento entre o Rei da Espanha e o presidente venezuelano na XVII Cúpula celebrada em Santiago do Chile em 2007.

Um dos países com os quais sempre existiram pontos de fricção nas Cúpulas é Cuba, apesar de que a IX Reunião foi realizada em Havana, em novembro de 1999¹⁹¹, de que Fidel Castro tenha assistido à maioria das Cúpulas, e de que em várias delas foi condenado o embargo norte-americano à ilha¹⁹². Os enfrentamentos foram mais frequente durante o governo Aznar e, pelo contrário, atualmente as Cúpulas Ibero-americanas podem ser cenário profícuo para apoiar uma transição pacífica e sem ruptura social em Cuba.

¹⁹⁰ FRERES, Christian. La corta historia de las Cumbres. 1991-2004. IN: ARENAL, Celestino del. **Las Cumbres Iberoamericanas (1991-2005) Logros y Desafíos**. Madri: Fundación Carolina, 2005.

¹⁹¹ IX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno. Declaração de Havana. 15-16/11/1999. <http://www.oci.es/ixcumbre.htm>. Acesso em: 28/6/2008.

¹⁹² La Cumbre Iberoamericana pedirá a EEUU el fin del embargo a Cuba. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2005/10/13/espana/1129231387.html> e Comunicado especial: XVII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno. Disponível em: <http://embacu.cubaminrex.cu/Default.aspx?tabid=2009&mid=4688&ctl=Details&ItemID>. Acesso em: 28/6/2008.

Por fim, na XV Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Salamanca (Espanha) em outubro de 2005, foi decidido criar uma estrutura permanente: a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), cuja direção foi designada a Enrique Iglesias. A institucionalização deve promover uma melhora da gestão da organização e maior efetividade na implementação de suas recomendações e programas¹⁹³. A sede da SEGIB foi estabelecida em Madri.

3.2.3 Espanha e América Ibérica: relações dentro do multilateralismo

Este tema será tratado específica e detalhadamente no capítulo das Relações hispano-brasileiras: aqui será apenas apontada sua relevância no contexto das relações globais com a América Latina.

A Espanha e a maior parte dos países ibero-americanos participam de diversas sociedades e organismos supranacionais, algumas de caráter político, outras no âmbito comercial e econômico, etc., como nas Nações Unidas, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio, Confederação Mundial do Trabalho, União Européia, Mercosul, entre outras. Em geral, estes organismos definem determinados compromissos econômicos (como pagamento de quotas, cumprimento de normas de conduta, limitações sobre endividamento, etc.), comerciais, (regulamentações aduaneiras, tarifas, etc.), políticos e sociais (como a imigração, por exemplo), e se sub-rogam funções importantes dos estados membros, reduzindo sua capacidade de manobra e autonomia.

Entre as organizações internacionais, a mais proeminente é a União Européia, que tem legislação própria. A Legislação Comunitária é bastante extensa e detalhada, abarcando quase todos os aspectos do funcionamento interno de um país: economia, trabalho, saúde, assim como afeta as relações internacionais, isto é, as relações dos países membros com terceiros países.

¹⁹³ XV Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Declaração de Salamanca, Outubro 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/xvcumbredec.htm>. Acesso em: 28/6/2008.

As relações da Espanha com os países ibero-americanos, como consequência, está submetida às normas da Comissão Européia, em diversos aspectos: sociais (legislação e normativa sobre imigração, residência; em geral, movimento de pessoas), acadêmicos (reconhecimento de titulações acadêmicas e profissionais), negociações comerciais (só em escassas circunstâncias estas negociações podem se dar de forma bilateral), credenciais tecnológicas, patentes, normas de qualidade, legislação sobre alimentos e equipamentos, etc.

Essas limitações, no entanto, não existem apenas do lado europeu. Os países ibero-americanos estão em alguns casos em condições parecidas, por se encontrarem ligados a organismos regionais de características similares, como o MERCOSUL e Pacto Andino.

As negociações bilaterais, na atualidade, são portanto, menos bilaterais e mais condicionadas por fatores “externos” aos países que negociam.

O fato de a Espanha ser membro da União Européia pode servir para que exerça uma função de ponte, intermediando as relações entre os países ibero-americanos e o “Velho Continente”, e não se refugiando nas limitações “regionais” para descuidar de seus deveres e obrigações com esses países.

4 RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA

4.1 Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Espanha, como comentado no início deste trabalho, não tiveram grande intensidade em nível bilateral e tampouco um significado importante no contexto internacional, mesmo depois dos processos de democratização e abertura ao exterior que tiveram lugar em ambos os países. Com o fim de realizar uma exposição coerente sobre o assunto, serão apresentados três pontos: o início destas relações, os fatos temporais de maior interesse e a situação atual.

4.1.1 O começo

As relações diplomáticas entre Brasil e Espanha a partir do século XX começam a ter interesse a partir da Guerra Civil Espanhola (1936-9). Durante o conflito, as relações bilaterais seguiram um curso normal, apesar das diretrizes do governo Vargas evidenciarem sua incompatibilidade com o governo legalmente constituído na Espanha. As semelhanças entre as idéias defendidas por Getúlio Vargas (1930-45) e pelos nacionalistas espanhóis eram múltiplas. A República da Espanha, quando não se identificava com o comunismo, era vista como modelo de desordem causada por instituições democráticas. Desta forma, grande parte da elite política brasileira desejava um desenlace satisfatório para os nacionalistas espanhóis¹⁹⁴. Nesse contexto, em março de 1939, antes de cessar o conflito civil espanhol, o Brasil reconheceu a Espanha nacionalista, representada pela Junta do Governo de Burgos, encabeçada pelo General Francisco Franco.

Posteriormente, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946-51), a postura do Brasil mudou e, quando se debatia na ONU o “Caso Espanhol” e em 12 de dezembro de

¹⁹⁴ IZEPE DE SOUZA, Ismara. Brasil en la trama del conflicto: el Gobierno Vargas, los inmigrantes españoles y la sociedad brasileña ante la guerra civil española. Congreso Internacional La Guerra Civil Española. Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales. Disponível em: http://www.secc.es/media/docs/8_3_Ismara_I_de_Souza.pdf. Acesso em: 28/6/2008.

1946 a Assembléia Geral aprovou resolução condenatória a Espanha, o Brasil era um dos 34 países que votaram a favor desta resolução.

Entretanto, desde 1949, o Brasil passou a expressar seu apoio à Espanha em todas as questões propostas contra ela nas Nações Unidas e, em maio daquele ano, apresentou uma proposta de resolução, junto a Bolívia, Colômbia e Peru, em que os signatários decidem “sem voltar sobre as declarações contidas na Resolução de 1946, deixar as nações-membros da ONU em total liberdade de ação no que se refere a suas relações diplomáticas com a Espanha”. Como consequência dessa mudança de postura, em março de 1950, o Brasil restabelece relações diplomáticas plenas com a Espanha e em novembro vota a favor da derrogação da resolução de 1946¹⁹⁵. Estas relações consolidam-se com a visita a Espanha do Presidente Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956.

Não obstante, estas relações, desde o princípio, estiveram impregnadas por um choque de interesses: o Brasil via a política espanhola de potencializar as relações com a América Latina como uma forma de exercer domínio sobre a zona, o que contrariava sua própria política, orientada a converter-se em líder da mesma.

A visita do chanceler espanhol Gregorio López Bravo a Brasília em 1971 foi interpretada pelo Itamaraty como uma tentativa de conquistar o apoio brasileiro para as pretensões espanholas de associação à ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio, criada em 1960), ou pelo menos de conseguir neutralizar as resistências brasileiras. A política espanhola em relação ao Brasil passaria a estar pautada pelo objetivo, ainda que implícito, de evitar uma posição de liderança brasileira no continente americano, que pudesse comprometer o fortalecimento do chamado bloco “hispano parlante”, centrando-se no estabelecimento de uma atenta vigilância sobre o desenvolvimento da política brasileira para os países hispano-americanos¹⁹⁶.

Se por um lado a saída da ditadura e a implantação da democracia na Espanha melhoraram as relações entre ambos os países, por outra parte as desconfianças não desapareceram. A iniciativa do governo de Felipe González de comemorar o V Centenário

¹⁹⁵ MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y COOPERACIÓN - Dirección General de Comunicación Exterior. **Informe Brasil**. Agosto de 2007.

¹⁹⁶ Ofício Confidencial da Embaixada do Brasil em Madri para a Secretaria das Relações Externas (SER), 7 de Abril de 1972, AHB, caixa 05, pág. 13 – 14. Citado por Ayllón Pino (2004).

do Descobrimento da América, a partir de 1982, com a celebração de reuniões com os países latino-americanos, contou também com a presença e a participação ativa do Brasil. Os receios já tradicionais que Brasil tinha demonstrado quanto a certas concepções da política ibero-americana da Espanha continuaram latentes nos primeiros encontros preparatórios¹⁹⁷. As reticências brasileiras eram matizadas pelo pragmatismo com que o Itamaraty afrontava a inevitabilidade desta iniciativa diplomática:

“Durante as sessões da II Reunião, manifestou-se de forma evidente a intenção espanhola de utilizar as comemorações do V Centenário a favor da antiga aspiração de aglutinar ao redor de Madri uma comunidade de países hispânicos ou ibéricos. (...) O México e o Brasil colocaram em discussão a própria “filosofia” que a Espanha queria que orientasse as Comemorações. (...) Os países da América Central insistiram que a secretaria permanente fosse exercida pela Espanha, através do Instituto de Cooperação Ibero-americana, com o que a Espanha teria o comando da festa (...) da qual não podemos, nem devemos estar ausentes. Como não deveria estar ausente Portugal”.¹⁹⁸

Não era questão de ganhar a inimizade espanhola por se negar a participar em uma iniciativa em que o Brasil figuraria como co-patrocinador original a custo baixo e com benefício que poderia ser alto. Os dados dos volumosos investimentos espanhóis entre 1996 e 2000 confirmaram que o diálogo político propiciado pelas Cúpulas Ibero-americanas facilitou a aproximação econômica posterior¹⁹⁹.

Quanto às razões da participação brasileira, analistas brasileiros coincidem em afirmar que o presidente Fernando Collor pretendia aproveitar com a oportunidade das Cúpulas Ibero-americanas as novas modalidades de inserção internacional oferecidas com o fim da Guerra Fria. O presidente Collor pessoalmente apoiou a iniciativa, apresentada como fruto de uma convocatória tripartite, ao entender que a proposta do presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, era uma ocasião para realçar o prestígio do Brasil na região e no mundo, especialmente quando a cidade de Salvador sediaria a III Cúpula Ibero-americana

¹⁹⁷ AYLLÓN PINO, Bruno. **Brasil y la política de España en Latinoamérica**, Carta Internacional, año X, nº 111.

¹⁹⁸ Despacho confidencial da SER para a Embaixada do Brasil em Madri, 31 de agosto de 1984, AHB, caixa 279. Citado por Ayllón Pino (2004).

¹⁹⁹ SANTOS, Theotônio dos.- *As Relações Brasil – Europa em transição.*- Anuário Brasil – Europa 2000, Konrad Adenauer Stiftung, São Paulo, 2001.

(1993), apenas um ano depois da Conferência sobre Meio Ambiente (ECO-92) realizada no Rio de Janeiro²⁰⁰.

Esta integração do Brasil nas Cúpulas Ibero-americanas constitui um dos fatores mais importantes da “ibero-americanização” da política “latino-americana”, entendida até então como hispânica apenas. Como veremos mais adiante, entretanto, uma vez regularizadas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Espanha, seu desenvolvimento posterior estará mais condicionado pela economia e o comércio do que por conceitos puramente políticos.

4.1.2 Os fatos mais destacados

A seguir, com base em dados do Itamaraty e do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha e em levantamentos de Bruno Ayllón Pino (2004), detalham-se outros marcos das relações entre o Brasil e a Espanha, de maneira meramente descritiva. No Anexo III, inclui-se dados do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha em relação ao intercâmbio de visitas entre este país e o Brasil, assim como Tratados e Acordos assinados por ambos.

O marco inicial das relações bilaterais pode ser identificado pela visita do presidente do governo espanhol Adolfo Suárez ao Brasil entre os dias 06 e 08 de agosto de 1979, a convite do presidente João Baptista Figueiredo. Foi a primeira visita de um presidente espanhol nos cento e cinquenta e sete anos de independência do Brasil. Durante a visita, estabeleceu-se um mecanismo de consultas anuais e os dois mandatários entraram em acordo sobre a necessidade de ampliar a cooperação econômica bilateral.

Ainda nos anos de transição democrática, em 1983, os monarcas espanhóis vieram ao Brasil em visita oficial. Em 14 de maio, os Reis da Espanha, Don Juan Carlos de Bourbon e Dona Sofia, chegaram a Salvador. No ano seguinte, aconteceu a visita de Estado à Espanha do presidente Figueiredo, entre os dias 11 e 14 de abril, que se entrevistou com o

²⁰⁰ AYLLÓN PINO, Bruno. **Espana y Brasil em América Latina** (1946 – 2000): de la Política de Hispanidad franquista a las Cumbres Iberoamericanas.- Ediciones Universidad de Salamanca. América Latina Hoy nº 37, 2004, p. 145-163.

rei Juan Carlos, o qual expressou apoio ao processo de abertura democrática no País. Em 1985, chegou a Madri o presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves, para realizar uma visita na qual se entrevistou com o rei da Espanha e com o presidente do Governo, Felipe González.

Durante o governo de José Sarney, questões de caráter econômico e político marcaram a agenda bilateral. Em abril de 1987, o ministro espanhol de Assuntos Exteriores, Francisco Fernández Ordóñez visitou oficialmente o Brasil, com a missão de tentar reduzir o déficit comercial espanhol, e anunciou a visita de Felipe González ao país para impulsionar as relações bilaterais. Em 9 de abril, o Príncipe de Astúrias, Felipe de Bourbon, visitou Salvador. O presidente do Governo da Espanha, Felipe González, veio ao Brasil entre 13 e 18 de junho, ocasião em que pronunciou um discurso diante da Assembléia Constituinte brasileira. Em agosto, o governador do Estado de São Paulo, Orestes Quécia, anunciou a criação de dezoito centros de estudo de espanhol. Poucos dias depois, o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, estabeleceu o espanhol como idioma optativo no segundo grau. Em fevereiro de 1988, aconteceu em Brasília assinatura do Acordo sobre extradição, firmado pelo ministro de Relações Exteriores de Brasil, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e pelo ministro de Justiça espanhol, Fernando Ledesma. Em março, o chanceler brasileiro viajou a Madri para ter uma reunião de consulta política com as mais altas autoridades espanholas. Em abril, o secretário de Estado espanhol para a Cooperação com a América Ibérica, Luis Yáñez, visitou o Brasil, tratando com as autoridades brasileiras de assuntos relativos às comemorações do V Centenário do Descobrimento da América. Em 26 de abril, Yáñez assinou um Convênio de Cooperação para a realização de obras para a revitalização do centro histórico de João Pessoa (PB). O rei da Espanha enviou, em 15 de julho, uma carta ao Sarney, felicitando-o pela nomeação de seu primo, Manuel de Orleans e Bragança, como representante do Brasil nos assuntos relacionados à EXPO-92. No contexto do Clube de Paris, a Espanha e o Brasil chegaram a um acordo em 29 de julho, para o refinanciamento da dívida externa brasileira. Em outubro, o governador Moreira Franco (RJ) visitou a Espanha, para tratar de assuntos econômicos.

O Governo espanhol esperou a realização das eleições presidenciais de 15 de novembro 1989 antes de negociar acordo de créditos, investimentos, transferência de

tecnologia e cooperação cultural. Após a vitória de Fernando Collor de Mello no pleito, o presidente eleito visitou a Espanha em fevereiro de 1990, quando, em entrevista com o presidente González, confirmou sua intenção de concluir com a Espanha um Tratado de Amizade e Cooperação. O presidente espanhol veio a Brasília assistir à posse do novo presidente brasileiro em março.

Em maio de 1991, o presidente Collor voltou à Espanha em viagem oficial e assinou a ata de bases do Tratado de Amizade e Cooperação hispano-brasileiro que previa investimentos e empréstimos no valor de três bilhões de dólares. A imprensa espanhola denunciou a aparente carência de conteúdo do Tratado. No ano seguinte, Collor voltou a Madri, para participar da II Cúpula Ibero-americana e celebrar o Tratado Bilateral Geral de Amizade e Cooperação e o acordo econômico complementar. O poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto, que foi diplomata do Itamaraty destinado na Espanha entre 1947 e 1967, visitou pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Sevilha (EXPO 92) representando o Presidente da República nas comemorações do 7 de Setembro. Em julho de 1993, o presidente Itamar Franco enviou ao Congresso brasileiro a lei que estabelece o ensino obrigatório do espanhol.

O Tratado Geral de Amizade e Cooperação hispano-brasileiro entrou em vigor em maio de 1994. Em setembro, ocorreu uma reunião de planejamento político em Madri, entre as chancelarias dos dois países. No final do mês de setembro, depois de sete anos de trabalhos, autoridades do Brasil e da Espanha inauguraram a terceira etapa da restauração do centro histórico de João Pessoa, financiado com fundos da cooperação espanhola. Em 19 de outubro, o secretário geral do sindicato espanhol Comisiones Obreras (CCOO) visitou o Brasil para entrevistar-se com representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT) e com o líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.

A Comissão Mista de Cooperação Brasil-Espanha, em setembro de 1995, reuniu-se em Brasília pela primeira vez desde a entrada em vigor do Tratado Geral de Amizade e Cooperação. Foram estabelecidos quatro blocos temáticos: educação, capacitação e formação de recursos humanos; modernização interinstitucional; modernização de infra-estruturas; setores produtivos e culturais. Felipe González visitou o Brasil em outubro, em sua volta da Cúpula Ibero-americana de Bariloche. Na ocasião, foi assinada uma ata pela

qual se constituiu uma Comissão de Alto Nível, presidida pelos ministros de Assuntos Exteriores, Javier Solana e Luiz Felipe Lampreia. O objetivo era a busca de mecanismos para estimular o intercâmbio bilateral. As estatísticas comerciais do mês de dezembro apontaram um aumento das exportações espanholas para o Brasil de 225%. Durante a presidência espanhola da União Européia, no segundo semestre de 1995, foi assinado o Acordo Marco de Cooperação Inter-regional entre a União Européia e o MERCOSUL em dezembro.

No ano seguinte, o príncipe Felipe inaugurou em São Paulo, em 23 de novembro, a maior exposição industrial da Espanha no exterior – Expotecnia – a que assistiram mais de quatrocentos empresários espanhóis. O Instituto de Comércio Exterior espanhol (ICEX) investiu no evento a maior quantidade dedicada até então em um projeto dessas características: 1.750 milhões de pesetas (equivalentes a 10,5 milhões de euros). Paralelamente à Expotecnia, constituiu-se o Comitê hispano-brasileiro de homens de negócios. Foi inaugurada em São Paulo, em novembro, uma exposição de pintores valencianos. O presidente Aznar lançou, na Cúpula Ibero-americana de Viña del Mar, uma proposta para realização de uma Cúpula entre a União Européia, América Latina e Caribe.

Em 1997, o ministro Luiz Felipe Lampreia visitou Madri, para intensificar as relações econômicas bilaterais. O presidente do governo, José María Aznar, iniciou em 16 de abril sua primeira visita oficial pelo Brasil, acompanhado por empresários de quarenta grandes bancos e empresas espanholas. Aznar pôs em manifesto o papel da Espanha nas relações da União Européia com o MERCOSUL. Em 27 de outubro, ocorreu a visita oficial do vice-presidente Marco Maciel. Em outubro também visitou a Espanha o governador de Minas Gerais, com a finalidade de atrair investimento para o estado.

A primeira visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Madri em abril de 1998 foi subitamente suspensa devido ao falecimento de apoios políticos: o ministro Sergio Motta (Comunicações) e o deputado Luis Eduardo Magalhães. O presidente retomou a visita no mês seguinte e, em suas entrevistas, tratou de assuntos econômicos - em especial os investimentos espanhóis no Brasil nos setores bancário, de infra-estruturas e telecomunicações. O rei da Espanha ressaltou ao presidente brasileiro que a “Espanha está de novo hoje presente no Brasil, com uma aposta forte, esperançosa e irreversível para o

futuro”²⁰¹. Por sua parte, o chanceler espanhol afirmou que a Espanha considerava o Brasil uma das grandes prioridades da política exterior de seu país.

Depois que a crise financeira internacional atingiu o Brasil, em novembro, a Espanha anunciou uma ajuda de um bilhão de dólares em apoio à economia brasileira. O ministro Pedro Malan (Economia) foi à Espanha no início de 1999 para explicar ao governo espanhol e aos investidores as medidas do Governo para a estabilização da economia nacional, depois da desvalorização do real. O ministro espanhol de Energia, Josep Piqué, inaugurou o seminário “Brasil-Espanha: novos caminhos e possibilidades” na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no dia 19 de abril. Realizou-se no Rio de Janeiro, em junho, a I Cúpula União Européia, América Latina e Caribe (UE-ALC), onde a UE apresentou mandato de negociação para alcançar uma zona de livre comércio com o Mercosul. O ministro da Economia espanhol, Rodrigo Rato, visitou o Brasil e, acompanhado de empresários espanhóis, participou, em 05 de julho, do seminário “Brasil-Espanha: novas associações econômicas”, em que se analisaram as relações econômicas bilaterais. Em 13 de outubro, durante a reunião do Patronato do Instituto Cervantes, o rei da Espanha agradeceu a decisão do Brasil de incorporar o ensino do espanhol a seu sistema educativo. Em 11 de novembro, foi assinado o Acordo bilateral hispano-brasileiro em matéria de prevenção do consumo e controle do tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. O ministro espanhol de Educação e Cultura, Mariano Rajoy, visitou o Brasil em dezembro, para apoiar iniciativas relacionadas com o ensino obrigatório do espanhol. Rajoy assinou um rascunho para a elaboração de um convênio para a implantação de uma dupla titulação hispano-brasileira. Em 29 de novembro, o vice-presidente Marco Maciel e o chanceler espanhol inauguram em Madri o I Encontro Empresarial Hispano-Brasileiro, em que Maciel destacou a importância das afinidades culturais entre os dois países.

Em abril de 2000, aconteceu no Rio de Janeiro, o Seminário Brasil-Espanha organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/MRE). A segunda visita oficial dos reis da Espanha ao Brasil ocorreu entre 10 e 13 de julho, com o propósito

²⁰¹ Discurso do rei Juan Carlos em ocasião de almoço oferecido ao presidente Cardoso. Madri, 18/05/1998. Disponível em: <http://www.casareal.es/noticias/news/1449-ides-idweb.html>. Acesso em: 18/09/2006.

de reafirmar os crescentes laços empresariais e culturais hispano-brasileiros. O rei encerrou um seminário com 350 empresários (espanhóis e brasileiros). Os reis inauguraram, no Rio de Janeiro, com motivo dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a macro exposição de pintura “Esplendores da Espanha”. Em 27 de outubro, o presidente FHC recebeu em Oviedo o prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional e afirmou que as relações entre Espanha e Brasil atingiam seu nível máximo.

No campo do intercâmbio acadêmico, vale lembrar a criação do Centro de Estudos Brasileiros pela Universidade de Salamanca em 2001. Na inauguração deste centro, a ministra espanhola de Educação e seu homólogo brasileiro assinaram convênio para incentivar programas de formação conjuntos. No mesmo ano, em fevereiro, foi inaugurada em Madri a feira de arte ARCO, que reuniu mais de cem artistas brasileiros. Em 5 de março, o presidente Fernando Henrique recebeu o empresário espanhol Jesús de Polanco, que explicou os planos de expansão do Grupo Prisa no País e as negociações para adquirir as editoras brasileiras Objetiva e Moderna. Em 12 de março chegou ao Brasil o secretário espanhol de Economia e Energia, José Folgado, acompanhado de trinta empresários espanhóis. Na ocasião, ocorreu a assinatura de Acordo de Cooperação com a Petrobrás. Em 16 de março, foi assinado em Madri o Convênio de Cooperação entre o Ministério de Educação, Cultura e Desporto da Espanha com o MEC brasileiro, para o desenvolvimento de programas de formação, aperfeiçoamento e atualização de conhecimento de pós-graduados e professorado universitário. Em 26 de abril, a ministra espanhola de Ciência e Tecnologia, Ana Birulés, chegou a Brasília para assinar convênios com o governo brasileiro para o desenvolvimento de projetos científicos. Em 17 de maio, foi inaugurada a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em que a Espanha foi o país homenageado. Em junho, aconteceu em Recife o II Encontro do Grupo Tordesilhas, integrado por representantes de universidades da Espanha, Brasil e Portugal. Em 4 de julho, na sede do Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial (CDTI) de Madri, inaugurou-se seminário hispano-brasileiro de cooperação em ciência e tecnologia. Em 11 de julho, o Secretário de Estado espanhol de Comércio, Juan Costa, anunciou que os investimentos espanhóis no Brasil concentraram 60% do investimento nacional na América Latina no ano 2000. Em 1º de agosto, a exposição “De Picasso a Barceló” foi inaugurada em São Paulo. O presidente

do Banco Santander Central Hispano (BSCH), Emilio Botín, inaugurou em Porto Alegre um centro cultural para a difusão da cultura gaúcha, declarando que a presença de seu grupo no Brasil tinha caráter de permanência. No mês de setembro, foi apresentada em Madri a exposição itinerante “Espanha, século XVIII” que chegaria ao Brasil em 2002, na Pinacoteca do Estado de São Paulo e no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 06 de setembro foi constituída a Fundação Cultural hispano-brasileira. O presidente FHC assistiu, em 27 de outubro, à Conferência sobre Transição e Consolidação Democráticas, em Madri, referindo-se ao “exemplo” da transição espanhola. No dia seguinte, em encontro com o presidente Aznar, os dois mandatários afirmaram que Espanha e Brasil estavam em sintonia e que as relações bilaterais eram muito cordiais. Trataram também da possibilidade de mudar o formato das Cúpulas Ibero-americanas.

Em 2002, o grupo BSCH patrocinou o lançamento do portal universitário Universia. Em fevereiro, Brasil e Espanha realizaram um programa de cooperação bilateral para o desenvolvimento rural integrado e auto-sustentável no semi-árido brasileiro. Em maio, ocorreu a assinatura do Convênio complementar ao convênio bilateral de Seguridade Social. No mês de abril, o chanceler Celso Lafer visitou a Espanha. Em maio, o presidente Fernando Henrique assistiu à II Cúpula Euro-latino-americana de Madri. Em julho, inaugurou-se no Museu Nacional do Rio de Janeiro a exposição “O século XVIII: Espanha, o sonho da Razão”. O presidente Aznar enviou telegrama felicitando a Luiz Inácio Lula da Silva por sua vitória nas eleições presidenciais de outubro. A Universidade de Castilla La Mancha criou uma Cátedra de Estudos Brasileiros. No ano seguinte, o Príncipe Felipe representou a Espanha na posse do presidente Lula em Brasília. Em 15 de maio aconteceu a terceira reunião bilateral de cooperação cultural e educacional, no Rio de Janeiro. O presidente Lula foi à Espanha em julho, onde participou do encontro empresarial Brasil – Espanha auspiciado pela CEOE (Confederação Espanhola de Organizações Empresariais). Depois de mais de seis anos, reuniu-se em julho em Madri a III Comissão Mista Brasil – Espanha de cooperação. O presidente Lula foi agraciado com o prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional, deslocando-se para Oviedo, em outubro de 2003, para a cerimônia de entrega. No mês de outubro, o presidente Aznar visitou o Brasil. Na ocasião, Lula e Aznar anunciaram um Plano de Associação Estratégica que seria assinado em

novembro na Cúpula Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). Criou-se a **Consejería de Información da Embaixada espanhola no Brasil**. A Rainha Sofia presidiu, em outubro, em Brasília, a celebração do III Fórum Internacional de Micro-créditos.

O novo chanceler espanhol, Miguel Ángel Moratinos, visitou o Brasil em julho de 2004. Entre os temas abordados com seu homólogo Celso Amorim destacam-se questões políticas bilaterais e multilaterais e a criação de canais de fomento para o financiamento de pequenas e médias empresas. Brasil e Espanha assinaram, junto com outros países, a Carta de São Paulo, no contexto do primeiro encontro de ministros de Cultura do Fórum Cultural Mundial. O governo espanhol aderiu à Iniciativa de Genebra contra a Fome e a Pobreza, auspiciada pelo presidente Lula. Em visita ao Brasil, a ministra de Cultura espanhola, Carmen Calvo, anunciou a criação do Centro Cultural Brasil – Espanha e a realização de um acordo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo para o ensino do espanhol nas escolas municipais. Espanha e Brasil lançaram a rede internacional de cooperação das Administrações Públicas pelo software livre. No contexto da X Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, no mês de dezembro, Brasil e Espanha assinam um memorando para o desenvolvimento da cooperação bilateral em matéria de recursos hídricos.

Em janeiro de 2005, o presidente do governo espanhol, José Luiz Rodríguez Zapatero veio ao Brasil. A imprensa brasileira destacou que o Brasil se encontrava no alto das preferências espanholas na América Latina. Durante a visita, foi assinada a Declaração de Brasília para o relançamento do Plano de Associação Estratégica²⁰². Também foram assinados acordos em matéria de cooperação turística, meio ambiente, educação para difusão das respectivas línguas e agricultura. Em fevereiro, os Príncipes de Astúrias visitaram o Brasil. Inauguraram o Instituto Cervantes de São Paulo e um fórum de investimentos promovido pelo ICEX. Também foi anunciada a instalação dos novos Centros Culturais da cooperação espanhola em São Paulo e Salvador. Na estância em esta última cidade, os Príncipes visitaram diversos projetos de cooperação financiados pelo governo espanhol e foram recebidos por Carlinhos Brown e a comunidade do Candeal. O

²⁰² HERNÁNDEZ, Enric. Zapatero hace a Lula su socio estratégico en Iberoamérica. El Periódico de Extremadura, 24/01/2005. Disponível em: <http://www.elperiodicoextremadura.com/noticias/noticias.asp?pkid=153074>. Acesso em: 28/6/2008.

secretário de Turismo e Comércio da Espanha, Pedro Mejía, anunciou o lançamento do “Plano Brasil” para fomentar o estabelecimento de mais empresas espanholas no País.

Em visita a Espanha, em fevereiro de 2006, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff aplaudiu o comportamento das empresas espanholas. Em abril se realizou em Madri a primeira reunião da Aliança Brasil – Espanha, patrocinada e impulsionada pela Telefónica. No mês de maio, a ministra espanhola de Agricultura, Elena Espinosa, visitou o Brasil. Entre suas atividades, destaca-se a negociação de um convênio de cooperação bilateral em desenvolvimento rural que abranja o setor vitivinícola, cooperativismo e seguros agrários. A segunda reunião da Aliança Brasil – Espanha foi realizada em São Paulo, no mês de junho.

Mais recentemente, o presidente Lula visitou oficialmente a Espanha e apresentou a empresários espanhóis, em setembro de 2007, seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), visando buscar cooperação e apoio para sua implementação.²⁰³ Esta visita teve três tipos de atividade. Por uma parte, uma atividade fundamentalmente diplomática e bilateral: visitas de Estado e reuniões com o presidente Rodríguez Zapatero, com os Reis e Príncipes da Espanha, com o Ministro de Assuntos Exteriores. Em segundo lugar, a inauguração de um seminário sobre o PAC e as perspectivas da economia brasileira, organizado pelo Instituto Elcano e pela Embaixada do Brasil na Espanha. O evento foi presidido, na abertura, pelo presidente Lula, o príncipe Felipe e o Ministro espanhol de Indústria, Comércio e Turismo, Juan Clos. A exposição do PAC foi realizada pela Ministra Dilma Rousseff dele participaram os presidentes das maiores empresas espanholas presentes no Brasil: Banco Santander, Telefónica, Iberduero, Gamesa, entre outras. Por último, durante a visita, foram assinados, entre Brasil e Espanha, diversos convênios nas áreas consular, diplomática e judicial, assim como um Plano de Ação em Ciência e Tecnologia.

No mês de maio de 2008, o presidente Zapatero, em sua primeira viagem oficial depois da posse do segundo mandato, visitou o presidente Lula em Brasília. O objetivo dessa visita era discutir planos de cooperação com terceiros países, a ser apresentados na V Cúpula União Européia – América Latina e Caribe, realizada ainda no mês de maio.

²⁰³ Lula llega a España para buscar una segunda oleada de inversiones. El País.com, 15/09/2007, Internacional, p.10.

4.1.3 Bilateralidade vs Multilateralidade

As limitações decorrentes da integração de ambos os países em blocos políticos e econômicos, que não afeta apenas Brasil e Espanha, implicam fundamentalmente em três aspectos das relações bilaterais: as relações econômicas e comerciais, os aspectos relacionados ao trânsito de pessoas (migração) e as contingências puramente políticas.

Quanto às relações econômicas e comerciais, cada um dos grupos regionais, seja a União Européia, ALCA, MERCOSUL, Pacto Andino, têm implicações sobre as soluções a todos os temas comerciais, tarifários, de subsídios devem ser tratados em uma mesa de negociações não apenas internacional, mas “inter-regional”, como está acontecendo nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

Atualmente, as relações econômicas e comerciais do Brasil com a União Européia supõem 25% do intercâmbio comercial, um terço do superávit comercial e cerca de 50% dos investimentos externos do País²⁰⁴.

As migrações, no que se refere a Brasil e Espanha, serão tratadas no Capítulo 8 sobre Aspectos Sociais das relações bilaterais. O tema é bastante complexo, agravado neste momento por dois fatores: a crise econômica mundial, que está produzindo recessão nos países do denominado primeiro mundo e a miséria dos países pobres, que compele suas populações a emigrar apesar dos riscos e inconvenientes que a prática supõe. Diante dessa pressão externa, os países da União Européia estão endurecendo a legislação e tratando de “blindar” suas fronteiras, o que tem criado frequentemente situações conflitivas.

Do ponto de vista político, terminada a Guerra Fria, o “mundo em transformação” no qual os problemas sociais, os integracionismos e novamente os nacionalismos têm obrigado os países a se posicionar.

Em segundo lugar, a assimetria de poder entre Espanha e Brasil. Apesar de que até recentemente, e ignorando por ora a questão das dimensões de cada um, a Espanha aparecia

²⁰⁴ Fonte: Mercosur ABC.

como um país rico e desenvolvido e o Brasil pobre e em desenvolvimento. Esta situação está mudando: o País tem enorme potencial de crescimento, com PIB semelhante ao espanhol (e com perspectivas de superá-lo a curto prazo).

Do ponto de vista geopolítico, o Brasil tem protagonismo crescente em seu entorno, enquanto a Espanha não tem essa possibilidade em sua área de influência imediata (UE).

As relações entre Brasil e Espanha, portanto, são cada vez mais assimétricas. Ao Brasil, na potencialização de sua presença no mundo, pode ser útil uma associação com a Espanha, por suas conotações ibero-americanas e imagem de neutralidade, dadas as facilidades culturais para o entendimento mútuo.

4.1.4 A situação atual

Visto o exposto até o momento, percebe-se que existem boas relações bilaterais entre os países, que precisam ser matizadas. No que se refere à situação atual, os aspectos políticos se destacam pela ausência de problemas: não existe nenhum contencioso entre os dois países – mais do que devido a uma colaboração em assuntos internacionais, regionais ou bilaterais, não existe uma sintonia política por objetivos comuns. Quanto às relações econômicas, comerciais e financeiras, elas constituem na atualidade o núcleo fundamental da relação bilateral. Isto é, e como ressaltaremos e detalharemos mais adiante, Brasil e Espanha, mais do que aliados do ponto de vista político, são parceiros econômicos. É certo que este caso não é exclusivo das relações atuais, posto que, cada vez mais os aspectos financeiros estão primando sobre os políticos nas relações internacionais em geral.

4.2 A paradiplomacia das Comunidades Autônomas

Atores governamentais sub-nacionais contribuíram notavelmente com a internacionalização da Espanha e especificamente no que se refere a potencializar sua presença na América Latina e no Brasil: destaca-se o papel das Comunidades Autônomas (CA). Se por uma parte, a política exterior, de acordo com a Constituição de 1978, é uma

competência do Estado, isso não tem impedido que as Comunidades Autônomas, em maior ou menor grau, tenham tratado de potencializar sua presença no exterior, fundamentalmente com fins comerciais e turísticos, se bem em alguns casos também como promoção de seu componente nacionalista. Esta presença tem sido proporcional à própria importância das CA, assim, a presença exterior destaca-se especialmente para Catalunha, País Basco, Galícia e Comunidade Valenciana.

Nesta etapa de intensificação dos contatos políticos hispano-brasileiros, as Comunidades Autônomas exercem papel importante (umas mais que outras), em duas vertentes ²⁰⁵: visitas oficiais de seus presidentes e estabelecimento de escritórios representativos.

Entre as visitas de seus presidentes ao Brasil, destacam-se as cinco visitas do presidente da Xunta de Galícia, Manuel Fraga (1991, 1995, 1997, 1998 e 1999), as três do presidente da Generalitat de Catalunha, Jordi Pujol, (1988, 1997, 1998), as duas dos *lehendakariak* do País Basco José Antonio Ardanza e Juan José Ibarretxe (1998, 2003) e outras efetuadas por Ruiz Gallardón, da Comunidade de Madri (1998), Juan José Lucas, da Comunidade de Castilla-León (2000) e Miguel Sanz, da Comunidade Foral de Navarra (2000).

Quanto ao estabelecimento de escritórios comerciais ou de representação das CA no Brasil, destacamos as seguintes: Agencia Andaluza de Promoção Exterior (Extenda); Associação de Exportadores Asturianos (Exportastur) e Instituto para el Desarrollo Económico do Principado de Astúrias (IDEPA); Câmara de Madrid; Consorcio de Promoção Comercial de Catalunha (COPCA); Instituto de Fomento para la región de Murcia (INFO Murcia); Instituto Valenciano de la Exportación (IVEX); Exportaciones de Castilla y León (Excal) e Sociedad para la Promoción y Reconversión Industrial (SPRI, do País Basco).

²⁰⁵ AYLLÓN PINO, Bruno. *Zapatero y Lula: ¿Nuevo signo en las relaciones Hispano – Brasileñas?* Boletín Brasil. Centro de Estudios Brasileños Ortega y Gasset. Enero – Febrero 2005, vol. 2, nº 1.

4.3 Cooperação Bilateral

Trataremos da cooperação entre os dois países sob os seguintes conceitos: cooperação institucional, cooperação política, cooperação dos segundo e terceiros setores e fundos de ajuda ao desenvolvimento.

4.3.1 Cooperação Institucional

A cooperação entre Brasil e Espanha está orientada pelos seguintes acordos bilaterais: Acordo Cultural de 25 de julho de 1960²⁰⁶, Convênio Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, de 13 de abril de 1989²⁰⁷, Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 23 de julho de 1992 (Capítulos III e IV)²⁰⁸, Plano de Ação em Matéria de Ciência e Tecnologia entre Brasil e Espanha, de 07 de fevereiro de 2008²⁰⁹, e IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha de Cooperação, de 28 de fevereiro de 2008²¹⁰.

Do lado espanhol, as atividades institucionais de cooperação são desenvolvidas quase exclusivamente pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), criada pelo Real Decreto 1403/2007²¹¹, que substituiu a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). A AECID está adstrita ao Ministério de

²⁰⁶ Assinatura: Madri, 25 de junho de 1960. B.O.E. de 9.06.1965.

²⁰⁷ *Diário Oficial*, 1992-08-20, núm. 160, págs. 11289-11291

²⁰⁸ Assinatura: Madri, 23 de julho de 1992. B.O.E. de 6.07.1994.

²⁰⁹ Plano de Ação em matéria de Ciência e Tecnologia entre o governo do Reino da Espanha e o governo da República Federativa do Brasil. Fonte: Agência Espanhola de Cooperação. Disponível em: <http://www.fcm.aeci.es/09cultural/02ccult/ftp/PLANACCIONBRASILVERSESPA%C3%91A.pdf>. Acesso em: 25/5/2008.

²¹⁰ Ata da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha de Cooperação. Fonte: Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: http://www.abc.gov.br/download/ATA_BrasilEspanha.pdf. Acesso em: 25/05/2008.

²¹¹ Boletim Oficial do Estado, Real Decreto 1403/2007, de 26 de outubro, pelo qual se aprova o Estatuto da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID). Disponível em: www.aecid.es/estatuto/estatutoAeci26-11-07.pdf. Acesso em: 25/5/2008.

Assuntos Exteriores e de Cooperação, através da Secretaria de Estado de Cooperação Internacional.

No Brasil, o organismo homólogo é a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dependente do Ministério de Relações Exteriores.

Atualmente a Espanha é um dos países europeus que aporta maior volume de ajuda ao Brasil, somando 13,6 milhões de euros sob o conceito de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) em 2006. A Espanha aumentou o orçamento para 2008 destinado a AOD em 33,8%.

De acordo com a Ata da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha de Cooperação, de 28 de fevereiro de 2008, o Programa de Cooperação 2008-12 tem os seguintes objetivos gerais: luta contra a pobreza; defesa dos direitos humanos; igualdade de gênero; sustentabilidade ambiental e respeito à diversidade cultural. Do ponto de vista operacional, são dois os objetivos da cooperação: fortalecimento da capacidade institucional, com ênfase no fortalecimento da justiça e da função pública, e desenvolvimento integral da região Nordeste. O Plano de Ação de Ciência e Tecnologia prevê as seguintes atividades e projetos: tecnologia da informação e comunicação; nanotecnologia e nano medicina; engenharia biomédica, genômica e proteômica; biotecnologia; energias renováveis e biocombustíveis; pesquisa agro-pecuária; hidrogeologia; atividades aeroespaciais; divulgação da ciência e cooperação entre museus.²¹²

Entrando em programas concretos, temos os seguintes projetos, agrupados por objetivos:

1. Governança Democrática, Participação Cidadã e Desenvolvimento Institucional.
 - .1. Fortalecimento do Estado de Direito
 - Desenvolvimento Institucional da Escola Nacional de Magistratura do Trabalho (ENAMAT).

²¹² Para informação mais detalhada sobre a estratégia da Cooperação Espanhola para o Brasil, do Ministério espanhol de Assuntos Exteriores e Cooperação – Plan de Actuación Especial de Brasil, ver http://www.maec.es/es/MenuPpal/Cooperacion%20Internacional/Publicaciones%20y%20documentacion/Documents/Brasil%20D_documentos_PAE_2_2.pdf.

- Criação e Desenvolvimento da Escola Nacional de Magistratura (ENFAM)
 - Programa de Capacitação e Educação em Direitos Humanos para Profissionais dos Sistemas de Justiça, Segurança e Docentes Universitários do Estado da Bahia (PROCEDH).
 - Apoio ao Fortalecimento de Políticas Públicas para a população Guarani na Região Trans-fronteiriça (Brasil – Argentina – Paraguai).
- .2. Desenvolvimento da Administração para o serviço ao cidadão e boa gestão dos assuntos públicos
- Fortalecimento da Gestão de Políticas para a Inclusão Social do Governo Federal Brasileiro.
 - Desenvolvimento Gerencial Estratégico no Governo Federal Brasileiro
 - Fortalecimento da Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
 - Fortalecimento das capacidades de Gestão das Administrações Públicas Municipais.
 - Governança Local para o desenvolvimento
- Cobertura das Necessidades Sociais
 - .1. Educação
 - Cooperação Acadêmica
 - Programa Bolsas MAEC – AECID
 - Programa de Cooperação Universitária (PCI)
 - Inclusão social através da educação
 - Projeto Bravo Bahia
 - Projetos Oficina – Escola de João Pessoa (Paraíba), Salvador (Bahia) e São Luis (Maranhão)
 - Parceria para o Desenvolvimento da Comunidade de Candeal, Salvador (Bahia).

- Projeto Saberes de Águas para alfabetização de pescadores artesanais do Rio São Francisco (Bahia)

.2. Saúde

- Transferência da metodologia do Sistema Diraya: acordo entre a Comunidade Autônoma da Andaluzia e os Estados de Alagoas e Pernambuco.
- Escola Materno – Infantil de Candeal, Salvador (Bahia)

.3. Habitabilidade Básica

- Projeto de Revitalização do Porto do Capim (Paraíba)
- Projeto de Revitalização Urbana em São Luis (Maranhão)

3. Promoção do Tecido Econômico e Empresarial

3.1. Pesca

- Desenvolvimento da Pesca Artesanal na Área de Influência do Parque Nacional Lençóis Maranhenses.
- Apoio ao Desenvolvimento de um Centro de Formação de Pesca e Cultura Marinha em Cabedelo (Paraíba).

3.2. Turismo

- Projeto de Desenvolvimento do Setor Turístico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí)
- Projeto de Desenvolvimento Turístico do Litoral Oeste do Ceará.
- Projeto de Desenvolvimento de Setor Turístico na Área de Influência do Parque Nacional Lençóis Maranhenses.
- Projeto de Desenvolvimento Turístico – Cultural na Região das Missões Jesuítas, Guarani (Rio Grande do Sul).

4. Ecoturismo

- Projeto para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha de Marajó (Pará)

- Projeto para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Região do Delta do Parnaíba (Piauí).

Podem-se incluir ainda os projetos realizados através de organismos multilaterais, como o Fundo Espanha-PNUD para o desenvolvimento integrado e de inclusão, do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); as ações de fortalecimento dos sindicatos frente às novas metas de integração na América Latina e de promoção do emprego juvenil na região, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e o Programa Eurosocial da Comissão Européia. No âmbito regional, há projetos de cooperação entre os países membros do MERCOSUL. Da cooperação derivada das Cúpulas Ibero Americanas de Chefes de Estado e de Governo, que será tratada em outro capítulo, destacam-se os seguintes projetos:

- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero Americanos (ADAI);
- Programa de Aplicação em Rede para Casos de Emergência (ARCE);
- Centro de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU);
- Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED);
- Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção de Espaço Cênico Ibero – Americano (IBERESCENA);
- Escola Ibero – Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP);
- Programa de desenvolvimento Audiovisual em apoio à Construção do Espaço Visual Ibero – Americano (IBERMEDIA);
- Programa Ibero-americano de Cooperação Interinstitucional para o desenvolvimento da Pequena e Média Empresa (IBERPyme);
- Programa Ibero-americano pela Qualidade (IBERQUALITAS);
- Programa de Alfabetização e Educação Básica para Adultos (PAEBA);
- Programa Ibero-americano de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas (PICBIP);
- Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-americanos (RADI);

- Coleção Integrada de Livros à Venda na América Ibérica (RILVI);
- Televisão Educativa Ibero-americana (TEIB);
- Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ);
- Rede Ibero-americana de Documentação Judicial (IBERIUS);
- Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRED).

4.3.2 Cooperação da Empresa Privada e Organizações Não Governamentais

A cooperação dos segundo e terceiro setores direciona-se, na maioria dos casos, às áreas de tecnologia e cultura. A cooperação em ciência e tecnologia está em fase ainda embrionária, mas pode ter um futuro promissor, especialmente em áreas de grande interesse econômico, estratégico e comercial, como são as relacionadas com energia, telecomunicações, aeronáutica.

Existem acordos institucionais de cooperação tecnológica entre Brasil e Espanha, dentre os quais se destacam aqueles desenvolvidos pelo Centro para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (CDTI, espanhol) com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia brasileiro. Dentro desta colaboração desenvolveram-se nos últimos anos 54 projetos, no montante de US\$ 87 milhões²¹³. Nesta linha, destacamos também o Convênio de Colaboração Acadêmica entre a Universidade Politécnica de Madri e a Embaixada do Brasil na Espanha para a criação de uma Cátedra de Ciência e Tecnologia naquela instituição.²¹⁴

Entre as atividades de cooperação pelo setor privado, destacam-se três setores: energia, aeronáutica e telecomunicações. Os investimentos espanhóis no Brasil no campo da energia, especialmente as fontes renováveis, abriram caminho para a cooperação tecnológica, com o desenvolvimento de tecnologias locais próprias. Com relação à Indústria aeronáutica, a empresa espanhola Aernova (antiga Gamesa aeronáutica) colaborou com a Embraer para o desenho e a fabricação de aviões, como conseqüência da qual se

²¹³ <http://157.88.193.41/GrupoTordesillas/Documentos/CuartoEncuentro/CDTI.ppt> Acesso em 23-09-2007

²¹⁴ <http://157.88.193.41/GrupoTordesillas/Paginas/Catedra Madrid.php> Acesso em: 08/07/2007.

constituiu uma sociedade local, Aernova Brasil, transferindo parte da produção espanhola para o Brasil. Quanto a Telecomunicações, ressaltar que a empresa telefônica espanhola, amplamente instalada no Brasil, está desenvolvendo no país programas de Pesquisa e Desenvolvimento, associados a empresas locais e prevê aumentar o número desses programas, constituindo no Brasil o maior centro de desenvolvimento tecnológico da empresa na América Latina.

4.3.3 Fundos de Ajuda ao Desenvolvimento

Os Fundos de Ajuda ao Desenvolvimento (FAD) têm sido um importante instrumento de cooperação e internacionalização das empresas espanholas nos últimos anos, embora no Brasil tenham pouca relevância.

O governo espanhol estabeleceu os FAD a partir do Real Decreto de 25 de Fevereiro de 1977 que instituiu a Comissão Interministerial para a Ajuda ao Desenvolvimento, encarregada de outorgar os créditos de Fomento ao Desenvolvimento, estabelecidos no Real Decreto Lei de 24 de Agosto desse mesmo ano.

Associados a estes créditos FAD, o governo espanhol pôs à disposição dos países elegíveis, os Fundos de Estudo de Viabilidade (FEV). Estes fundos, não retornáveis, destinam-se ao estudo, elaboração e avaliação de projetos. Como os FAD, sempre relacionados com as áreas de desenvolvimento social. No Brasil, foram financiados cerca de quinze estudos, conforme Tabela 07.

Tabela 07
Estudos financiados no Brasil com FEV

PROJETOS	ÓRGÃO SOLICITANTE
Ferrovia São Paulo - Campinas	Estado de SP - Secretaria de Transportes Metropolitanos
Ampliação do Metrô de Fortaleza	Estado de CE - Secretaria de Infra-estruturas (METROFOR)
Plataforma Logística Multimodal em Juazeiro	Estado de BA - Secretaria de Infraestructuras

Saneamento Básico de Pequenas Comunidades	Estado de RS - Secretaria de Obras Públicas e Saneamento
Ampliação da ferrovia São Paulo - Campinas, até Aeroporto de Viracopos	Estado de SP - Secretaria de Transportes Metropolitanos
Programa estadual de resíduos sólidos	Estado de CE - Secretaria de Infra-estruturas
Recuperação e Desenvolvimento da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria	Estado de RS - Secretaria de Obras Públicas e Saneamento
Saneamento Básico de Pequenas Comunidades	Estado de MG - Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
Plataforma Logística Multimodal no Rio Grande do Sul	Estado de RS - Secretaria de Transportes
Construção de sistema de distribuição de água no Semi-árido da Bahia	Estado da BA - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal	Governo do DF - Secretaria de Infra-estruturas e Obras
Programa de desenvolvimento sustentável do Semi-árido Sergipano	Estado de SE - Secretaria de Agricultura
Construção de sistema de distribuição de água no Semi-árido da Bahia	Estado de BA - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal	Governo do DF - Secretaria de Infra-estruturas e Obras
Programa de desenvolvimento sustentável do Semi-árido Sergipano	Estado de SE - Secretaria de Agricultura
<i>Fonte: Oficina Económica y Comercial de la Embajada de España en Brasília</i>	

Com base na existência dessas linhas de crédito brando, a Espanha assinou múltiplos acordos de colaboração com diferentes países da América Latina, que permitiram não apenas melhorar as relações políticas, mas também promover a presença das empresas e indústrias espanholas nestes países.

Com o Brasil, foi negociada em 2004 a assinatura de um Convênio Bilateral, que incluía a abertura de uma linha de crédito FAD. Entretanto, no final não chegou a se materializar nenhum acordo e, apesar de que existe a disponibilidade econômica, tampouco se materializou algum projeto baseado nesta forma de financiamento, cuja disponibilidade termina em junho de 2008.

5. RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA

A mudança de enfoque da política exterior espanhola para América Latina, iniciada por Felipe González, a partir de 1982, foi seguida por Aznar e não sofreu modificações substanciais por Zapatero²¹⁵. Trata-se da “economização da política ibero-americana”, como destacada anteriormente. As relações comerciais e financeiras entre Espanha e Brasil foram crescendo em forma paralela aos processos de democratização e liberalização econômica e se materializaram em alguns casos em forma bilateral e em outros casos através de instituições políticas ou financeiras multilaterais.

O processo de crescimento dos fluxos bilaterais comerciais e de investimento nos últimos dez anos coloca o Brasil como o primeiro parceiro econômico e comercial da Espanha na América Latina: o Brasil é o primeiro destino das exportações espanholas para a América do Sul, terceiro no continente americano e um dos primeiros receptores de investimentos diretos espanhóis no mundo²¹⁶.

A importância das relações econômicas, financeiras e comerciais, que supera à das relações puramente políticas não é fenômeno que afeta exclusivamente Brasil e Espanha: atualmente, as atividades das Embaixadas em todo mundo e, em geral, dos Serviços Exteriores dos países, estão mais centradas nos temas econômicos.

5.1 Comércio bilateral

No início dos anos 1990, os fluxos comerciais entre a Espanha e o Brasil se caracterizavam por seu valor reduzido, da ordem de US\$ 900 milhões anuais, saldo favorável ao Brasil e com uma taxa de cobertura para a Espanha de apenas 21% em 1992. Desde então, ocorre forte crescimento dos fluxos em ambos os sentidos. Este aumento do comércio bilateral, no entanto, tem acompanhado o crescimento global do comércio

²¹⁵ ROITMAN ROSENMANN, Marcos. Los ejes de la política exterior de España hacia Latino América. Disponível em: www.jornada.unam.mx/2007/02/18/index.php?section=opinion&article=028a1. Acesso em: 23/09/2007.

²¹⁶ GARZÓN, Francisco Javier. **Relaciones económicas España – Brasil**. El gran socio suramericano; Economía exterior. N° 27. 2003 / 2004.

brasileiro, que passou de US\$ 101 bilhões em 1996 para US\$ 229 bilhões em 2006 (v. Tabela 08).

Tabela 08
Balança Comercial Brasileira (valores em US\$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998	101.092.495.314
1997	52.994.340.527	59.747.227.088	-6.752.886.561	112.741.567.615
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429	108.903.337.519
1999	48.011.444.034	49.294.638.739	-1.283.194.705	97.306.082.773
2000	55.085.595.326	55.838.589.722	-752.994.396	110.924.185.048
2001	58.222.641.895	55.572.176.018	2.650.465.877	113.794.817.913
2002	60.361.785.544	47.236.751.800	13.125.033.744	107.598.537.344
2003	73.084.139.518	48.304.598.424	24.779.541.094	121.388.737.942
2004	96.475.244.310	62.813.150.832	33.662.093.478	159.288.395.142
2005	118.529.184.899	73.600.375.667	44.928.809.232	192.129.560.566
2006	137.807.469.531	91.349.560.988	46.457.908.543	229.157.030.519
Acum.	799.458.435.287	654.866.312.408	144.592.122.879	1.454.324.747.695

Fonte: MDIC

As importações brasileiras procedentes da Espanha multiplicaram-se por cinco entre 1992 e 1995 e passaram de US\$ 1,1 bilhão a partir de 1997, equilibrando a balança comercial entre os dois países, que passou a ser favorável para a Espanha entre 1997 e 2001. O comércio bilateral mais que duplicou em relação ao início da década de 1990, passando a se estabilizar em torno da média de US\$ 2,4 bilhões anuais. Em 2002, houve forte déficit desfavorável à Espanha, principalmente devido à desvalorização do real, que motivou a queda de 21,8% das exportações para situá-las em US\$ 975 milhões. O Brasil foi o décimo oitavo cliente da Espanha, sexto entre os não-comunitários e terceiro no continente americano, atrás dos EUA e do México.

As importações espanholas procedentes do Brasil subiram de US\$ 937 milhões em 1996 para US\$ 3.476 milhões em 2007, colocando o país como o vigésimo sexto

fornecedor. Do lado brasileiro, em 2002, a Espanha situou-se como o décimo segundo fornecedor e o décimo quarto consumidor de produtos brasileiros (Tabela 09).

Tabela 09
Balança Comercial Brasil – Espanha
Valores em US\$ FOB

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1996	937.498.840	908.525.614	28.973.226	1.846.024.454
1997	1.056.996.252	1.140.714.710	-83.718.458	2.197.710.962
1998	1.055.712.864	1.194.849.127	-139.136.263	2.250.561.991
1999	1.169.257.844	1.179.539.446	-10.281.602	2.348.797.290
2000	1.008.767.776	1.119.125.393	-110.357.617	2.127.893.169
2001	1.043.300.735	1.224.967.502	-181.666.767	2.268.268.237
2002	1.121.199.705	975.285.509	145.914.196	2.096.485.214
2003	1.554.041.589	974.442.486	579.599.103	2.528.484.075
2004	1.987.558.891	1.175.775.138	811.783.753	3.163.334.029
2005	2.177.382.985	1.332.573.637	844.809.348	3.509.956.622
2006	2.330.367.717	1.431.096.119	899.271.598	3.761.463.836
2007	3.476.310.366	1.843.309.710	1.633.000.656	5.319.620.076
2008 *	2.510.732.380	1.356.373.802	1.154.358.578	3.867.106.182
Acum.	21.429.127.944	15.856.578.193	5.572.549.751	37.285.706.137
* Dados referentes Janeiro-Julho 2008				
Fonte: MDIC - Estatísticas de Comércio Exterior				

O comércio bilateral apresenta uma pauta reduzida de produtos, em ambos os lados, e configura um padrão de especialização que coloca o Brasil como fornecedor de matérias primas e produtos agrícolas e a Espanha como fornecedora de produtos industriais e manufaturados. Por grandes grupos de produtos, os bens industriais representaram em média 87,7% das exportações espanholas para o Brasil, enquanto os bens de consumo representaram 7,7% e os agrícolas, 4,6%. As duas partidas mais importantes são partes e acessórios de automóveis (11,46%) e partes e acessórios para aviões e helicópteros (16,91%). As exportações brasileiras para a Espanha apresentam um grau de concentração ainda maior, sendo que os dez primeiros produtos representam 56,54% do total, e trata-se

de produtos básicos e agrícolas, como a soja – principal partida com 20,35% da exportação brasileira para a Espanha -, e minério de ferro, madeira, café, carnes e milho.

A Tabela 10, elaborada pela Direção Geral de Aduanas da Espanha apresenta os dez primeiros componentes das importações e exportações espanholas em relação ao Brasil nos últimos três anos.

Tabela 10
Principais componentes do intercâmbio comercial entre Espanha e Brasil

Ordem	Exportações Espanha a Brasil	Exportações Brasil a Espanha
1	Partes e componentes de aviões e Helicópteros	Grãos de soja
2	Partes e acessórios de veículos automotores	Milho
3	Azeites de petróleo ou minerais betuminosos	Minerais de ferro e concentrados
4	Livros, folhetos e impressos, inclusive folhas soltas	Fundição em bruto e especular, em lingotes e blocos
5	Carbonatos e peroxocarbonatos	Produtos laminados planos de ferro e aço
6	Azeite de oliva e derivados	Café
7	Árvores de transmissão	Resíduos sólidos da extração de óleo de Soja
8	Elementos para vias férreas (fundição, ferro, aço)	Madeira
9	Fornos industriais ou de laboratório	Carne e despojos comestíveis de aves
10	Aparelhos emissores de radiotelefonia, radiodifusão ou televisão	Carne bovina congelada

Fonte: DGA - Espanha

O crescimento do comércio bilateral, no entanto, não foi acompanhado pelo aumento da representação espanhola no total do comércio exterior brasileiro: tem-se mantido em torno dos 2% do comércio total do Brasil, como apreciado na Tabela 11, ocupando o décimo lugar entre os destinos das exportações brasileiras desde 2002²¹⁷. O

²¹⁷ LEO, Sergio. Exportação do Brasil sobe 514 % desde 2002 e eleva investimentos. Valor Econômico, 05/08/2008, Brasil, A4.

Brasil, por sua vez, em janeiro de 2007, ocupava a posição 24 no ranking de destino das exportações espanholas por países²¹⁸.

Tabela 11
Participação espanhola no comércio brasileiro

Ano	Exportação	Importação	Corrente de Comércio
1996	1,96%	1,70%	1,83%
1997	1,99%	1,91%	1,95%
1998	2,06%	2,07%	2,07%
1999	2,44%	2,39%	2,41%
2000	1,83%	2,00%	1,92%
2001	1,79%	2,20%	1,99%
2002	1,86%	2,06%	1,95%
2003	2,12%	2,02%	2,08%
2004	2,06%	1,87%	1,98%
2005	1,84%	1,81%	1,83%
2006	1,69%	1,57%	1,64%
2007	2,16%	1,53%	1,89%

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC

5.1 Investimentos espanhóis no Brasil

Como ocorre na economia da globalização, os fluxos financeiros entre Espanha e Brasil e concretamente da Espanha ao Brasil foram muito mais importantes do que os intercâmbios comerciais. Neste contexto, o Brasil é um país que historicamente recebe volume significativo de investimento estrangeiro. A participação espanhola nesses investimentos representa em média 12,42% do total nos últimos doze anos, apesar das variações, contempladas na Tabela 12.

²¹⁸ Datos comparativos de la exportación española entre enero de 2006 y enero de 2007. El Exportador, Maio 2007, p.51.

Tabela 12
Investimento Estrangeiro Direto no Brasil 1996 – 2007
(US\$ milhões)

ANO	IED TOTAL	IED ESPANHOL	% SOBRE TOTAL
1996	7.665,49	586,63	7,65
1997	15.310,95	545,79	3,56
1998	23.270,77	5.120,23	22,00
1999	27.571,89	5.702,00	20,68
2000	29.876,37	9.592,86	32,11
2001	21.041,70	2.766,58	13,14
2002	18.778,30	586,90	3,12
2003	12.902,41	710,47	5,50
2004	20.265,34	1.054,93	5,20
2005	21.521,57	1.220,43	5,67
2006	22.231,30	1.513,74	6,80
2007	33.704,58	2.163,52	6,42
Total	224.264,30	31.564,08	12,42

Fonte: Banco Central do Brasil - Diretoria de Fiscalização (DIFIS).

A posição relativa da Espanha, entre os investidores no Brasil, também tem variado ao longo deste período, como se aprecia na Tabela 13.

Tabela 13
Posição relativa da Espanha no total de IED no Brasil
(1996 - 2007)

Ano	Posição Espanha	Ano	Posição Espanha
1996	5	2002	10
1997	7	2003	6
1998	1	2004	4
1999	2	2005	7
2000	1	2006	5
2001	2	2007	4

Grande parte desta entrada de capitais, como comentado no capítulo 2, foi produzida como consequência das privatizações, apesar de que não se pode perder de vista que estas privatizações foram dominadas por empresas de capital brasileiro, isto é, por empresas nacionais, que aportaram 51% do total do capital destinado a compra de empresas públicas²¹⁹.

Os investimentos das empresas espanholas implantadas e/ou com relações comerciais com o Brasil abrangem amplo espectro de negócios e atividades, mas existem ainda possibilidades de aumentar os intercâmbios bilaterais, seja aprofundando setores já consolidados, seja iniciando atividade em novos segmentos. Serão tratados os três mais expressivos e com maior potencial de desenvolvimento: energia, turismo e pesca. Primeiramente faremos referência às novas fontes de energia: biocombustíveis, energia eólica e energia solar. Entre as energias convencionais, serão abordadas petróleo, gás natural e eletricidade.

5.1.1 Energia

Biocombustíveis: etanol e biodiesel

Etanol. O crescimento da produção de álcool destinado a sua utilização como fonte de energia passou de cifras praticamente desprezíveis em 1975 a quase 40 milhões de litros em 2005²²⁰. Na Europa, atualmente, a Espanha é o maior produtor, com 615 mil toneladas de etanol produzidas em 2006. De fato, entre 2000 e 2006, foram implementadas cinco novas plantas de produção de etanol.

²¹⁹ ARAHUETES, Alfredo. Inversión extranjera directa en la economía brasileña, 1990 – 2003; Economía Exterior. Nº 27 – 2003 / 2004.

²²⁰ "Biocombustibles: Un Aporte para la Seguridad Energéticas". Seminario Agroenergía-Biocombustibles (FAO, Santiago, 27 de julio de 2006). Disponível em: <http://www.minmineria.cl/irng/fao.ppt> Acesso em: 07/07/ 2007.

Biodiesel. Como o etanol, sua produção disparou nos últimos anos, passando de cifras insignificantes em 1991 para 3.700 bilhões de litros em 2005, sendo a Alemanha o primeiro produtor mundial, de acordo com o *Worldwatch Institute*.

Nos últimos anos, porém, esta situação tem variado bastante, especialmente na Espanha e no Brasil. O projeto conjunto das empresas espanholas Acciona e Repsol para a implantação de uma nova planta de biodiesel na Espanha, com investimento de 300 milhões de Euros e produção programada de um bilhão de toneladas anuais, deverá situar o país como cabeça da produção europeia, liderando o mercado continental de biocombustíveis, tanto no que se refere a etanol como a biodiesel.²²¹

O Brasil, por sua vez, está promovendo a produção de biodiesel em grande escala, com base em duas linhas de atuação. Por uma parte, tornando progressivamente obrigatória a mistura de biodiesel com combustíveis convencionais procedentes do petróleo: para 1º de janeiro de 2008, a porcentagem de mistura obrigatória será de 2% e para 2010, subirá para 5%. Isto representa um mercado potencial de aproximadamente 840 milhões de litros por ano²²². Por outra parte, aumentando a produção. Neste sentido, a empresa hispano-brasileira Naturoil Combustibles Renovables vai investir 55 milhões de dólares em uma planta de biodiesel em Ourinhos (SP), com capacidade de produção de 227 milhões de litros ao ano. Está prevista uma segunda fase do projeto, com investimento adicional de 200 milhões de dólares, para produção de quinhentos milhões de litros anuais. Além disso, a Petrobrás está pondo em funcionamento três plantas de biodiesel nos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais, com produção esperada de 172 milhões de litros anuais.

Apesar dos investimentos das empresas espanholas neste setor, especialmente através da criação de empresas mistas, nenhuma delas participou nas 23 aquisições de empresas para a consolidação de grupos de produção, que aconteceram entre 2005 e os primeiros meses de 2006, como se pode apreciar no Anexo VI “Aquisição de empresas produtoras de biocombustíveis 2005-7”. Provavelmente, a explicação para este fato seja que as empresas espanholas do setor já tinham consolidado sua presença antes desta época.

²²¹ <http://acciona.es/secciones/0002040206/Es/64980.pdf> .- 7 de julio 2007.

²²² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **O estado mundial da agricultura e alimentação**. Disponível em: www.fao.org. Acesso em: 08/07/ 2007.

Na Espanha atualmente, apenas 1,5% das gasolinas está composto por combustíveis vegetais. A previsão de que para 2010 a lei obrigue que esta proporção aumente até 5,83%, ou seja, quase quadruplicar a porcentagem atual, explicita a possibilidade de crescimento dos biocombustíveis. Esta mesma política de aumento do conteúdo de biocombustíveis nas gasolinas será norma para toda a União Européia²²³.

Por outra parte, como afirmou o presidente Lula em reunião em Bruxelas para negociar a entrada desse tipo de combustível na União Européia, em julho de 2007,

“ao optar pelos biocombustíveis, mais de cem países produzirão energia. O acesso a esta energia será muito mais democrático e serão reduzidas as desigualdades entre os países produtores e os consumidores, uma vez que se evitarão conflitos pela escassez de produtos energéticos”²²⁴.

Na produção de biocombustíveis, especialmente etanol, o Brasil tem vantagem diante dos outros países, por partir da cana de açúcar e pelas inovações tecnológicas que desenvolveu para o processo. Os demais produtores utilizam cereais como matéria-prima, que têm preço maior e provocam a distorção do mercado de cereais para consumo humano e ração animal, repercutindo no custo dos alimentos. Por outra parte, o rendimento dos cereais é muito mais baixo do que o da cana de açúcar: o método brasileiro tem produtividade quase 50% superior aos sistemas de produção empregados por outros países, especialmente os Estados Unidos²²⁵, país que tem interesse em colaborar com o Brasil no desenvolvimento tecnológico ligado à produção de etanol²²⁶.

A empresa espanhola Abengoa, instalada no Brasil, inaugurou em 2007, nos Estados Unidos uma planta de produção de etanol a partir da biomassa de resíduos de cereais e outros produtos, inclusive florestais. O investimento foi de US\$ 215 milhões e terá capacidade de produção de 50 milhões de litros por ano. Esta nova tecnologia deve

²²³ <http://www.publispain.com/revista/energias-renovables-los-biocarburantes.htm>. - 7 de julio 2007

²²⁴ El País, 06/07/2007, p. 04. Tradução livre.

²²⁵ O responsável da IEA (Agencia Internacional de Energia) afirma que o etanol de cana brasileiro é bastante competitivo. El País, 07/07/2008, Economía, p.24.

²²⁶ EE.UU y Brasil ultimán un acuerdo para la producción de Etanol. El País, 04/03/2007, Economía, p.41. e EE.UU busca un acuerdo con Brasil para producir más etanol. El País, 08/02/2007, Internacional, p.11.

revolucionar a produção de etanol naquele país, por utilizar matérias-primas que não competem com a cadeia alimentar humana²²⁷.

Energia Eólica

A Espanha ocupa o primeiro lugar no mundo em produção de energia eólica. Este protagonismo da indústria espanhola no setor envolve duas frentes. De um lado, produção de “aero geradores”, componentes e tecnologia associada a esses elementos. A empresa Gamesa é atualmente o líder mundial no setor, ao lado da dinamarquesa Vestas Wind System²²⁸. De outro, produção de energia elétrica de origem eólica. A empresa espanhola Iberdrola (que possui participação no capital da Gamesa) é a líder no mundo na produção de energia elétrica deste tipo. A Gamesa é uma das empresas que mais investe em Pesquisa e Desenvolvimento neste campo: 1% do faturamento, que em 2006 foi de 2,39 milhões de Euros. Possui cinco centros de pesquisa, um na Dinamarca e quatro na Espanha²²⁹.

A Iberdrola, por sua vez, é líder mundial em geração de energia eólica e seus projetos contemplam enorme crescimento. Em 2007, o potencial instalado no conjunto dos países em que está presente foi de 6.835 MW. A previsão para 2011 é a geração de 14.694 MW²³⁰.

Ambas as empresas têm importante presença no Brasil, não apenas com investimentos, mas também como empresas locais com produção própria, constituindo um elemento de interesse no entramado industrial brasileiro.

A Iberdrola, em 2004, instalou sua primeira planta no Brasil: Parque Eólico de Rio do Fogo, situado em Rio Grande do Norte, com 49,3 MW de potência, com investimento de 66 milhões de Euros²³¹. O segundo grande parque eólico de Brasil foi instalado em Osório, no Rio Grande do Sul.

A Gamesa, por sua vez, inicia sua presença com os primeiros contratos em 2002²³²:

²²⁷ La energía está en la biomasa. El País, 21/10/2007, Negocios, p.13.

²²⁸ Iberglobal, 13 /06/ 2007.

²²⁹ GOROSPE, Pedro. Plan Renove para el viento. El País, 21/10/2007, Negocios, p.12.

²³⁰ GOMEZ, Carlos. Viento huracanado para Iberdrola. El País, 03/06/2007, Negocios, p.5.

²³¹ <http://www.eleconomista.es/empresas-finanzas/noticias> Acesso em: 27/06/2007

²³² *Idem.*

Tabela 14
Contratos da Gamesa no Brasil (2002)

Parque	Produção Mw	Localização	Estado	Inauguração
Parque Eólico Jaguarão	50,15	Jaguarão	RS	12/11/2002
Parque Eólico Cassino	80,75	Rio Grande	RS	12/11/2002
Parque Eólico Serra do Antunes	98,6	Piratini	RS	12/11/2002
Parque Eólico Tainhas	99,45	São Francisco de Paula	RS	12/11/2002
Parque Eólico Jiribatu	85	Santa Vitória do Palmar	RS	12/11/2002
Parque Eólico Livramento	149,6	Santana do Livramento	RS	12/11/2002

Energia Solar

Nesta indústria a Espanha também é pioneira e suas empresas deste setor estão presentes no Brasil. A Gamesa Solar conseguiu seu primeiro contrato em janeiro de 2002, associada à também espanhola Isofóton: contrato para fornecimento de 576 sistemas fotovoltaicos para escolas na Amazônia, pelo importe de três milhões de dólares.²³³ A partir daí, os investimentos neste tipo de energia e a implantação de empresas espanholas do setor no Brasil tem sido crescente.

Energias Convencionais

No setor das energias convencionais (gás e petróleo), existem fortes relações entre Brasil e Espanha. A Repsol YPF, maior empresa espanhola e uma das maiores do mundo, tem grande peso no Brasil, desde o acordo assinado em 1998 com a Petrobrás, em várias fases:

²³³ Fonte: Avance Empresarial. Disponível em: <http://www.guiadeprensa.com/construccion/energias/gamesa-solar.html>. Acesso em: 27/06/07.

- Prospecção: a partir de 2001, a Repsol YPF realiza investimentos anuais entre 40 e 50 milhões de dólares na busca de petróleo e gás natural em território brasileiro²³⁴.
- Refino: a primeira empresa estrangeira a investir em refino de petróleo no Brasil, através de sua associação com a FEPAF (Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - SP) e a refinaria de Manguinhos (RJ)²³⁵.
- Extração: participa na plataforma marinha na jazida Albacora Leste (Bacia de Campos, RJ), onde investiu 198 milhões de dólares²³⁶. As atividades do consórcio formado por Petrobrás (45%), Repsol (25%) e British Gas (25%) resultaram na descoberta de novos poços, com reservas estimadas entre 33 e 70 bilhões de barris de petróleo²³⁷.
- Distribuição e venda: possui 475 postos de gasolina, 400 com bandeira Repsol e 75 com a de YPF.

Por último, dentro deste ponto, ressaltar a posição política e estratégica comum da Repsol YPF com a Petrobrás, no contencioso do gás com a Bolívia.

A associação entre a Espanha e o Brasil, em forma de empresas mistas, está dando lugar a autênticos gigantes industriais que não apenas propiciam aumento de riqueza (incremento das exportações, criação de postos de trabalho, etc.) mas também desenvolvimento tecnológico relevante, especialmente no desenho e produção de material para explorações no fundo do mar, área em que o Brasil é líder mundial, apesar da falta de equipamento suficiente²³⁸.

²³⁴ Repsol-YPF espera producir petróleo em Brasil em cinco años. Disponível em: <http://www.finanzas.com/id.2255846/noticias/noticia.htm> Acesso em: 27/06/2007.

²³⁵ Repsol YPF ratifica su interés por Brasil y decide invertir 200 millones de dólares en el país. Repsol YPF y Brasil estrechan sus lazos comerciales. Empresa Exterior, 01/03/2003. Disponível em: <http://www.empresaexterior.com/conte/394.asp>. Acesso em: 27/06/2007.

²³⁶ CHAPARRO, Eva. Repsol invertirá 196 millones de euros en Brasil en 2006. Empresa Exterior, 22/05/2006. Disponível em: <http://www.empresaexterior.com/conte/3882.asp>. Acesso em: 27/06/2007.

²³⁷ Los nuevos pozos de Repsol YPF em Brasil producirán en unos cinco años. El País, 16/04/2008, Economía, p.23.

²³⁸ Brasil congela las concesiones de petróleo por falta de equipamiento. El País, 16/05/2008, Economía, p.21.

➤ **Energia elétrica:** Endesa e Iberdrola têm presença, sobretudo na distribuição e transporte de energia, e de forma mais modesta na geração.

A Iberdrola é, atualmente, a principal empresa de distribuição elétrica no Brasil²³⁹. Junto com o Banco do Brasil e o fundo Previ, gere o Consórcio Neoenergia, que faz a distribuição elétrica da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Controla ainda as empresas Enerbrasil (de energias renováveis) e Energy Works (de prestação de serviços no setor elétrico). Na área de geração, o grupo conta com uma central termoelétrica em Pernambuco (Termo Pernambuco), além de um projeto para a construção de outra central elétrica no Rio Grande do Norte (Termo Açú).

A Endesa, por sua vez, distribui energia no estado do Rio de Janeiro, é proprietária de duas linhas de transmissão de alta tensão entre Argentina e Brasil e possui duas centrais: hidrelétrica de Cachoeira Dourada (Goiás) e termoelétrica de Fortaleza (Ceará). Criou uma holding, Endesa Brasil, da qual dependem suas filiais no país.

Estão presentes também outras empresa no setor: Cobra, Abengoa, Gamesa, Inabesa, Elecnor e Isolux, adjudicatárias de projetos de instalação e manutenção de linhas e transporte de eletricidade. Em julho de 2007, Abengoa Bioenergia comprou, por US\$ 677 milhões, a brasileira Adriano Ometto Participações, do grupo Dedini Agro, e produz etanol e açúcar em duas plantas no estado de São Paulo. Em junho de 2008, as companhias espanholas Isolux e Cymi se adjudicaram um contrato da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), para a instalação de 720 quilômetros de linhas de transmissão que vão conectar as cidades de Colinas (Tocantins) e São João de Piauí (Piauí)

240

➤ A empresa **Gas Natural** possui 54% da CEG, empresa de distribuição de gás da região metropolitana do Rio de Janeiro e 72% da CegRio, que atua no interior do estado. Tem ainda a distribuição no sul do estado de São Paulo. Entre suas empresas, conta com mais de 700 mil clientes, situando-se como a maior empresa de distribuição de gás por número de clientes.

²³⁹ Las empresas piden estabilidad para seguir invirtiendo en Latinoamérica. El País, 21/11/2007, Economía, p.26.

²⁴⁰ CAPELA, Mauricio. Cteep fecha parceria com espanholas.- Valor, 11/06/2008, p. B8.

5.2.2 Turismo

Apesar de seus numerosos atrativos, o Brasil ainda não conta com uma indústria turística desenvolvida, tendo importantes carências em infra-estrutura e *know-how* turístico.

Depois da diminuição em 2002, passando dos cinco milhões de turistas registrados em 2001 para 3,8 milhões, como consequência da crise argentina e do 11 de Setembro, em 2003 ocorreu modesta recuperação, chegando aos 4,1 milhões de turistas, que se consolidou até alcançar 4,6 milhões, quantidade que se elevaria a 5,4 milhões de turistas em 2005. Em 2006, no entanto, esta cifra diminuiu novamente, para cinco milhões, com escassa recuperação em 2007 (5,2 milhões) de turistas. O potencial de crescimento é importante e, sem dúvida, este é um dos setores que pode ter mais interesse para o investimento espanhol. Além disso, nos últimos anos, houve um aumento médio dos ingressos por turismo, de 3,5% anual. Assim sendo, o governo brasileiro comprometeu promover o turismo, a fim de alcançar a cifra de nove milhões de visitantes estrangeiros até 2010.

A principal dificuldade para as perspectivas futuras continua sendo a escassa capacidade aérea, apesar do recente aumento de frequências por parte de diversas companhias – situação agravada pela quebra da Varig. O problema vai se resolvendo progressivamente devido ao aumento de vôos das companhias Ibéria (aumentou de um para três vôos diários, dois a São Paulo e um ao Rio de Janeiro), e Air Europa, além da maior participação em vôos oceânicos da TAM, Gol e da própria Varig. As linhas aéreas portuguesas (TAP) também aumentaram sua frequência de vôos para o Brasil em 2007. Este aumento da frequência, que alcança trinta vôos semanais entre Brasil e Espanha, deve favorecer o intercâmbio turístico.

Para analisar a situação atual do segmento entre os dois países, serão considerados os fluxos turísticos de brasileiros para a Espanha e de espanhóis para o Brasil, a infra-estrutura brasileira e a colaboração existente bilateralmente.

➤ Fluxo de turismo do Brasil para a Espanha

Em 2005, a Espanha recebeu a visita de 222.487 turistas brasileiros, um aumento de 21,1% em relação ao ano anterior e, em 2006, esta cifra subiu novamente para 269 mil turistas. Apesar de estes dados serem preliminares, revelam um panorama otimista para o turismo brasileiro, sendo a Espanha o quarto destino internacional para os turistas brasileiros.

Estima-se em dez milhões de pessoas o mercado potencial de viajantes internacionais brasileiros, com alto poder aquisitivo e elevado nível acadêmico. O brasileiro é um mercado emissor quantitativamente modesto, mas qualitativamente interessante caracterizado pela alta rentabilidade, motivado quase que exclusivamente pelo interesse e afinidade cultural e idiomática, que facilita a integração. O nível de gasto médio do turista brasileiro é 63 % superior à média e o gasto médio diário é 29 % superior, comparado com o restante dos turistas que visitam a Espanha.

➤ Fluxo de turismo da Espanha para o Brasil

O fluxo de turistas da Espanha para o Brasil tem crescido nos últimos anos e em 2007 o número foi quase o dobro do constatado em 2003²⁴¹.

Tabela 15
Número de turista espanhóis no Brasil

Ano	Número de turistas	Variação
2003	115.941	
2004	147.895	27,50%
2005	169.999	15,00%
2006	211.741	12,45%
2007	216.373	2,18%

²⁴¹ España, un mercado de "altísima prioridad" para el Instituto Brasileño de Turismo. Disponível em: <http://24horas.excite.es/economia/turismo--administraciones-autonomicas-y-locales/43659/EconomiaTurismo-Espana-un-mercado-de-altisima-prioridad-para-el-Instituto-Brasileño-de-Turismo>. Acesso em: 10/08/2008.

Considerando os diferentes programas que costumam ser considerados na hora de escolher um destino turístico (praias, centros urbanos, aspectos históricos, natureza, campo, aventura), o Brasil tem oferta variada e competitiva. Não obstante seus atrativos, o Brasil recebe menos turistas espanhóis do que o Caribe, incluindo o México, e da Argentina, apesar da distância, o que poderia ser explicado pelo idioma e pela valorização do Real.

Para promover a “Marca Brasil” e aumentar o número de turistas, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) elaborou um programa denominado “Aquarela”, que ao longo do período 2007-10 pretende desenvolver uma série de atividades destinadas a promover e aumentar o fluxo turístico para o País²⁴². Em relação à Espanha, dentro destas atividades, está a participação na Feira Internacional do Turismo (Fitur, em Madri), na Expovacaciones (em Bilbao) e a Feira do Turismo de Valência. Soma-se ainda a promoção de diferentes atividades culturais, que ajudam a divulgar o País, como é o caso do festival de música Rock in Rio 2008, realizado em Madri e patrocinado pela Embratur (agora, Instituto Brasileiro do Turismo)²⁴³. Na mesma linha, foi criada a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Brasileiro (Adit)²⁴⁴.

➤ Infra-estrutura Turística

A experiência da Espanha no setor turístico pode ser considerada das maiores do mundo, sendo atualmente o segundo país do mundo quanto ao número de visitantes. Esta experiência traduz-se na existência de grandes redes hoteleiras, algumas das quais, como comentado anteriormente, já estão presentes no Brasil. Sem embargo, que existem enormes possibilidades de desenvolvimento do setor e, portanto, possibilidades de colaboração bilateral, tanto em nível privado como público.

²⁴² MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 – Plano Aquarela e Projeto Vai Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 10/08/2008.

²⁴³ El Instituto Brasileño de Turismo patrocina Rock in Rio Madrid 2008. Disponível em: <http://www.europapress.es/internacional/noticia-espana-brasil-instituto-brasileno-turismo-patrocina-rock-in-rio-madrid-2008-20080624142122.html>. Acesso em: 10/08/2008.

²⁴⁴ SANCHEZ-SILVA, Carmen. Brasil quiere convertirse en destino turístico. El País, 06/07/2008, Negócios, p.14.

A presença de empresas hoteleiras espanholas no Brasil, comentado anteriormente, está abaixo daquela desenvolvida em outros destinos turísticos, como Cuba, República Dominicana e México e, portanto, existem possibilidades de crescimento neste campo.

A questão da “segunda casa”, cujo desenvolvimento pode condicionar uma linha de investimento no Brasil, fonte de postos de trabalho e aumento do número de visitantes. No lançamento deste tipo de projeto, o Brasil participou da 11ª edição do Barcelona Meeting Point, que recebeu pela primeira vez o “Live & Invest in Brazil”, com área de 4.000m² dedicados a projetos imobiliários no País; e do Salão Imobiliário de Madri (SIMO), em abril de 2008.

➤ Colaboração bilateral

Foram estabelecidos programas de colaboração bilateral entre Espanha e Brasil no setor do turismo. O interlocutor por parte do Brasil é o Ministério do Turismo. As atividades a ser realizadas consistirão em projetos de desenvolvimento turístico em regiões brasileiras menos desenvolvidas. Em um primeiro momento, os projetos serão executados na Serra da Capivara (Piauí) e na região dos Lençóis Maranhenses e Camocim (Ceará).

Em 2006, foi inaugurado o escritório de turismo do Brasil na Espanha, que desde então tem desenvolvido ações de promoção dentro do citado “Plano Aquarela”, elaborado pelo Ministério do Turismo.

Em visita do presidente Lula a Espanha (2007), foi assinado acordo para transferência de tecnologia espanhola de turismo para o Brasil. Na ocasião, a ministra do turismo, Marta Suplicy, destacou a necessidade de aumentar o peso do setor turístico no País, que atualmente representa apenas 2,6% do PIB (na Espanha, são 12%); a possibilidade de desenvolver o modelo espanhol dos “Paradores²⁴⁵”; o interesse em promover investimentos dos hoteleiros espanhóis (a ministra reuniu-se com representantes

²⁴⁵ Rede de hotéis situados em edifícios históricos, palácios, castelos, mosteiros, etc., adaptados para tal fim. Esta rede cobre todo o território espanhol, trabalha como um único sistema de reservas e se distingue pela qualidade de seu serviço, pela boa gastronomia, enfatizando o alimento regional, e por excelente relação de preço/qualidade. Disponível em: <http://www.parador.es/> Acesso em: 26/09/2007.

das redes locais: Sol Meliá, NH Hoteles, Nicolás Mateos e Fluxa y Riu) e em desenvolver o turismo doméstico, com base em programas para aposentados similares aos espanhóis.

➤ **Profissionalização**

A citada experiência espanhola também pode ser importante no que se refere à profissionalização dos recursos humanos do setor: garçons, cozinheiros, diretores de hotel, etc. Esta experiência pode ser benéfica para o Brasil e a colaboração da Espanha no nível oficial para implantação de centros e/ou programas de formação estaria garantida.

➤ **Investimentos**

A principal rede instalada no Brasil é a Sol Meliá, dedicada à gestão de cerca de 40 hotéis, constituindo-se assim o segundo grupo hoteleiro do Brasil. Também está presente Barceló (dez hotéis), o grupo NH e os grupos Serhs (um resort de luxo em Natal com 400 apartamentos) e Iberostar (com o maior complexo hoteleiro do Brasil em Praia do Forte (Bahia), e um hotel flutuante no Rio Amazonas), começaram diferentes projetos de investimento.

5.2.3 Pesca

As possibilidades de colaboração entre Espanha e Brasil neste setor são imensas. O Brasil ocupa a décima quinta posição do mundo quanto a longitude de costa, que é de 7.600km e a Espanha é um dos países com indústria pesqueira mais desenvolvida, não apenas no que se refere a capturas, mas também piscicultura, conservas e transformação.

Foi apresentado em Brasília, pelas autoridades espanholas, em março de 2006, do “Projeto Barloa”, de apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro²⁴⁶. As atividades na área teriam como objetivo melhorar as condições de vida das comunidades pesqueiras mais necessitadas do Brasil e se iniciarão no Estado do Maranhão, com um projeto de desenvolvimento sustentável de pesca artesanal.

²⁴⁶AECI: Projetos Cooperação Espanha - Brasil 2006, Sub-direção geral América do Sul.

Do ponto de vista comercial e financeiro, a Espanha é o terceiro importador de pescado do mundo. Os organismos internacionais estabelecem quotas rígidas de pesca permitida, que a Espanha utiliza totalmente e o Brasil não, especialmente quanto a atum e peixe-espada, espécies de alto valor. Por isso a Espanha tem interesse em negociar com o governo brasileiro a criação de um porto pesqueiro internacional. Existem tratativas entre os governos e um estudo de viabilidade está sendo feito na Bahia e em Pernambuco, de acordo com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

Neste porto pesqueiro internacional, os cento e vinte barcos pesqueiros espanhóis que operam no oceano Atlântico estabeleceriam sua base e teriam capacidade de pesca de 50 mil toneladas anuais, 75% das quais seriam importadas. De acordo com o projeto “Desenvolvimento da pesca artesanal na área de influência do Parque Nacional Lençóis Maranhenses, do Programa de Cooperação Técnica Hispano-Brasileiro 2003-7, estas instalações gerariam um lucro anual para o Brasil de US\$ 40 milhões anuais e oito mil empregos, entre diretos e indiretos²⁴⁷.

5.2.4 Outros setores

➤ **Bancos:** o principal investidor é o Banco Santander Central Hispano (BSCH) que, com a compra do Banespa em 2000, somadas as aquisições anteriores, converteu-se no terceiro maior banco privado do país e o primeiro de capital estrangeiro. A posição do Banco Santander no mercado tem melhorado e chegou a ser o segundo banco no País, superado apenas pelo Banco do Brasil (BB), no que se refere a ativos, créditos e depósitos; e o terceiro, depois do BB e Banco Itaú, quanto a lucros, depois da compra, em 2007, por 70 bilhões de Euros, do holandês ABN Amro Real Bank²⁴⁸.

²⁴⁷ Fonte: Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento (AECID)

²⁴⁸ Santander se convertirá en el segundo mayor banco de Brasil si compra el ABN Amro. Disponível em: <http://www.economista.es/mercados-cotizaciones/noticias/199129/04/07/Santander-se-convertira-en-segundo-mayor-banco-de-Brasil-si-compra-ABN-Amro.html> e El Consorcio del Santander se hace com ABN tras la retirada de Barclays. Disponível em: <http://www.elmundo.es/mundodinero/2007/10/05/economia/1191583016.html>. Acesso em: 09/08/2007.

Destaca-se também o Banco Bilbao Viscaya Argentaria (BBVA), com 4,5% do capital do Bradesco, o maior banco privado do país, que ao final vendeu sua filial brasileira. Por último, La Caixa, que possui 3,5% do Banco Itaú.

➤ **Seguros:** A empresa espanhola Mapfre, com as sucessivas aquisições brasileiras: Veracruz Seguradora, Nossa Caixa Seguros e Previdência e Seguradora Roma.

➤ **Telecomunicações:** A Telefónica é proprietária da Telesp, a operadora de telefonia fixa do Estado de São Paulo, a maior do país, e participa de 50% com a Portugal Telecom na Vivo, maior operadora de celulares da América do Sul, com cota de 54% do mercado brasileiro. Por outro lado, prevê-se que a Hispasat prestará serviços de telecomunicações via satélite para todo o continente, através do satélite Amazonas. Para a comercialização dos serviços deste satélite, destinado a cobrir os mercados de Brasil, América do Norte (desde o Canadá até o Panamá, incluindo México e Caribe), América do Sul (desde a Venezuela e Colômbia até o sul da Argentina e Chile), assim como o sudoeste europeu e o norte da África, a Hispasat constituiu a sociedade Hispamar, no Rio de Janeiro.

Dentro desta política de expansão, a operadora brasileira Vivo comprou 53,9% do capital da Telemig Celular por 429 milhões de Euros, tendo previsto lançar uma oferta pública de ações para adquirir o restante do capital da empresa²⁴⁹. Comprou ainda a Amazônia Celular, somando 4,83 milhões de clientes a sua carteira no País.

Na rede mundial de computadores, a Telefónica possui a operadora Terra Lycos.

O Grupo Telefónica realizou investimentos no Brasil no valor de US\$ 31 bilhões entre 1998 e 2006 e suas previsões são de aumentar o investimento em US\$ 8,5 bilhões entre 2007 e 2010 nos segmentos de internet banda larga e televisão digital²⁵⁰.

Em 2007, o Grupo contava com 46 milhões de clientes e 73 mil empregados diretos. No setor de “Call Center”, a subsidiária Atento converteu-se na segunda empresa privada em geração de empregos diretos no País, ao somar 61 mil funcionários.

²⁴⁹ Vivo, filial de Telefónica acelera su expansión en Brasil. Disponível em: <http://www.expansion.com/edicion/exp/mercados/es/desarrollo/1107912.html>. Acesso em: 04/4/2008.

²⁵⁰ Inversiones de Telefónica en Brasil llegan este año a 2.096 millones de dólares. Disponível em: <http://www.eleconomista.es/empresas-finanzas/noticias/329899/12/07/Inversiones-de-Telefonica-en-Brasil-llegan-este-año-a-2096-millones-dolares.html>. Acesso em: 24/05/2008.

A partir de 2006, os esforços do grupo estão se concentrando em duas áreas: desenvolvimento da rede GSM da Vivo e da oferta de serviços “triple play” (telefonia, televisão e internet banda larga)²⁵¹.

➤ **Construção:** OHL, Nexo, FCC, Acciona e Dragados estão presentes, entre outras atividades, através de concessões de rodovias. Em outubro de 2007, foram licitadas sete rodovias federais, das quais seis foram adjudicadas a empresas espanholas: cinco para a OHL e uma para Acciona. Com essas adjudicações, a OHL do Brasil é a empresa com mais quilômetros de estradas concessionadas no Brasil. Por outra parte, no segmento de saneamento, a OHL controla a empresa Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto.

➤ **Tratamento de águas:** Aguas de Barcelona no Mato Grosso do Sul e OHL em Ribeirão Preto.

➤ **Siderúrgica:** Sidenor, através da empresa Aços Villares, e Gonvarri (processamento e comercialização de aços planos).

➤ **Confecção:** Zara e Mango têm redes de lojas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Zara tem atualmente quarenta lojas no país e planos para chegar a oitenta nos próximos cinco anos.

➤ **Sanitários e revestimentos cerâmicos:** Roca, Pamesa e fornecedores de esmaltes e outros componentes para a indústria cerâmica, como Torrecid e Esmaglass.

➤ **Setor editorial:** Planeta e Santillana possuem cada uma, uma editora no Brasil.

➤ **Componentes de veículos automotores:** neste setor destacam-se as espanholas Grupo Antolín (mais de 800 empregados) e CIE Automotive.

➤ **Ônibus:** Irizar, fabricante de carrocerias de ônibus também está implantada no País.

➤ **Segurança:** Prosegur é atualmente uma das maiores empresas do setor no país.

➤ **Sector vinícola:** Osborne está montando uma joint venture com as empresas brasileiras Miolo e Lovara, para a produção de *brandy* no Vale do São Francisco.

➤ **Setor ferroviário:** Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles (CAF) assinou em 2008 três contratos de fornecimento: um primeiro contrato de 57 unidades de trem para a cidade de São Paulo, por 626 milhões de Euros, um segundo contrato com a Companhia

²⁵¹ OFICINA ECONÓMICA Y COMERCIAL DE ESPAÑA EN BRASÍLIA. Flujos de Inversión Brasil, Janeiro de 2007.

Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) para o fornecimento de quarenta unidades de oito carros cada uma, por 442 milhões de Euros e um contrato de fornecimento para o Metrô de São Paulo por 184 milhões de Euros²⁵².

➤ **Imobiliário:** os projetos imobiliários, especialmente no Nordeste, por empresas espanholas têm se desenvolvido bastante: a estimativa de construções, como segunda residência, é de 25 mil moradias para os próximos cinco anos.

➤ **Certificação:** A Associação Espanhola de Normatização e Certificação (AENOR) criou recentemente a AENOR Brasil, com sede em São Paulo, visando a atender as necessidades das cerca de trezentas empresas espanholas instaladas no país, assim como a mais de 17 mil empresas brasileiras que exportam para Espanha²⁵³.

➤ **Estacionamentos:** A OHL é a empresa espanhola mais ativa no setor.

5.2.5 – Conclusão

A estas grandes empresas deveríamos acrescentar outras pequenas e médias empresas, que chegam quase ao número de trezentas. Como Anexo V, inclui-se lista de investimentos diretos das empresas espanholas no Brasil, por setores de atuação para os períodos 1993-2000 e 2001-2006; e como Anexo VI, a lista geral das empresas espanholas registradas atualmente no País. A presença espanhola está diversificada praticamente em todos os setores da economia, o que demonstra a intensidade das relações e a importância do mercado brasileiro para as companhias espanholas na hora de definir sua internacionalização.

Há setores da economia brasileira que enxergam os investimentos espanhóis no País como competência desleal, ao entender que existem subvenções encobertas por parte do governo espanhol²⁵⁴. A legislação espanhola favorece ações comerciais de exportação e implantação das empresas espanholas no exterior. O Artigo 12 da Lei de Imposto das Sociedades (Lei 43/1995) permite que as empresas com sede fiscal na Espanha amortizem

²⁵² CAF firma la venta de 57 trenes a Brasil por 626 millones. El País, 05/07/ 2008, Economía, p.21

²⁵³ INSTITUTO ESPAÑOL DE COMERCIO EXTERIOR. Aenor se implanta en Brasil.

²⁵⁴ NETTO, Andrei. Concessões no Brasil vão garantir á OHL subsídios de até € 340 milhões. O Estado de São Paulo, 04/11/2007, Economía, p.B8.

o Fundo de Comércio Financeiro que resulte de aquisições superiores a 5% das ações de companhias estrangeiras ou da contratação de licitações públicas. O argumento legal é evitar a sobre-imposição econômica internacional sobre dividendos e rendas originadas no exterior. Na prática, este benefício atrai novos grupos empresariais para a Espanha e dá suporte financeiro para que as empresas do país cresçam no exterior. Entretanto, apesar das críticas e denúncias, este tipo de apoio institucional à internacionalização das empresas espanholas não está proibido pela Organização Mundial do Comércio ou União Européia.

É difícil designar uma ação direta dos investimentos espanhóis no Brasil, considerando que, apesar de importantes, a Espanha não foi o único país a investir e sua participação variou ao longo dos últimos anos. O impacto gerado pelos investimentos diretos espanhóis, entretanto, dinamizou e democratizou o acesso a diversos serviços de utilidade pública, sendo as telecomunicações o mais notável.

Em telefonia fixa, o número de usuários passou de 16,5 milhões em 1996 para 49,34 bilhões em 2002. Em telefonia móvel, o crescimento foi ainda maior: passando de 2,7 milhões de usuários para 31,6 milhões no mesmo período. Atualmente, o número de telefones celulares supera os cem milhões no País.

Outras áreas importantes desenvolvidas por investimentos espanhóis foram as de produção e distribuição elétrica, energia (tradicional e “novas”) e a contribuição dos bancos espanhóis para a modernização do setor financeiro brasileiro.

O investimento espanhol no Brasil, em termos gerais, teve importante efeito na criação de empregos, gerando mais de trezentos mil postos de trabalho.

5.3 Investimentos brasileiros na Espanha

Nos últimos anos, empresas brasileiras estão internacionalizando sua produção e o IED brasileiro está crescendo²⁵⁵. Em 2006, pela primeira vez, o Brasil investiu mais capital

²⁵⁵ SOBEET – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização. **Internacionalização das empresas brasileiras**. São Paulo: Clio Editora, 2007.

fora (US\$ 24 bilhões) do que recebeu (US\$ 22 bilhões), quase dez vezes mais do que fora investido em 2005 e o dobro de 2004, considerado recorde na época²⁵⁶.

Em 2005, os investimentos brasileiros na Espanha chegaram a 151 milhões de euros. Este dado é muito significativo, dado que tradicionalmente o investimento direto do Brasil na Espanha era praticamente inexistente.

Uma das operações a destacar neste sentido é a compra, em novembro de 2005, pela siderúrgica Gerdau, de 80% das ações da empresa espanhola líder no setor de aços especiais Sidenor, junto com o Banco Santander (BSCH). A operação entre o grupo brasileiro e um grupo de diretores da empresa espanhola, que adquiriram os outros 20%, foi realizado por um montante total de 443,8 milhões de euros. Além disso, em março de 2005, o grupo Camargo Correia adquiriu 58,9% da espanhola Tavex, que passou a controlar a brasileira Santista Têxtil, através de um protocolo de acordo para fundir ambas as empresas. A nova companhia se configurará como líder mundial na fabricação de tecidos Denim, com faturamento superior aos US\$ 500 milhões anuais.

5.4 Desafios para próximos anos

Para aumentar as relações econômicas entre Brasil e Espanha, deixando de lado temas específicos de relações políticas e comerciais bilaterais ou inter-regionais, é necessária a realização de uma série de mudanças, especialmente em aspectos jurídicos, administrativos e fiscais e aprofundar determinados setores potenciais nos quais a colaboração entre os dois países pode ser profícua.

5.4.1 Aspectos jurídicos, administrativos e fiscais

No campo das relações econômicas, tanto financeiras como intercâmbio de mercadorias, criação de empresas transnacionais, implantação de filiais de empresas estrangeiras, o Brasil tem deficiências importantes em sua estrutura administrativa, política

²⁵⁶ América Económica, 07/05/ 2007.

fiscal e normas legais. A partir de um relatório publicado de forma conjunta pelo Banco Mundial e a International Finance Corporation (2006)²⁵⁷, pode-se assinalar que o Brasil ocupa uma posição extremamente baixa em relação a esses aspectos, que não corresponde com sua posição na economia mundial nem com seu nível de desenvolvimento. O estudo analisa dez parâmetros chave para avaliar a fluidez ou a lentidão na hora de fazer negócios.

O Brasil obtém melhores pontuações em quatro itens analisados. Quanto a obtenção de créditos e financiamentos e proteção dos investimentos, o país ocupa posição intermediária, não recebe críticas nem prêmios. A situação brasileira também é mediana quanto ao cumprimento de contratos. E, em relação ao comércio internacional, o Brasil se encontra em posição média: o próprio relatório reconhece que o país tem avançado para facilitar os trâmites de importação e exportação.

Em relação aos requerimentos para iniciar um negócio, o Brasil ocupa uma das piores posições, ao lado do Paraguai e de Uganda, com um tempo médio necessário para a tramitação de 152 dias. Se considerarmos o tempo necessário nos países em que o processo é mais simples, como Dinamarca (cinco dias), Canadá (três dias) e Austrália (dois dias), percebemos a notável diferença. O país também ocupa os últimos lugares devido à complexidade e o custo relacionados com o fechamento de empresas.

Os trâmites para obter licenças de construção para infra-estrutura industrial, naval, fabril, chegam a 460 dias no Brasil – como na Nigéria ou Camarões. Os países onde o tempo e as dificuldades para obter licenças são menores são Finlândia (56 dias), Coréia do Sul (60 dias) e Nova Zelândia (65 dias).

Quanto à rigidez trabalhista, o Brasil se encontra ao lado do Níger e da Burkina Faso e bem longe do Canadá, que é o país melhor situado neste quesito. Demissão de empregados aqui supõe um custo equivalente a 165 semanas de salário, frente às doze na Suíça e zero nos Estados Unidos e Nova Zelândia.

O Brasil ocupa novamente uma das últimas posições também no que se refere às facilidades para o registro de propriedades, como o Uzbequistão e a Etiópia.

Em relação à tributação, o Brasil é um dos países com impostos globais mais altos sobre o lucro bruto e é, sobretudo, o país em que as empresas precisam de mais tempo para

²⁵⁷ BANCO MUNDIAL. *Doing Business in 2006: Creating jobs*.

cumprir com as obrigações fiscais: 2.600 horas. A carga tributária chega a 39% do PIB, existindo 72 impostos diferentes, entre municipais, estaduais e federais. Na Espanha, que não é o melhor país neste sentido, são necessárias “apenas” 56 horas.

A situação global do País não melhorou desde a publicação do relatório de 2006 e o Brasil continua ocupando os últimos lugares quanto às facilidades para fazer negócios, de acordo com a edição 2008 do relatório Fazendo Negócios, do Banco Mundial. No ranking geral, que reúne 178 países analisados em 2006-2007, o Brasil ficou na 122ª posição, atrás de países como Namíbia (43ª posição), Botsuana (51ª) e Peru (58ª). Entre os Brics, o país ficou em último lugar²⁵⁸.

Para abertura de novos bancos, o BACEN demora mais de um ano para concluir o processo de aprovação, existindo atualmente 53 instituições esperando resposta para suas solicitações²⁵⁹.

Resumindo, o Brasil deve realizar esforços institucionais em todos os níveis (federal, estadual e municipal) para melhorar o ambiente de negócios e situar-se em uma posição adequada a sua importância econômica, seu nível de desenvolvimento e sua vontade de melhorar seu papel no comércio internacional.

5.4.2 Plano Integral de Desenvolvimento de Mercado

Dentro das atividades destinadas a melhorar e aumentar as relações econômicas e comerciais entre Brasil e Espanha, assim como para promover a busca de negócios e linhas de colaboração bilateral, estão os Planos Integrais de Desenvolvimento de Mercado (PIDM), elaborados com a projeção bianual pela Secretaria de Estado de Turismo e Comércio da Espanha, dependente do Ministério da Indústria, Turismo e Comércio.

O Plano elaborado para o Brasil contempla, para o período 2007-9, investimentos de 168,39 milhões de Euros, conforme Tabela 16.

²⁵⁸ BANCO MUNDIAL. Fazendo Negócios 2007.

²⁵⁹ RIBEIRO, Alex. BC demora mais de um ano para aprovar abertura de novos bancos.- Valor, 05/08/2008, Finanças, p.C1.

Tabela 16
Plano Integral de Desenvolvimento de Mercado
Atuações no Brasil
(cifras em milhões de Euros)

	2007	2008	2009	TOTAL
APOIO FINANCEIRO	31,5	52	72	155,5
CESCE	Aberto	Aberto	Aberto	
Linha FEV	1,5	2	2	5,5
COFIDES	30	50	70	150
APOIO NÃO FINANCEIRO (ICEX)	3,2	3,48	0,8	10,48
Promoção comercial e imagem	1,5	1,7	1,9	5,1
Promoção investimentos	0,5	0,55	0,65	1,7
Atividades informação	0,65	0,68	0,7	2,03
Atividades formação	0,55	0,55	0,55	1,65
APOIO AO TURISMO	0,78	0,8	0,82	2,4
TOTAL	35,48	56,28	76,62	168,38

6. ASPECTOS SOCIAIS DAS RELAÇÕES HISPANO-BRASILEIRAS

6.1 Migrações

Neste capítulo serão tratados três aspectos sobre migrações: a emigração de espanhóis para o Brasil, a emigração de brasileiros para a Espanha e a remessa desses imigrantes a seus países de origem.

A emigração de cidadãos da América Latina e Caribe é um fenômeno de grandes dimensões. Atualmente existem cerca de 26 milhões de latino-americanos morando fora de seus países de origem. Destes, 22,4 milhões vivem em países fora da região (migração Sul-Norte) e cerca de 3,5 milhões habitam em outros países latino-americanos²⁶⁰.

6.1.1 Imigrantes espanhóis no Brasil

Da mesma maneira que com outros países latino-americanos, especialmente depois da Guerra Civil Espanhola (1936-9), ocorreu emigração de espanhóis para estes países. Esta migração esteve condicionada inicialmente por motivos políticos e, nos anos seguintes, por motivos econômicos. Para o Brasil, fundamentalmente por motivo de idioma, a imigração de espanhóis não foi especialmente significativa. Entre 1946 e 1969, entretanto, chegaram ao País cerca de cento e vinte mil espanhóis, procedentes em grande parte da Galícia, que se estabeleceram fundamentalmente em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.

A Tabela 17 apresenta o número de residentes espanhóis no exterior, com dados do Escritório de Censo Eleitoral de Espanhóis Residentes no Exterior (CERA), registrados nos consulados²⁶¹. A cifra pode ser maior, considerando que existem pessoas que não se registram nos consulados. O quadro abaixo representa dados dos 14 países com mais residentes espanhóis, com cifras comparativas dos anos 2002 (31 de dezembro) e 2008 (31

²⁶⁰ SOLIMANO, Andrés. *Migraciones internacionales en América Latina y Caribe: oportunidades, desafíos y dilemas*. Foreign Affairs en español. Vol.8, nº 2, 2008

²⁶¹ OFICINA DEL CENSO ELECTORAL/INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censo electoral de españoles en el extranjero (CERA)*. Madrid, 2008.

de julho).

Tabela 17
Censo eleitoral de espanhóis residentes no exterior

País	2002	2008
Argentina	185.894	267.445
França	165.629	160.879
Venezuela	98.137	124.542
Alemanha	88.677	83.232
Suíça	76.257	70.233
Reino Unido	47.643	46.235
Brasil	41.684	67.911
México	40.678	53.549
Estados Unidos	39.779	48.741
Bélgica	36.103	33.876
Uruguai	34.910	41.490
Andorra	21.124	21.569
Cuba	19.775	37.602
Chile	17.921	24.822

Excetuando o caso de Andorra, que para o caso não é significativo, o maior incremento do fluxo de espanhóis no período foi para América Latina e Estados Unidos. O aumento para o Brasil foi de 62,9%, provavelmente consequência do número de espanhóis que têm se estabelecido temporária ou permanentemente no país, acompanhando os investimentos e a implantação de empresas.

6.1.2 *Imigrantes brasileiros na Espanha*

O fluxo migratório para a Espanha, e para os demais países da União Européia, aumentou de maneira espetacular nos últimos anos. Na Espanha, o número de estrangeiros incluídos no censo passou de 198.042 em 1981 para 5.220.577 em 1º de janeiro de 2008, para uma população total de 46,06 milhões de habitantes. Isto é, os imigrantes na Espanha

passaram de 0,52% da população para 11,33 % em vinte e sete anos. Desses 5.220.577, 2.100.000 são cidadãos europeus e o restante de países extra-comunitários²⁶². De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas da Espanha (INE), o número de imigrantes de origem brasileira passou de 90.161 em 2007 para 115.390 em 2008: 25.229 pessoas (28%) em um ano, aumento apenas superado pelos paraguaios (44,3%) e romenos (38,3%). Considerando que em 2001 o número de brasileiros era de 17.078, temos 98.312 emigrantes a mais naquele país, o que em termos percentuais significa aumento de 575%. Estes dados confirmam a tendência recente de os brasileiros dirigirem-se mais a Europa do que para os Estados Unidos, habitual destino da emigração brasileira. Esta mudança pode ser motivada por dois fatores: a política restritiva dos Estados Unidos e a queda do valor da moeda americana em relação à européia²⁶³.

Estes dados, vale lembrar, referem-se a emigrantes em situação legal na Espanha e, portanto, o número real é maior.

Tabela 18
Imigrantes na Espanha por país de origem
(1º de Janeiro 2008)

PAÍS DE ORIGEM	NÚMERO	% DO TOTAL
Romênia	728.967	14
Marrocos	644.688	12,3
Equador	420.110	8
Reino Unido	351.919	6,7
Colômbia	280.705	5,4
Bolívia	239.942	4,6
Alemanha	180.650	3,5
Itália	157.435	3
Bulgária	153.664	2,9
Argentina	145.315	2,8
Portugal	126.651	2,4

²⁶² INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **La población empadronada em España alcanza los 46 millones de personas a 1 de enero de 2008**. Notas de prensa, 20/06/2008.

²⁶³ ZENKER, Ana Luisa. Brasileiros estão procurando mais a Europa para morar, availsa diretor. Agência Brasil. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/07/16/materia.2008-07-16.8573162700/view>. Acesso em: 17/07/2008.

China	124.022	2,4
Peru	120.272	2,3
Brasil	115.390	2,2
França	112.349	2,2
Polônia	78.305	1,5
Ucrânia	77.713	1,5
Rep. Dominicana	76.954	1,5
Paraguai	66.710	1,3
Venezuela	57.679	1,1

O perfil do emigrante brasileiro é formado por profissionais liberais que deixam o país na maioria dos casos pela falta de esperanças no País. Do ponto de vista social, são rebaixados e passam a exercer funções discordantes com sua qualificação profissional. A maioria ascende economicamente, pois apesar de se dedicarem a trabalhos menos qualificados, conseguem aumentar seu nível de poupança. Apesar de que a migração de brasileiros para Espanha tenha se multiplicado por cinco, a Espanha não é o país de destino mais escolhido pelos emigrantes brasileiros. Existem mais de dois milhões de brasileiros no exterior, dos quais a metade está nos Estados Unidos. No Japão, o número de brasileiros aproxima-se de trezentos mil (cerca de 6%).

Não obstante, apesar de que este fluxo migratório não é muito significativo, tanto Brasil como Espanha preocuparam-se em estabelecer acordos correspondentes de assistência sanitária e social. Sabe-se que no tema da imigração sempre existe uma diferença que pode chegar a ser notável, entre o número de imigrantes reais e o número de imigrantes legais e, portanto contabilizados oficialmente.

Entre 2007 e 2008 ocorreu uma crise entre Brasil e Espanha sobre migração, quando foram deportados um número crescente de visitantes brasileiros nas fronteiras espanholas, especialmente pela forma como essas deportações ocorreram: em muitos casos, totalmente arbitrárias e o tratamento dispensado foi inadequado²⁶⁴. Diante desta situação, o governo brasileiro aplicou a “reciprocidade”, impedindo a entrada de espanhóis em diversas

²⁶⁴ “Vine por turismo y encontré una prisión” Asegura la brasileña que va a ser deportada. <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/16/espana/1205664537.html>. Acesso em: 01/011/2007 e Barradas Barradas terão que ficar 6 dias em aeroporto. Folha de S.Paulo, 14/03/2008, Cotidiano, p.C9.

ocasiões²⁶⁵. Mediante diálogo e negociações, esta situação foi resolvida e chegou-se a acordos para colaboração policial, permitindo à polícia brasileira trabalhar conjuntamente com a espanhola no aeroporto de Barajas, principal porto de entrada de brasileiros na Espanha²⁶⁶.

Esta situação é consequência do endurecimento das normas de imigração da União Européia e dos países do Espaço Schengen. Por outra parte, a Espanha não é o único nem é o país que mais deportou brasileiros. Brasileiros constituem 26% dos estrangeiros deportados pelo Reino Unido em 2007 e em 2006 a cifra foi ainda maior²⁶⁷. Na Irlanda recentemente ocorreu episódio similar ao que desencadeou a crise com a Espanha²⁶⁸, sem que o Brasil tenha empreendido nenhuma ação de reciprocidade.

Agravada a situação pela atual crise econômica, a União Européia parece que vai endurecer cada vez mais a política de imigração, tornando mais restritiva a entrada e acelerando e aumentando a expulsão de ilegais²⁶⁹.

6.1.3 Remessas de dinheiro dos emigrantes

Um dos elementos importantes da imigração, do ponto de vista econômico, é a repatriação de dinheiro por parte dos emigrantes. No caso da Espanha, as remessas dos imigrantes a seus países de origem cresceu 23,2% entre 2006 e 2007, alcançando um total de 6.712 milhões de Euros nos primeiros dez meses de 2007, situando a Espanha no

²⁶⁵ Lula autoriza PF a barrar espanhóis como retaliação. Folha de S.Paulo, 08/03/2008 Cotidiano, p.C1-2. e Brasil deniega la entrada a ocho turistas españoles. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/espana/Brasil/deniega/entrada/turistas/espanoles/elpepiesp/20080308elpepina_c_41/Tes. Acesso em: 08/03/2008.

²⁶⁶ Brasil e Espanha anunciam fim da crise das expulsões. Folha de S.Paulo, 02/04/ 2008, Cotidiano, p.C5 e Policías de Brasil y Espana trabajarán juntos en Brarajas. El País, 02/04/ 2008, España, p.14.

²⁶⁷ Reino Unido devolve 339 brasileiros em situação ilegal. Folha de S. Paulo, 25/05/2008, Cotidiano, p.C11.

²⁶⁸ Irlanda barra e prende alunos brasileiros. Folha de S.Paulo, 26/03/2008, Cotidiano, p. C3.

²⁶⁹ Europa reforça controle de fronteiras. Folha de S.Paulo, 21/06/ 2008, Mundo, p. A18. e Los ministros de la EU acuerdan la primera norma común para la expulsión de inmigrantes. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/06/05/internacional/1212659870.html>. Acesso em: 05/6/2008.

terceiro lugar na classificação mundial de países que mais emitem remessas de trabalhadores, depois dos Estados Unidos e Arábia Saudita²⁷⁰.

Em alguns casos, como o dos equatorianos na Espanha, devido a seu elevado número, as remessas dos imigrantes significam ingressos muito importantes para o país. Em 2007, as remessas dos equatorianos que vivem na Comunidade de Madri somaram 417,9 milhões de Euros, muito superiores às realizadas pelos brasileiros, que alcançaram 59,6 milhões de Euros²⁷¹. Apesar de que as remessas têm menor peso na economia brasileira que em outros países da região, os fluxos recebidos são consideráveis. De fato, o Brasil é, depois do México, o segundo maior receptor de remessas na América Latina e Caribe. Estima-se que em 2005 o país recebeu mais de US\$ 6,4 bilhões, o que supõe um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Deste total, aproximadamente 42% veio dos Estados Unidos, 34% do Japão, 23% da Europa e 7% de outros países e regiões. Nenhum outro país da região tem um perfil tão diversificado geograficamente quanto a origem das remessas, o que é uma vantagem, pois diminuiu o risco de que flutuações econômicas em um determinado país afetem o fluxo de remessas para o país.

6.2 Idioma e cultura

6.2.1. Idioma

Até meados dos anos 1990, quando o Brasil aproximou-se da Argentina e países do Cone Sul, não havia grande preocupação ou interesse na implantação do idioma castelhano no País. Em dezembro de 1999, teve início uma iniciativa para a consolidação da língua espanhola: o governo brasileiro começou com os trâmites parlamentares para elevar o nível do aprendizado do espanhol como língua obrigatória no ensino médio. Em 2004, os trâmites foram acelerados e o que era uma iniciativa bem-intencionada converteu-se em uma realidade tangível. A lei foi sancionada pelo presidente Lula em agosto de 2005 e entrou em vigor no curso letivo de 2006. De acordo com cálculos oficiais, em 2011, quando

²⁷⁰ Las remesas de inmigrantes a sus países crecen el 23,2 %. El País, 21/03/2008, Economía, p.24.

²⁷¹ COMUNIDAD DE MADRID. *Las remesas enviadas desde Madrid en 2007*. Madri: Consejería de Inmigración y Cooperación, fevereiro-abril de 2008, p. 1-15.

todas as escolas de ensino médio devem estar adaptadas à Lei, serão necessários 22.000 professores de espanhol²⁷².

A medida está orientada a favorecer as relações do Brasil com seus vizinhos latino-americanos. Dos quatrocentos milhões de *hispanohablantes*, nove de cada dez encontram-se no continente americano. No entanto, o aprendizado do idioma espanhol pelos brasileiros também facilita as relações com a Espanha e, assim mesmo, esta maior difusão do espanhol dentro do Brasil facilita o comércio com a Espanha e a implantação de empresas espanholas no Brasil e a partir daqui para os demais países da região.

Neste trabalho de promoção do espanhol, destacamos ainda:

- O Instituto Cervantes do Brasil: teve sua primeira sede em São Paulo (1998) e outra posteriormente no Rio de Janeiro (2001). Atualmente estão implantados postos do Instituto Cervantes em Brasília, Salvador, Curitiba e Porto Alegre e, em breve serão inaugurados os centros de Recife, Belo Horizonte e Florianópolis. Com estes novos centros, o Instituto Cervantes terá no Brasil nove “filiais”, convertendo-se no país com mais sedes do Instituto no mundo.
- Os centros culturais Brasil – Espanha, localizados nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Recife.
- O Colégio Cervantes de São Paulo.
- A biblioteca virtual Miguel de Cervantes, criada pela Universidade de Alicante e patrocinada pelo Banco Santander Central Hispano.
- O Centro Virtual Cervantes, do Instituto Cervantes.
- Associações de Professores de Espanhol

Em 24 dos 26 Estados brasileiros existem Associações de Professores de Espanhol, que contam com mais de dois mil sócios ativos e a maioria delas organizam cursos de formação, seminários e atividades de apoio para seus membros, além de promover a defesa dos interesses profissionais e os direitos dos professores.

²⁷² Contra portunhol, príncipe da Espanha amplia instituto de idioma no Brasil. O Estado de S. Paulo, 23/07/2007, Caderno 2, p. C15.

O ensino da língua espanhola no Brasil conta, desde setembro de 2006, com um poderoso aliado. A Universia, maior rede universitária do mundo, assinou contrato de cooperação com o Estado de São Paulo, pelo qual 45 mil docentes serão capacitados para o ensino da língua. Este acordo, assinado pelo presidente do Grupo Santander e da Universia, Emilio Botín, e o governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo, plasma um dos princípios básicos de atuação da rede para este ano: a difusão do espanhol.

A Universia conta com cerca de mil universidades, 74 delas espanholas, e mais de nove milhões de alunos de fala espanhola e portuguesa²⁷³.

Em reconhecimento ao trabalho em favor do idioma espanhol desenvolvido institucionalmente, o presidente Lula foi agraciado, junto com o escritor mexicano Carlos Fuentes, com o I Prêmio Don Quijote de La Mancha²⁷⁴.

6.2.2.- Arte e Cultura

As relações culturais entre os dois países cada vez têm cada vez mais densidade e delas destacam-se algumas das atividades mais importantes que se produziram recentemente.

- Semana Cultural de Brasil: celebrada em Valladolid entre 25 e 29 de abril de 2006;
- ARCO 08: A Feira Internacional de Arte Contemporânea de Madri, uma das mais prestigiadas da Europa, teve o Brasil como convidado de honra em sua edição de 2008, em que participaram artistas brasileiros com 32 galerias²⁷⁵.

²⁷³ Universia firma un acuerdo con Brasil. Disponível em: <http://www.laflecha.net/canales/comunicacion/noticias/universia-firma-un-acuerdo-con-brasil>. Acesso em: 08/07/ 2007.

²⁷⁴ Lula y Carlos Fuentes, primer Premio Don Quijote de la Mancha. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2008/10/13/cultura/1223922723.html>. Acesso em: 16/8/2008.

²⁷⁵ Los Reyes inauguran oficialmente ARCO 88 con Brasil como país invitado. Disponível em: <http://www.lavozdigital.es/jerez/20080214/cultura/inauguracion-reyes-arco-200802141732.html>. Acesso em: 01/10/2007.

- Braaasiil – Festival de Cultura Brasileira, coincidindo com a Feira ARCO 08, organizado pelo Centro de Arte Reina Sofía, com a apresentação de filmes brasileiros, música, teatro²⁷⁶.
- Cine Fest Brasil: realizado em maio de 2008 em Madri, o primeiro festival de cinema brasileiro apresentou 13 filmes ao público espanhol, com o apoio da Embratur²⁷⁷.
- Fundação Comillas: esta fundação com sede na Cantábria, cujas atividades estão dedicadas à difusão da língua e cultura espanholas, está promovendo a divulgação do Brasil como sócio e colaborador²⁷⁸.
- Em nível institucional, destaca-se o acordo de promoção cultural entre Espanha e Brasil, aprovado em 07 de setembro de 2007 pelo Conselho de Ministros da Espanha, visando a reestruturação das instituições culturais espanholas no Brasil, além da criação dos nove novos centros do Instituto Cervantes citados anteriormente²⁷⁹.

6.2.3.- Mecenato

As empresas espanholas radicadas no Brasil, especialmente aquelas associadas à Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil, em paralelo às suas atividades comerciais, industriais, de negócios, etc., desenvolvem também atividades nas áreas sociais e culturais no País. Estas atividades encontram-se detalhadas na “Memória da Responsabilidade Social das Empresas Associadas à Câmara Espanhola”, editada pela instituição, na qual são descritas diferentes ações promovidas pelas empresas, diretamente ou associadas com instituições públicas brasileiras. A importância dessas ações, representada em números, alcançou US\$ 72 milhões em 2007.

²⁷⁶ Un aperitivo del Brasil más moderno. El País, 22/01/2008, Vida & Artes, p.45.

²⁷⁷ El cine brasileño brilla en Madrid. El País, 20/05/2008, Vida & Artes, p. 38.

²⁷⁸ Brasil, el futuro de la Fundación Comillas. Disponível em: <http://www.eldiariomontanes.es/20080114/local/occidental/brasil-futuro-fundacion-comillas-200801141923.html>. Acesso em: 14/01/2008.

²⁷⁹ Madrid autoriza acuerdo con Brasil para reforzar la cooperación cultural. Disponível em: <http://noticias.terra.com/articulo/html/act957077.htm>. Acesso em: 07/09/2007.

CONCLUSÕES

Tanto no Brasil como na Espanha, produziu-se a partir dos anos setenta uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais que tiveram como consequência a transformação radical desses países, passando de regimes ditatoriais e de economias autárquicas e com um alto controle por parte do Estado a governos democráticos com economias liberalizadas e de mercado que permitiu-lhes integrar-se plenamente no mundo da globalização. Em ambos os casos, a transição foi incruenta: mais uma reforma pactuada do que uma ruptura. Esta transição foi também, de forma mais ou menos sincronizada, política, econômica e social. Por isso, diferencia-se claramente das transformações que estão sofrendo alguns países de ortodoxia comunista, como China e Vietnã, e inclusive a antiga União Soviética, onde as reformas são principalmente econômicas, depois sociais e em último plano, políticas.

Considerando a importância política, econômica e estratégica do Brasil na América Latina e a vontade de protagonismo que a Espanha tem de liderar as relações da Europa com a região, as relações políticas e econômicas entre os países estão muito abaixo do que se poderia esperar. Esta situação também é consequência da falta de uma política espanhola clara para a América Latina e da descoordenação entre os distintos ministérios e organismos públicos implicados no processo, assim como da crescente atividade das Comunidades Autônomas (CA) no exterior, fundamentalmente comercial – apesar de que em alguns casos pretende incluir um sentido político. Estas atividades, não obstante sua importância, constituem outro fator de descoordenação, já que nem sempre as atividades das CA coincidem e/ou complementam as do Estado.

Outro fator de distorção é a evolução das relações entre a Espanha e uma América *hispanohablante*, da qual o país se considerava “líder natural”, para uma relação com a chamada América Ibérica, na qual o Brasil, com idioma diferente, por sua importância econômica e política, está assumindo liderança regional – e a Espanha deve posicionar-se diante dessa nova situação, inclinando-se a “compartilhar” com o Brasil as relações com os outros países da região, e estabelecer um bloco conjunto nas relações multilaterais, especialmente em seus aspectos comerciais (UE-Mercosul, Alca, OMC).

Provavelmente por essa falta de critério político coerente por parte da Espanha, as relações entre ambos países atualmente estão mais condicionadas pelas empresas do que pelos governos. A importância do intercâmbio comercial entre ambos os países continua pequena e isso se deve em parte à concentração excessiva dos intercâmbios comerciais em um número pequeno de artigos, o que torna ainda mais frágil a relação comercial. As maiores exportações do Brasil para Espanha são fundamentalmente de produtos agrícolas e de matérias primas, ocupando a soja o primeiro lugar. As exportações da Espanha para o Brasil são de componentes para a construção de aviões, helicópteros e carros. Não ocorre o mesmo no que se refere ao fluxo de capitais e de investimentos, especialmente da Espanha para o Brasil, que foram elevados nos últimos anos e certamente com grandes benefícios para as empresas espanholas, especialmente no setor bancário.

Este predomínio do fluxo de capitais sobre o intercâmbio comercial é consequência de dois fatores. Em primeiro lugar, da própria dinâmica do mundo globalizado, o predomínio do fluxo de capitais sobre o fluxo comercial é típico. Em segundo lugar, é consequência da rigidez administrativa, legal e fiscal existente no Brasil para importações, decorrente de uma política protecionista, que conduz a preferência das empresas em investir e fabricar no país a exportar seus produtos.

Quanto às facilidades para criação de empresas (processo burocrático, tempo necessário, etc.), o Brasil está mal situado no ranking mundial, inclusive abaixo de países com desenvolvimento político e sócio-econômico inferior. A condição burocrática constitui uma barreira considerável para o desenvolvimento nacional, incluindo a criação de postos de trabalho. Seria preciso que os governos (federal, estaduais e municipais) estabelecessem programas para transformar essa situação e torná-las equiparável aos aspectos legais, administrativos e fiscais dos países com que pretende estabelecer relações comerciais, como Estados Unidos e União Européia. Apesar destas dificuldades, o número de empresas espanholas implantadas no Brasil é grande e continua crescendo, abarcando um amplo leque de atividades, nos quais criou cerca de trezentos mil postos de trabalho diretos.

No que se refere às relações sociais e concretamente a imigração, se por uma parte a Espanha não é um país prioritário para a emigração brasileira, o fluxo de brasileiros para o país está aumentando notavelmente nos últimos anos. Dada a progressiva melhoria

econômica e social do Brasil, quizás esta tendência não se mantenha de maneira tão acentuada no futuro. Por outro lado, o endurecimento da política migratória da União Européia (e, portanto, da Espanha), certamente terá incidência negativa na emigração brasileira para este destino.

A crescente difusão do espanhol é outro fato positivo nas relações hispano-brasileiras e, dentro dessa difusão do espanhol no Brasil, devemos destacar ainda o papel do Instituto Cervantes que desde sua criação no Brasil no ano 1998, tem tido atividade crescente até o momento atual. Esta difusão também deve ser potencializada pela legislação aprovada pelo governo brasileiro de promoção do ensino do espanhol no ensino médio.

Ainda existem setores em que as relações bilaterais podem potencializar-se, sendo o turismo e a energia os dois mais destacados.

Ao longo do período estudado, as circunstâncias de cada um dos países transformaram-se. A Espanha viveu forte crescimento econômico e grande internacionalização de suas empresas, o que possibilitou investimentos e presença no Brasil. Como consequência, chegou a ocupar a décima posição entre as economias mundiais. Entretanto, atualmente, dentro de uma crise econômica generalizada, seu crescimento está estancando. O Brasil, pelo contrário, depois de passar pelo subdesenvolvimento, nos últimos anos está crescendo economicamente e diminuindo as disparidades sociais. Seu PIB supera o da Espanha e sua posição vai aumentando entre as economias mundiais. O País está alcançando um nível de protagonismo político e comercial na América Latina que é muito superior ao que a Espanha pode conseguir na União Européia. Como consequência, as relações entre ambos países devem se projetar no futuro considerando esta realidade.

REFERÊNCIAS

ARAHUETES GARCÍA, Alfredo. **Inversión extranjera directa en la economía brasileña**, 1990 – 2003; Economía Exterior. Nº 27 – 2003 / 2004.

_____. **La economía de Brasil en el primer año de Lula: la búsqueda de la estabilidad y la lucha contra los desafíos de la inserción internacional**. Madri: Real Instituto Elcano, 2003.

ARAÚJO, Maria P.N. **A Utopia Fragmentada: As Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENAL, Celestino del (org.) **Las Cumbres Iberoamericanas (1991-2005) Logros y Desafíos**. Fundación Carolina, Madrid 2005

_____ y Nájera, Alfonso. **La Comunidad Iberoamericana de Naciones**. Pasado, presente y futuro de la política Iberoamericana de España. Madrid, Centro Español de Estudios de América Latina (CEDEAL), 1992.

_____. **El papel de España en las Cumbres**. Madri, Real Instituto Elcano, 28/6/2004

_____. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madri: Editorial Tecnos, 2002.

_____. **Política Exterior de España hacia Iberoamérica**. Madrid: Ed. Complutense, 1994

ASOCIACIÓN DE HISTORIA CONTEMPORANEA. **La Política Exterior de España en el Siglo XX**. Revista Ayer nº 49. Madri: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2003.

AVERBUG, André e GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999**. Texto para Discussão 77. Rio de Janeiro: BNDES, maio de 2000.

AYLLÓN PINO, Bruno. **Brasil y la política de España en Latinoamérica**, Carta Internacional, año X, nº 111.

_____. **Brasil-España: una relación consolidada pero incompleta**. IN: *Carta Internacional*, Ano IX, nº 94/95. São Paulo, 2000/2001.

_____. **España y Brasil en América Latina (1946 – 2000): de la Política de Hispanidad franquista a las Cumbres Iberoamericanas.**- Ediciones Universidad de Salamanca. América Latina Hoy nº 37, 2004

_____. **La política exterior do Gobierno Lula y las relaciones de Brasil con la Unión Europea.** Madri: Real Instituto Elcano, 28/11/2006.

_____. **Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000).** Tese de Doutorado defendida na Universidad Complutense de Madrid. Outubro de 2004.

_____. **Zapatero y Lula: ¿Nuevo signo en las relaciones Hispano – Brasileñas?** Boletín Brasil. Centro de Estudios Brasileños Ortega y Gasset. Enero – Febrero 2005, vol. 2, nº 1.

AZNAR, José María. **Presente y futuro de España en el mundo.** Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior. Ensayos INCIPE nº 8, Febrero 1996

_____. **Retratos y Perfiles – De Fraga a Bush.** Madri: Editorial Planeta, 2006.

BADAJOSA PAGÉS, Juan. **La adhesión de España a la CEE.** 75 años de Política Económica Española. Boletim Económico de Informação Comercial Espanhola (ICE). Noviembre 2005, Nº 826.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business in 2006**

_____. **Fazendo Negócios em 2007**

BARROS, Sebastião do R. **Política Externa em Tempo Real.** Brasília: Funag, 1999.

BLÁZQUEZ VILAPLANA. **El impulso del presidente del gobierno español, Felipe González, a los procesos democráticos y de paz en Nicaragua y El Salvador, 1982-1996.** Tese de Doutorado defendida na Universidad de Jaén em agosto de 2000.

BUISÁN, Ana e GORDO, Esther. **El sector exterior en España.** Banco de España – Servicio de Estudios Económicos, nº 60, 1997.

CALDUCH CERVERA. **La política exterior de España: Balance y perspectivas. El carácter presidencialista y la herencia do franquismo.** Claves del Mundo. Fundación General Democracia y Desarrollo, 14/08/2002.

_____. [coord]. **La Política Exterior Española en el Siglo XX.** Madri: Ediciones de las Ciencias Sociales, 1994.

- CARDOSO, Fernando Henrique. “América Latina e Brasil, autonomia e integração”. *Economía Exterior*, n. 27, 2003/2004.
- CASTELLS, Manuel. *¿Hacia el Estado Red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información*. Seminário sobre “Sociedade e Reforma do Estado”. Sao Paulo, 26-28 de março de 1998.
- CASTRO, Celso e ARAÚJO, Maria C. (orgs.) **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**, Brasília: UnB, 2002
- CHISLLET, William. **The Internalization of Spanish Economy**. Real Instituto Elcano. Madri, 2002
- CNI INTER. **Relações Econômicas Brasil-Espanha**. Brasília, 2002.
- COMUNIDAD DE MADRID. **Las remesas enviadas desde Madrid en 2007**. Madrid: Consejería de Inmigración y Cooperación, fevereiro-abril de 2008
- Constituição Espanhola, 1978.
- CORDECH PLANAS, José. **La II Cumbre EU-ALC de Madrid**: profundizando una asociación estratégica. IN: *Carta Internacional*, Ano X, nº 111. Sao Paulo, 2001.
- CORRAL, Francisco. **El español en Brasil**. *Economía Exterior*. Nº 27. 2003 / 2004
- DEHESA, Guillermo de la. **Las relaciones económicas entre Brasil y España**. Seminário Brasil-Espanha. Rio de Janeiro, 7 de abril de 2000.
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, **Worldwide Business Costs**, 2001
- Ensaio Econômicos da EPGE no. 122, de 01/1988, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Francisco. BOCC 1 /2 /1989, Actividades, Textos y Documentos de la Política Exterior Española, Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid 1989.
- FERRER SÁNCHEZ, M. Rosa.- **La imagen turística de Iberoamérica que se oferta desde España**. Scripta Nova – Universidad de Barcelona.- nº 45 – (41), 1 de Agosto 1999.

- FLECHA DE LIMA, Paulo T. **Caminhos Diplomáticos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997.
- FLEURY, Sonia (org.) **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha**.- Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- FONSECA JR., Gelson. **Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI**: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil. *Revista Política Externa*, vol.7, nº4, março/1999.
- _____; NABUCO DE CASTRO, Sergio Henrique (orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1994
- GARZÓN, Francisco Javier. **Relaciones económicas España – Brasil**. El gran socio suramericano; *Economía exterior*. Nº 27. 2003 / 2004
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GILLESPIE, Richard; RODRIGO, Fernando; STORY, Jonathan. **Las Relaciones Exteriores de la España Democrática**. Madri: Alianza Editorial, 1995.
- GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1991
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Enrique. **Las negociaciones de adhesión de España a las Comunidades Europeas**. *Revista de Instituciones Europeas*: Enero 1983 – Marzo 1984.- Vol. 11, nº 1. Maio-Agosto 1984
- GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2005, 6ª Ed.
- GRUGEL, Jean y ALEGRE, Jorge. **España y América Latina: ¿Hacia una nueva relación?** Madri: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 1991.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos. **De Suárez a Rodríguez Zapatero**. La política exterior de la España democrática. Publicações do Instituto de Estudios de la Democracia. Universidad San Pablo CEU.
- LAFER, Celso. As Relações Brasil-Espanha e a Cúpula de Madri. IN: *Carta Internacional*, Ano X, nº 111. Sao Paulo, 2001.

_____. **Mudam-se os tempos**. Diplomacia Brasileira 2001-2002. Volume 1. Brasília: Funag-IPRI, 2002.

_____. **Mudam-se os tempos**. Diplomacia Brasileira 2001-2002. Volume 2. Brasília: Funag-IPRI, 2002

_____. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

LAFUENTE, Fernando R.; ESCUDERO, Javier. **El español en Brasil**. Política Exterior, 102, Noviembre / Diciembre 2004

LAMOUNIER, Bolívar. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LESSA, Antônio C. **A diplomacia universalista do Brasil**: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. RBPI, 1998, ano 41, especial 40 anos, 1958-1998.

LIMA, Marcos C.; MEDEIROS, Marcelo de A. [orgs]. **O Mercosul no Limiar do Século XXI**. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

LLEONART AMSELEM, Alberto José. **El ingreso de España en la ONU**: obstáculos e impulsos. Cuadernos de Historia Contemporánea, nº 17, Servicio de Publicaciones. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 1995.

LÓPEZ DUARTE, Cristina. “Evolución de la Inversión Directa Exterior de la Gran Empresa Española 1988 – 2003”. **El papel de las Empresas Cotizadas**. Tribuna de Economía ICE, Mayo – Junio 2007, N° 836.

_____ e GARCÍA CANAL, Esteban. “La inversión directa de las empresas españolas en Latinoamérica”. Revista Asturiana de Economía. RAE nº 23, 2002.

MARÍN, José M. et al. **Historia política 1939-2000**. Madri: Ediciones Istmo, 2001

MARTÍNEZ, Jesús A., coord. **Historia de España Siglo XX 1939-1996**. 2ª ed. Fuenlabrada: Ediciones Cátedra, 2003. Cap. XXII-XXVI

MATO, Daniel. Procesos culturales y transformaciones sociopolíticas en América Latina en tiempos de globalização. In Daniel Mato, Maritza Montero y Emanuele Amodio (coords.), **América Latina en tiempos de Globalização**: procesos culturales y transformaciones sociopolíticas, págs. 11-47. Disponível em http://www.globalcult.org.ve/pub/pub_mato.html

- MEDINA, Guillermo. **La globalização de la política exterior de Brasil**. Economía Exterior. Nº 27. 2003 / 2004.
- MELLO, Valerie de C. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. RBPI vol.42, nº1,1999.
- MERLE, Marcel. **Sociología de las Relaciones Internacionales**. Alianza, Madri, 1991.
- MINISTÉRIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y COOPERACIÓN - Dirección General de Comunicación Exterior. **Informe Brasil**. Agosto de 2007.
- _____. **Monografía Brasil**: Publicaciones de la Dirección General de Comunicación Exterior. Agosto 2007
- MINISTERIO DE DEFENSA. Misiones de España em el exterior. Disponible em: www.mde.es.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 – Plano Aquarela e Projeto Vai Brasil.
- MORAES, Reginaldo C., **A “Redemocratização” Espanhola**. Uma distensão lenta, gradual e insegura. São Paulo: Editora Brasilense, 1983.
- MORÁN, Fernando. **El papel de Francia y Alemania en la entrada de España en la CEE**. Análisis de Documentos Históricos, Documento nº 3.
- OFICINA DEL CENSO ELECTORAL/INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Censo electoral de españoles en el extranjero (CERA). Madri, 2008
- OFICINA ECONÓMICA Y COMERCIAL DE ESPAÑA EM BRASÍLIA. **Informe Económico y Comercial Brasil**, junho de 2006
- OFICINA ECONÓMICA Y COMERCIAL DE ESPAÑA EN BRASÍLIA. **Flujos de Inversión Brasil**, Janeiro de 2007.
- OLIVEIRA, Henrique A.; ALBURQUERQUE, José A. G. de [org.]. **A Política Externa Brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **O estado mundial da agricultura e alimentação**.
- PALOMO: Graciano. **De Aznar a Rajoy: La Maldición de Casandra**. Madri: Foca ediciones, 2006.

- PAMPILLÓN Rafael. **El impacto de la Inversión Directa de Estados Unidos en España**. Real Instituto Elcano. Documento de Trabajo (DT) 19/2005.
- PECEQUILO, Cristina. **Introdução às Relações Internacionais**. Editora Vozes. Petrópolis, 2004
- PEREIRA, Juan Carlos (coord.). **La Política Exterior Española**. Barcelona: Ariel Historia, 2003
- PIEDRAFITA, S., STEINBERG, F., Y TORREBLANCA, J.I. **La europeización de España (1986-2006)**. Madri: Real Instituto Elcano, 2007.
- ROY, Joaquín; RIVERA, Roberto D. [coord.]. **Las Relaciones Exteriores de la Unión Europea**. México DF: Plaza y Valdés, 2001.
- SÁNCHEZ, Enrique G. **Las negociaciones de adhesión de España a las Comunidades Europeas**. Revista de Instituciones Europeas: Enero 1983 – Marzo 1984.- Vol. 11, nº 1. Mayo-Agosto 1984
- SANTOS, Boaventura de S. [org]. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. **As Relações Brasil – Europa em transição**. Anuário Brasil – Europa 2000, Konrad Adenauer Stiftung, São Paulo, 2001.
- SARAIVA, José F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SERRANO SANZ, José María. “Técnica sin disciplina en los años de flotación 1974-1989. *IN: Del real al euro: Una historia de la peseta*. Barcelona: Ed. La Caixa, Col. Estudios Económicos, nº 21 (2000)
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998
- SOBEET – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização. **Internacionalização das empresas brasileiras**. São Paulo: Clio Editora, 2007.
- SOLIMANO, Andrés. **Migraciones internacionales en América Latina y Caribe: oportunidades, desafíos y dilemas**. Foreign Affairs en español. Vol.8, nº 2, 2008

- STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- TORREBLANCA, José Ignacio. **¿Adiós a los fondos?** Las claves para entender la posición de España a la hora de negociar el presupuesto de la UE para 2007 – 2013. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.- Documento de Trabajo (DT) 21/2005
- _____. **Las perspectivas financieras 2007-2010 de la Unión Europea: Un buen acuerdo para España**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2007.
- TUSELL, Javier; AVILÉS, Juan; PARDO, Rosa [edit.]. **La Política Exterior de España en el Siglo XX**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.
- UNCTAD. **World Investment Report**, 2001
- URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio; REIS, José Guilherme [org.]. **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2002, Capítulos 9 e 10.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004
- _____. [org.]. “Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em subdesenvolvimento”. Cadernos do IFCH, nº 30 – 2004.
- VERGÉS, Joaquim. **Las privatizaciones de empresas públicas**. Un estado de la cuestión, con especial referencia al caso de España. Barcelona, Departament d’Economia de l’Empresa, 2003.
- VIGEVANI, Tullo et al [org.]. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Educ, Editora Unesp, Edusc, 2004.
- VIZENTINI, Paulo F. As negociações Mercosul-União Européia. IN: *Carta Internacional*, ano VII, nº 77. São Paulo, 1999.
- _____. **Relações Internacionais do Brasil**. De Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANEXOS

- I – Empresas públicas espanholas vendidas diretamente
- II.- Privatizações espanholas mediante venda de ações em bolsa
- III.- Intercâmbio de visitas e tratados entre Brasil e Espanha
- IV.- Investimentos diretos das empresas espanholas por setor (1993-2006)
- V.- Empresas espanholas estabelecidas no Brasil (ICEX)
- VI.- Processos de aquisição de empresas produtoras de biocombustíveis (2005 – 2007)

ANEXO I - EMPRESAS PÚBLICAS ESPAÑOLAS VENDIDAS DIRETAMENTE

Empresas públicas estatales vendidas directamente						
Año	Empresa	Setor	Entidade pública vendedora	% Venda	Comprador (nacionalidade)	
1985	Textil Tarazona	Textil	Instituto Nacional de Industria	69,9	Entrecanales/Cima (Esp)	
	Secoinsa	Electrónica	Instituto Nacional de Industria	69,1	Fujitsu (Jap)	
	SKF España	Rodamientos	Instituto Nacional de Industria	98,8	SKF (Suec)	
	Viajes Marsans	Turismo	Instituto Nacional de Industria	100	Trapsatur (Esp)	
1986	Entursa	Turismo	Instituto Nacional de Industria	100	Ciga (Ital-Esp)	
	Seat	Automóvil	Instituto Nacional de Industria	75+25 en 1990	Volkswagen (Alema)	
	Telesincro (Inisel)	Electrónica	Instituto Nacional de Industria	40+60 en 88 e 93	Bull (Franc)	
1987	Purolator Ibérica	Aux. Automóvil	Instituto Nacional de Industria	97,4	Knecht Filterwerke (Alema)	
1989	Maquinista T.M.	Mat Ferroviario	Instituto Nacional de Industria	85 + 15 en 1992	Gec - Alsthom (Franc)	
	Ateinsa	"	Instituto Nacional de Industria	85 + 15 en 1992	"	
	Enfersa	Fertilizantes	Instituto Nacional de Industria	80 + 20 en 1991	Ercros (Esp- Kuwait)	
	Astican	Astilleros	Instituto Nacional de Industria	90,7	Italmar	
	Oesa (Endiása)	Aceite	Instituto Nacional de Industria	100	Ferruzzi (Ital)	
	Interhorce	Textil	Gestión de Patrimonio	100	Orecifi (Ital)	
1990	Imepiel	Calzado	Gestión de Patrimonio	100	Cusi (Esp)	
	Hytasa	Textil	Gestión de Patrimonio	100	Integusa (Esp)	
	Salinas de Torre vieja	Extractiva	Gestión de Patrimonio	38,5	Solvay (Franc)	
1991	Enasa - Pegaso	Camiones	Instituto Nacional de Industria	100	Fiat - Iveco (Ital)	
	G. Empresas Alvarez	Porcelanas	Instituto Nacional de Industria	100	Pickman - Estudesa (Espa)	
1992	Campsá	Carburantes	Instituto Nacional de Hidrocarburos	100		
1993	Fáb. De S. Carlos	Bienes Equipo	Instituto Nacional de Industria	100	Grupo Navarcel (Esp)	
	Carcasa	Alimentación	Tabacalera	100	RJR Nabisco (USA)	
1994	Artespañá	Artesanía	Inst. Nal Industria-Teneo	100	Medino (Esp)	

	C. Trasatlántica	Transp. Marítimo	Inst. Nal Industria-Teneo	100	Nav. de Odier/Marít. Valencia
	Enagas	Gas	Instituto Nacional de Hidrocarburos	91	Gas Natural (Esp)
1995	Sidenor	Siderurgia	Inst. Nal Indus.-A. Ind. Est-Inst. Créd. Of.	100	Soc. Indust Ferr. Del Norte
	Lactaria Española	Alimentación	Tabacalera	100	Leyma/Parmlat (Esp)
1996	Sagane	Gas	Sociedad Est. Partic. Industriales	91	Enagas (Esp)
			Elecciones de Março.- Mudança de governo		
	Sodical	Industrial. Regional	Sociedad Est. Partic. Industriales	51	Junta Castilla León
	Iongraf	Trt. para metales	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Directivos empresa
	Sefanitro	Fertilizantes	Sociedad Est. Partic. Industriales	52,65	Ferubenia (esp)
1997	Min. De Almagra	Minería	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Navan (Irlanda)
	Superginclinic-plus	Material Clínico	Sociedad Est. Partic. Industriales	50	Hambros (GB)
	Ferroperfil	Siderurgia	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Directivos empresa
	Infoleasing	Arrend. Financiero	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Liscat (Esp)
	Tisa	Telefonía internacional	Sociedad Est. Partic. Industriales	27,8	Telefónica (Esp)
	Elcano	Naviera	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Varios
1998	Inespal	Aluminio	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Alcoa (USA)
	Productos Tubulares	Siderurgia	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Tubos Reunidos (Esp)
	Inima	Ingeniería	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Lain (Esp)
	H.J. Barreras	Astilleros	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Equipo Directivo
	Suria K/Potasas del Ll.	Fertilizantes	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Dead Sea W. (Israel)
1999	Initec	Ingeniería	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Dragados Ind. (esp)
	AYA	Bienes de equipo	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Mecaniz. Aeron. (Esp)
	ICSA	Bienes de equipo	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Mecaniz. Aeron. (Esp)
	Astander	Astilleros	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Italmar (Ital)

	Enatcar	Servc. Autobús	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Alianza Bus (Esp)
2000	Santa Bárbara	Armariento	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	General Dynamics (USA)
2001	Babcock Wilcox Esp.	Bienes de equipo	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Babcock Sourcing (Alem)
	Conversión Aluminio	Aluminio	Sociedad Est. Partic. Industriales	100	Alucoil (Esp)
	Aerolíneas Argentinas	Compañía Aérea	Sociedad Est. Partic. Industriales	92,1	Air Comet (Esp)
	Transmediterránea	Naviera	Sociedad Est. Partic. Industriales	95,24	
2003	Musimi-Riesgo	Seguros	Sociedad Est. Partic. Industriales	98,7	Mapfre (esp)

ANEXO II. - PRIVATIZAÇÕES MEDIANTE VENDA DE AÇÕES EM BOLSA (ou concurso de ofertas)

Privatizações mediante venda de ações em Bolsa (ou concurso de ofertas)						
Ano	Empresa	Pertencente à holding de controle	Sector/ Atividade	% Vendida	Valor obtido (em milhões de pesetas)	% Restante prop. pública
1986	ACESA	Fondo Garantía Depósito	Autopistas	57,6	s.d.	0
	GESA	Endesa/Inst. Nal. Industria	Electricidad	38	s.d.	55,3
1988	ENDESA (1ª)	Instituto Nacional de Industria	Electricidad	20,4	80.000	75,6
	ENCE	Instituto Nacional de Industria	Papel	34,8	13.200	66,2
1989	REPSOL (1ª)	Inst. Nal. Hidrocarburos	Petróleo	30,6	156.229	69,4
1990	REPSOL (2ª)	Inst. Nal. Hidrocarburos	Petróleo	2,9	31.919	66,5
1992	REPSOL (2ª)	Inst. Nal. Hidrocarburos	Petróleo	2,1	(incluido en cifra anterior)	64,4
	REPSOL (3ª)	Inst. Nal. Hidrocarburos	Petróleo	10	70.000	54,4
1993	ARGENTARIA (1ª)	Gestión de Patrimonio	Banca	24,1	119.000	
	ARGENTARIA (2ª)	Gestión de Patrimonio	Banca	24,34	173.000	51,66
	REPSOL (4ª)	Inst. Nal. Hidrocarburos	Petróleo	13,9	110.000	40,5
1994	ENDESA (2ª)	Inst. Nal. Indus.-Teneo	Electricidad	8,7	145.000	66,9
1995	REPSOL (5ª)	Soc. Est. Part. Indus.-Teneo	Petróleo	19,5	200.500	21
	ENCE (2ª)	Soc. Est. Part. Indus.-Teneo	Papel	14,9	13.000	51,3
	TELEFÓNICA (1ª)	Gestión de Patrimonio	Telecomunic.	10,7	158.000	21,16
	INDRA (1ª)	Soc. Est. Part. Indus.-Teneo	Electrónica	24,9	3.000	63
1996	AUXINI (1ª)	Soc. Est. Part. Indus.-Teneo	Construcción	40	3.030	60
	REPSOL (6ª)	Soc. Est. Part. Indus.-Teneo	Petróleo	11	132.710	10
	ARGENTARIA (3ª)	Gestión de Patrimonio	Banca	25,4	160.000	26,2

ELEIÇÕES DE MARÇO - MUDANÇA DE GOVERNO						
	GAS NATURAL	Soc. Estatal Part. Industriales	Gas	3,8	36.066	0
1997	TELEFÓNICA (2ª)	Gestión de Patrimonio	Telecomunic.	21,16	607.079	0
	REPSOL (7ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Petróleo	10	168.692	0
	CSI (1ª)	Agencia Industrial del Estado	Siderurgia	35	Intercambio acciones	65
	RETEVISION (1ª)	Ministerio de Fomento	Telecomunic.	60	116.359	40
	ALDEASA	Agencia Esp. Naveg. Aérea	Tiendas libres imp.	20		
	ALDEASA	Soc. Estatal Part. Patrimonial.	Tiendas libres imp.	80	45.000	0
	ENDESA (3ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Electricidad	25	750.000	41,9
	CSI-Aceralia (2ª)	A. Ind. Estado-S.Est. Part. Ind.	Siderurgia	12,2	44.692	52,8
	AUXINI	Soc. Estatal Part. Industriales	Construcción	60		0
	CSI-Aceralia (3ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Siderurgia	52,8	162.174	0
1998	ARGENTARIA (4ª)	Soc. Estatal Part. Patrimonial.	Banca	28,6	325.000	0
	TABACALERA	Soc. Estatal Part. Patrimonial.	Tabaco/alimentac.	52,4	310.000	0
	ENDESA (4ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Electricidad	41,1	1.490.000	0
	COMBE	Soc. Estatal Part. Industriales	Electricidad	100		
1999	INDRA (2ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Electrónica	63	92.500	0
	Red Eléctrica Esp.	Soc. Estatal Part. Industriales	Red Alta Tensión	31,5	80.000	28,51
	RETEVISION (2ª)	Ministerio de Fomento	Telecomunic.	30	123.300	10
	IBERIA	Soc. Estatal Part. Industriales	Líneas Aéreas	40	174.000	53,9
2001	IBERIA (2ª)	Soc. Estatal Part. Industriales	Líneas Aéreas	48,5	97.431	5,4

ANEXO III. - INTERCÂMBIO DE VISITAS E TRATADOS ENTRE BRASIL E ESPANHA

1.- INTERCÂMBIO DE VISITAS

1.1.- Visitas de personalidades brasileiras a Espanha

Chefes de Estado

Janeiro 56	Juscelino Kubistchek
11-4-84	João Baptista de Oliveira Figueiredo
30-1-85	Tancredo Neves
10-2-90	Fernando Collor de Melo
15-5-91	Fernando Collor de Melo
23-7-92	Fernando Collor de Melo assiste à II Cúpula Ibero-americana celebrada em Madri
20-12-95	Fernando Henrique Cardoso
23-1-96	Fernando Henrique Cardoso: Escala técnica em Barcelona, entrevista com o Presidente da Generalitat.
21-4-98	Fernando Henrique Cardoso
17-5-98	Fernando Henrique Cardoso
26-10-2000	Fernando Henrique Cardoso: Oviedo, “Prêmio Príncipe de Astúrias”.
25-10-2001	Fernando Henrique Cardoso. Confêrencia sobre a Transição Democrática, celebrada em Madri.
17-5-2005	Fernando Henrique Cardoso: II Cúpula EU-Latinoamerica-Caribe
24-10-2003	Luiz Inácio Lula da Silva: Oviedo, “Prêmio Príncipe de Astúrias”
14-10-2005	Luiz Inácio Lula da Silva: Salamanca, XV Cúpula Ibero-americana.

Ministros de Relaciones Exteriores

11-4-84	Ramiro Saraiva Guerreiro
11-4-89	Roberto Costa de Abreu
11-1-93	Fernando Cardoso: assiste a reunião de Chanceleres da América latina
21-4-98	Luiz Felipe Lampreia, acompanhando ao Presidente Cardoso.
17-5-98	Luiz Felipe Lampreia, acompanhando ao Presidente Cardoso.
20-9-2001	Celso Lafer
29-4-2002	Celso Lafer: Visita oficial
17-5-2002	Celso Lafer: Madri, II Cúpula EU-Latinoamerica-Caribe
14-10-2003	Celso Luiz Nunes Amorín. Visita oficial acompanhando a Lula da Silva

Outras personalidades

10-56	Clovis Salgado, Ministro de Educação
10-57	Clovis Salgado, Ministro de Educação
15-8-60	Mattoso Maya, Ministro da Marinha
5-65	Hugo Beucer, Ministro de Educação
6-65	Marcelo Galindo, Ministro – Secretário da Presidência
29-6-65	Arnoldo López, Ministro do Trabalho
2-66	Artur da Costa e Silva, Ministro do Exército
2-7-66	Zilmar Campos, Ministro da Marinha
8-11-66	Raimundo Moniz Aragão, Ministro de Educação
5-67	Gonçalves Pasarino, Ministro de Trabalho
10-10-67	Alfonso Albuquerque, Ministro do Interior
3-5-68	Ivo Arzua Pereira, Ministro da Agricultura
10-5-70	José Costa Cavalcanti, Ministro do Interior
23-5-70	Francisco da Paula Rocha Lagoa, Ministro de Saúde Pública
20-3-73	Antonio Leite, Ministro de Minas e Energia
21-5-73	João Paulo da Reis Velloso, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral
10-9-73	Caetano Consetti, Ministro de Comunicações
11-3-76	Miguel Franchini Neto, Ministro de Assuntos Econômicos
17-12-80	S.Murillo Macedo, Ministro de Trabalho
8-10-81	Maximiliano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro de Marinha
11-4-84	Nestor Jost, Ministro de Agricultura
11-4-84	João Camilo Penna, Ministro de Indústria e Comércio
11-4-84	Rubem Carlos Ludwig, Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
11-4-84	João Leitão de Abreu, Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

11-4-84	Antonio Delfin Neto, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
11-4-84	Danilo Venturiani, Ministro Chefe da Secretaria Geral do Conselho de Seguridade Nacional e Ministro Extraordinário para Assuntos Exteriores
22-9-86	Alfonso Alves, Ministro do Transportes
25-5-68	Gama e Silva, Ministro de Justiça
25-10-86	Vicente Fialho, Ministro do Regado
21-3-88	Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral de Relações Exteriores
17-5-88	Rómulo Furtado, Secretário do Estado
28-1-97	Paulo Paiva, Ministro do Trabalho e Seguridade Social. Assinatura do Convenio de Seguridade Social em Madri.
23-10-97	Marco Macial, Vicepresidente
21-4-98	Pedro Sampaio Malan, Ministro de Fazenda e Francisco Correa Weffort, acompanhando ao Presidente Cardoso
17-5-98	Pedro Sampaio Malan, Ministro de Fazenda, acompanhando ao Presidente Cardoso
30-7-98	Francisco Turra, Ministro de Agricultura
19-10-98	Marco Antonio de Oliveira Maciel, Vicepresidente: Preparação da XII Assembleia da Internacional Democrata Cristã, em Bayona (Pontevedra)
12-11-98	José Renan Calheiros, Ministro de Justiça
24-2-99	José Renan Calheiros, Ministro de Justiça
17-3-99	Pedro Malan, Ministro de Economia
29-11-99	Marco Maciel, Vice-presidente: I Encontro Empresarial Hispano Brasileiro (Madri)
5-200	Diputado Luis Augusto Lara
19-5-2000	Luiz Henrique da Silveira, Prefeito da Joinville
2-6-2000	Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia
26-10-2000	Francisco Weffort, Ministro de Cultura
8-3-2001	Paulo Renato Souza, Ministro da Educação
15-2-2002	Anthony Garotinho, Governador do Rio de Janeiro
6-2003	Tarso Genro, Ministro para o Desenvolvimento Econômico e Social
30-6-2004	Petrus Annanias, Ministro para o Desenvolvimento Social e Luta contra a Fome
31-5-2004	Tarso Genro, Ministro de Educação
30-6-2004	Petrus Annanias, Ministro para o Desenvolvimento Social e Luta contra a Fome
13-9-2004	Olivio Dutra, Ministro das Cidades. - Foro Mundial Urbano (Barcelona)
23-11-2004	Tarso Genro, Ministro de Educação
21-1-2005	Gilberto Gil, Ministro de Cultura
31-1-2005	Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia

14-3-2005	Marcio Thomas Bastos, Ministro de Justiça
6-6-2005	José Dirceu, Ministro da Presidência
6-9-2005	Gilberto Gil, Ministro de Cultura: Premio Extremadura (Cáceres)

1.2.- Visitas de personalidades espanholas ao Brasil

Casa Real

14-5-83	Reis Don Juan Carlos e Dona Sofia
14-5-84	Príncipe de Astúrias, Don Felipe de Borbón
13-10-89	Infanta dona Elena de Borbón
15-7-93	Reis Don Juan Carlos e Dona Sofia: III Cúpula Ibero-americana (Salvador da Bahia)
20-11-96	Príncipe de Astúrias, Don Felipe de Borbon
25-10-98	Reis Don Juan Carlos e Dona Sofia: Firma do Acordo de Paz entre Ecuador e Peru
9-7-200	Reis Don Juan Carlos e Dona Sofia
30-12-2002	Príncipe de Astúrias. Posse do Presidente Lula da Silva
5-10-2003	Rainha dona Sofia
22-2-2005	Príncipes de Astúrias a Brasília, Salvador e São Paulo.
17-7-2007	Príncipe de Astúrias: inauguração do Instituto Cervantes em Brasília.

Chefes do Governo

4-8-79	Adolfo Suárez
15-6-87	Felipe González
15-3-90	Felipe González
13-6-92	Felipe González: Cúpula da Terra
17-10-95	Felipe González
16-4-97	José María Aznar
27-6-99	José María Aznar: Cúpula UE-Iberoamerica-Mercosul
28-10-2003	José María Aznar
23-1-2005	José Luis Rodríguez Zapatero: Gira Ibero-americana junto com os Ministros de Asuntos Exteriores e de Cooperação e Indústria

Ministros de Asuntos Exteriores

31-3-71	Gregorio López Bravo
4-8-79	Marcelino Oreja
14-5-83	Fernando Morán, acompanhando aos Reis
7-4-87	Francisco Fernández Ordóñez
21-4-94	Javier Solana: Reunión UE – Grupo de Rio em São Paulo
17-10-95	Javier Solana
27-6-99	Abel Matutes: Cúpula UE-Iberoamérica-Mercosul
17-1-2003	Ana Palácios
22-7-2004	Miguel Angel Moratinos
23-1-2005	Miguel Angel Moratinos, acompanhando ao Presidente Zapatero
15-2-2006	Miguel Angel Moratinos

Outras personalidades

6-61	Alberto Ullastres, Ministro do Comércio
8-66	Gregorio López Bravo, Ministro de Indústria
8-66	Laureano López Rodo, Ministro Comissário do Plano de Desenvolvimento.
13-2-67	Pedro Nieto Antúnez, Ministro da Marinha
24-9-67	Faustino García Monco, Ministro do Comércio
2-5-72	Licínio de la Fuente, Ministro do Trabalho
17-9-72	Antonio María de Oriol y Urquijo, Ministro de Justiça
5-11-72	Laureano López Rodo, Ministro Comissário do Plano de Desenvolvimento.
8-12-72	José Maria Porcioles, Perfeito de Barcelona
7-10-73	Julio Rodríguez Martínez, Ministro de Educação
16-3-74	Gabriel Pita da Veiga, Ministro da Marinha
10-5-74	Alfredo Santos Blanco, Ministro de Indústria
21-5-74	Nemesio Fernández Cuesta, Ministro de Comércio
6-4-76	Joisé Luis Cerón, Ministro de Comércio
16-3-77	José Lladó y Fernández Urrútia, Ministro de Comércio
13-3-79	Jaime Lamo de Espinosa, Ministro de Agricultura
13-3-79	Delegação presidida por Carlos Robles Piquer, Secretário de Estado para Assuntos Exteriores
18-8-79	Juan Antonio García Díez, Ministro de Comércio e Turismo
20-2-80	Juan Rovira Tarazona, Ministro de Saúde e Seguridade Social
16-982	Santiago Rodríguez Miranda, Ministro do Trabalho
26-9-84	Guillermo de la Dehesa, Secretário Geral de Comércio, do Ministério de Economia e Fazenda
19-5-86	Jordi Carbonell, Secretário Geral do Ministério de Agricultura

15-6-87	Carlos Solchaga, Ministro de Economia e Fazenda e Javier Solana, Ministro de Cultura e Portavoz do Governo, acompanhando ao Presidente Felipe González
30-1-88	Fernando Ledesma, Ministro de Justiça
26-4-88	Luis Yáñez, Secretário do Estado para a Cooperação Internacional e Ibero-américa
30-5-88	Abel Caballero, Ministro de Transportes, Turismo e Comunicações
31-8-88	Jordi Pujol, Presidente da Generalitat da Catalunya
29-6-89	Manuel Fraga Iribarne, Presidente do Partido Popular
17-9-90	Luis Yáñez, Secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Ibero-américa
27-12-90	Barco Escola Juan Sebastián Elcano
11-11-91	Leopoldo Calvo Sotelo, ex-presidente do governo
18-11-91	Juan Manuel Eguiagaray, Ministro para as Administrações Públicas
24-11-91	Manuel Fraga Iribarne, Presidente da Xunta da Galicia
10-5-92	José Borrell, Ministro de Obras Públicas e Transportes: Cúpula da Terra (Rio de Janeiro)
30-12-94	Narcis Serra, Vice-presidente do Governo: Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso
23-3-95	Manuel Fraga, Presidente da Xunta da Galicia
26-6-95	Juan Manuel Eguiagaray, Ministro de Indústria e Energia
10-9-95	José Maria Aznar, Presidente do Partido Popular
21-9-95	José Luis Dicenta, Secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Ibero-américa
22-11-96	Josep Piqué, Ministro de Indústria e Energia
23-11-96	Felipe González, Secretário Geral do PSOE
16-4-97	Fernando Villalonga, Secretario e Estado de Cooperação Internacional e Ibero-américa, acompanhando al Presidente Aznar.
15-7-97	Manuel Fraga, Presidente da Xunta da Galicia
26-8-97	José Manuel Romay Beccaria, Ministro de Saúde
12-9-97	Jordi Pujol, Presidente da Generalitat de Catalunya: Reunião Mercosul (São Paulo)
7-3-98	Manuel Fraga, Presidente da Xunta da Galicia
23-9-98	Jordi Pujol, Presidente da Generalitat de Catalunya: Terceira Reunião Plenária do Círculo do Montevideo (Brasília)
29-3-98	Alberto Ruiz Gallardón, Presidente da Comunidade de Madri: Terceira Reunião Plenária do Círculo do Montevideo (Brasília)
29-3-98	José Antonio Ardanza, Presidente do Governo Basco
25-10-98	Fernando Villalonga, Secretário de Estado de Cooperação Internacional e Ibero-américa, acompanhando aos Reis na assinatura do Acordo de Paz entre Equador e Peru

18-4-99	Josep Piqué, Ministro de Indústria e Energia e Portavoz do Governo
4-7-99	Rodrigo Rato, Vice-presidente Segundo e Ministro de Economia e Fazenda
6-10-99	José Manuel Romay Beccaria, Ministro de Saude e Consumo
21-11-99	Manuel Fraga, Presidente da Xunta da Galicia
3-12-99	Mariano Rajoy, Ministro de Educação e Cultura
21-9-2000	Baltasar Garzón
15-9-2000	Miguel Sanz Sesma, Presidente da Comunidade Foral de Navarra
17-11-2000	Baltasar Garzón
22-11-2000	CESEDEN
8-11-2000	Juán José Lucas Giménez, Presidente da Junta de Castilha e Leão
12-1-2001	Delegação do Parlamento de Galicia
5-2-2001	Juan Costa Climent, Secretário de Estado de Comércio e Turismo
11-3-2001	José Folgado Blanco, Secretário de Estado de Economia, Energia e PIME
25-4-2001	Ana Birulés, Ministra de Ciência, Tecnologia e Comunicações
11-3-2002	Rodrigo Rato, Vice-presidente Segundo e Ministro de Economia: Reunião Anual do BID (Fortaleza)
21-3-2002	Ana Birulés, Ministra de Ciência e Tecnologia: Conferência dos Ministros de Ciência e Tecnologia da América Latina, Caribe e UE (Brasília)
3-7-2002	Miguel Ángel Cortés, Secretário de Estado de Cooperação Ibero-americana. Posse do Presidente Lula da Silva
8-1-2003	José Pedro Sebastián de Erice, Sub-secretario de Assuntos Exteriores
3-10-2003	Juan José Ibarretxe, Presidente do Governo Basco
1-6-2004	Juan López Aguilar, Ministro de Justiça: XVI Reunião dos Ministros da Justiça de Iberoamérica (Fortaleza)
29-6-2004	Cármén Calvo, Ministra de Cultura: Fórum Cultural Mundial (São Paulo)
6-10-2004	Vicente Álvarez, Presidente Principado do Astúrias
29-1-2005	Leire Pajin, Secretária de Estado de Cooperação Internacional: Foro Social Mundial (Porto Alegre)
11-5-2005	Elena Espinosa, Ministra de Agricultura, Pesca e Alimentação
29-5-2005	Jesús Caldera, Ministro de Trabalho e Assuntos Sociais
8-8-2005	Mª Teresa Fernández de la Vega, Vice-presidenta Primeira do Governo: Gira com Bernardino Leon e Leire Pajín
11-04-2006	Jesús Caldera, Ministro de Trabalho e Assuntos Sociais
22-5-2006	Juan Fernando López Aguilar, Ministro de Justiça

19-03-2007	Emilio Pérez Touriño, Presidente da Xunta de Galicia
29-03-2007	Leire Pajín, Secretária de Estado de Cooperação Internacional
09-04-2007	Delegação Parlamento Espanhol
29-5-2007	José Maria Aznar, ex-presidente do governo

2.- TRATADOS

28-5-19	Acordo Administrativo para o intercambio da correspondência diplomática em malas especiais.
28-11-49	Convênio sobre transportes aéreos regulares, protocolo adicional.
23-6-51	Acordo para regular o serviço das malas diplomáticas por via aérea
13-6 y 7-7-52	Intercâmbio do Notas modificando o quadro de rotas do Convênio sobre transportes aéreos regulares de 28 novembro 1949
25-6-60	Convênio Cultural. - BOE 9-6-65
25-6-60	Convênio Cultural. Em Vigor: 1-6-1965. BOE 9-5-65
13 y 21-10-60	Acordo sobre supressão do vistos nos passaportes de diplomatas
27-12-60	Acordo sobre Migração. Canje de Notas interpretativo e Canje de Notas relativo às reclamações judiciais e extrajudiciais. (Os artigos 41 a 51, ambos inclusive, ficaram substituídos pelo Convênio de Seguridade Social de 25 do Abril dos 1969, substituídos a sua vez pelo Convênio de Seguridade Social de 16 de Maio de 1991). BOE 5-8-64
16-5-62	Canje de Notas considerando expirados o 31 de março dos 1962, os Canjes de Notas comerciais e de pagos de 24 do julho de 1952 e estabelecendo novas disposições comerciais (Decisão do Conselho CEE, de 06 do Dezembro de 1993, autorizando a tácita econducción de 31 do dezembro de 1994. Se desconhece a sua aplicação na atualidade)
2-12-63	Canje de Notas sobre co-produção cinematográfica
11-8-64	Convênio de Cooperação Social. BOE 14-4-66
26-5 y 20-6-69	Canje de Notas aprovando novos cuadros de rotas
23-9-71	Acordos sobre higiene e saúde de veterinaria. BOE 6-3-72
14-11-74	Convênio para evitar a dupla imposição e prevenir a evasão fiscal na matéria dos impostos sobre a renda. Protocolo. BOE 31-12-75
7-8-79	Canje de Notas fixando a celebração das reuniões periódicas dos Ministros das Relações Exteriores

12-5-83	Acordo da Cooperação em no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. BOE 4-6-93
12-4-84	Acordo de Defesa fitosanitária. BOE 12-1-91
12-4-84	Canje de Notas sobre radio - amadores. BOE 31-7-87
2-2-88	Tratado da extradição
13-4-89	Acordo de Cooperação jurídica na matéria civil. BOE 10-7-91 e 13-8-91
13-4-89	Convênio Básico de Cooperação técnica, científica e tecnológica. Protocolo de Intenções. BOE 24-2-92
8-5 y 2-10-89	Canje de Notas relativo ao Convênio sobre transportes aéreos regulares de 28 de novembro de 1949, aprovando a Ata de 13 de maio de 1987. BOE 30-7-91
16-5-91	Convênio Seguridade Social
18-9/31-10-91	Canje de Notas modificando o Anexo do Convênio sobre transportes aéreos regulares de 28 do novembro de 1949
23-7-92	Tratado Geral de Cooperação e Amizade. BOE 8-7-94
23-7-92	Acordo Econômico integrante do Tratado Geral de Cooperação e Amizade. BOE 6-7-94
7-11-96	Tratado sobre o traslado dos presos
18-4-97	Acordo de Cooperação em matéria de Turismo. BOE 15-8-98
11-11-99	Acordo sobre cooperação em matéria da prevenção do consumo e controle do trafico de estupefacientes e substancias psicotrópicas
14-5-2002	Convênio complementar ao Convênio de Seguridade Social de maio de 1991
23-11-2005	Acordo administrativo para a aplicação do Convênio de seguridade social. Em Vigor: 23-11-2005. BOE 9-5-2006

ANEXO IV - INVERSIÕES DIRETAS DAS EMPRESAS ESPANHOLAS
POR SETOR DE DESTINO: 1993-2006

Empresa	Setor
ABN AMRO Holding ENXTAM:AABA	Serviços financeiros
Acerías y forjas de Azcoitia	Metalurgia
Alcatel Standard Electrica	Telecomunicações
Amper	Telecomunicações
BBVA	Entidades financeiras
BSCH	Entidades financeiras
Caixa	Entidades financeiras
Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona	Serviços financeiros
Caja Madrid	Entidades financeiras
Calvo Conservas	Pesca
Cie Automotive	Manufatura
Control de ITV	iTV
Corp. Industrial Engana	Partes e componentes
Corp. Patricio Echeverría	Metalurgia
CSI Planos	Engenharia
DMR Consulting España	Serviços
Empresa Nacional Elcano de la Marina Mercante	Transporte
Espiga Capital Inversiones	Ind. Química
Fagor Ederla Cooperativa	Manufatura
Gas Natural	Energia Elétrica
Gesfor	Serviços
Grupo Antolin Irausa	Partes e componentes
Grupo Auxiliar Metalúrgico	Partes e componentes
Grupo Dragados	Construção
Grupo Flex	Móveis e colchões
Grupo Santillana	Editorial
Guardian Glass España	Vidro
Iberchem	Ind. Química
Iberdrola	Energia Elétrica
Latinoamericana de Gestion Hotelera	Hoteleria
Lignotock	Partes e componentes
Maga	Serviços
Magnetti Marelli Ibérica	Material Elétrico
Mapfre	Seguros
Modragon Corp.	Partes e componentes
Obrascon Huarte Lain	Serviços
OHL	Serviços
Patagon internet bank	Serviços financeiros
Peguform	
Prosegur Cia de Seguridad	Serviços

Repsol YPF	Petróleo
Sidenor	Transf. Metálica
Tableros de Fibras TAFISA	Madeira
Talleres Fabio Murga	Partes e componentes
Tavsx Algodonera CATS:ASA	Têxtil
Telefónica	Telecomunicações
Unión Fenosa Gener.	Energia Elétrica
Unitronics Comunicaciones	Telecomunicações
Uralita	Construção
Veber España	Holdíng
Vicofan Ind. Navarra Envoltorios	Embalagens

ANEXO V - EMPRESAS ESPANHOLAS ESTABELECIDAS NO BRASIL

EMPRESA	SETOR DE ATIVIDADE	MATRIZ NA ESPANHA
Abengoa Construção Brasil Ltd	Engenharia	Abengoa S.A.
ACX do Brasil, Representações Ltda	Siderurgia- aço inoxidável	Acerinox S.A.
Ajusa do Brasil Ltda	Equipos, componentes e acessórios de automação	Auto Juntas S.A U-Ajusa
Alimatic, Alimentação Automática de Plásticos Ltda	Transformação de plásticos	Alimatic S.L.
Alona Laboratorios	Fabricação de produtos cosméticos e tintas capilares	Alosyl S.l.
Amara Brasil Ltda	Material elétrico e telecomunicações	Amara S.A.
Antex Ltda	Têxtil	Antex - Angles Textil, S.A.
Antolín - Sudamerica Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios de automação	Grupo Antolin - Irausa S.A.
Arteche EDC Equipamentos e Sistemas S.A.	Maquinaria e material elétrico	Electrotécnica Arteche Hermanos S.A.
Atlântica Agrícola do Brasil - Comércio e Serviços Ltda	Fertilizantes, adubos e corretores de solo	Atlántica Agrícola
Azud Brasil Ltda	Sistemas de irrigação e filtragem	Sistema Azud S.A.
Bargoa S.A.	Equipamentos de Telecomunicações	Abengoa S.A.
Bayes Forecast Sistemas de Atenção Dinâmica Ltda	Serviços de consultoria, administração e gestão	Bayes Decisión S.L.
Biotoools do Brasil Ltda	Biotecnologia	Biotoools Biotechnological & Medical Laboratories S.A.
Caixa Galicia (Brasil), Representações Ltda	Serviços bancários e de investimento - Representação	Caja de Ahorros de Galicia
Caucho Metal Productos Engebor do Brasil Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios de automação	Caucho Metal Productos II, S.L.
Cesde Ltda	Electrodomésticos	Electrodomésticos Taurus
Cia Brasileira de Amarras "Brasilmaras"	Metalurgia	Vicina y Cadenas S.A.
Clarke, Modet Propriedade Intelectual Ltd	Consultoria	Clarke Modet y Cia, S.L.
Cointer Brasil Ltda	Concessões infra-estruturas	Concesiones Intercontinentales S.L.
Comexi do Brasil Ltda	Impressoras flexográficas, laminadoras e cortadoras	Comexi Group
Copreci do Brasil Ltda	Componentes para eletrodomésticos	Copreci, Soc. Coop. Grupo Mondragón
Crédito y Caución do Brasil, Gestão de Riscos de Crédito e Serviços Ltda	Serviços anexos e seguros	Compañía Española de Seguros e Reaseguros Crédito y Caución

Crédito y Caucción Seguradora de Crédito á Exportação	Seguros	Compañía Española de Seguros e Reaseguros Crédito y Caucción
Crédito y Caucción Seguradora de Crédito de Garantías S.A.	Seguros	Compañía Española de Seguros e Reaseguros Crédito y Caucción
Cuatrecasas Consultoria em Negocios Ltda	Serviços jurídicos	Cuatrecasas Abogados S.L.
Cortume Brasil Ltda	Couro e peles curtidas	Curtidos Codina S.A.
Danobat do Brasil Ltda	Comercialização de máquinas-ferramenta	Danobat, Soc. Coop. Grupo Mondragón
Deten Quimica S.A.	Petroquímico	Compañía Española de Petróleos - CEPSA
Edições del Prado do Brasil	Editorial	Ediciones del Prado S.A.
Editorial Planeta do Brasil Ltda	Editorial	Editorial Planeta S.A.
Egoki Alliance do Brasil Ltda	Elementos de fixação - puxadores para móveis	Tiradores Egoki S.A.
Egorbe Brasil Comercio de Maquinas para Madeira Ltda	Maquinaria manipulação de madeira	Egurko S. Coop.- Grupo Mondragón
Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil S.A.	Energias renováveis	Iberdrola Renovables S.A.
Eptisa Brasil Ltda	Serviços de engenharia	Eptisa Servicios de Ingenieria S.A.
Esteban do Brasil Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios de automação	Asientos Esteban S.A.
Facomsa da Amazonia Ltda	Metalurgico - Motocicletas	Fabricación componentes de motocicletas S.A.
Fagor Arrasate do Brasil Ltda	Maquinaria siderurgica	Fagor Arrasate Service Technology S.A. - Grupo Mondragón
Fagor Automation do Brasil Com. Imp. E Exportação Ltda	Comercialização de centros de controle numérico	Fagor Automation, Soc. Coop. - Grupo Mondragón
Fagor Ederlan Brasileira Autopeças Ltda	Equipamentos , componentes e acessórios automotivos	Fagor Ederlan, Soc. Coop.- Grupo Mondragón
Genebre do Brasil Intermediações de Negocios Ltda	Equipamentos para manipulação de fluidos	Genebre S.A.
Gesaworld do Brasil Consultoria em Sistemas e Gestão de Saúde Ltda	Serviços de consultoria em setor sanitário e hospitalar	Gesaworld S.A.
Gestamp Gravataí Industria de Autopeças S.A.	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Gestamp Automoción S.L.
Gestamp Paraná S.A.	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Gestamp Automoción S.L.
Grifols Brasil Ltda	Instrumental médico hospitalar	Grifols S.A.
Hispar satélites S.A.	Telecomunicações	Hispasat S.A.
Hispasat Brasil Ltda	Telecomunicações	Hispasat S.A.
HR do Brasil Ltda	Componentes eletrônicos	Diemen S.A.
Iberdrola Consultoria e Serviços do Brasil Ltda	Engenharia e construção	Iberdrola Ingenieria y Construcción S.A., Iberinco
Iberdrola Energia do Brasil Ltda	Energia Eletrica	Iberdrola S.A.
Iberia Líneas Aéreas de España	Transporte Aéreo	Iberia Líneas Aéreas de España S.A.

Idom Consultoria Ltda	Engenharia, arquitetura e Consultoria	Idom S.A.
Infinity System do Brasil S.A.	Informática e Hardware	Infinity System S.L.
Intertrim Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Grupo Antolin - Irausa S.A.
Iramec Autopeças S.A.	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Grupo Antolin - Irausa S.A.
Irizar Brasil Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Irizar Soc. Coop. - Grupo Mondragón
Kondia do Brasil Indústria e Comércio Ltda	Máquina-ferramenta	Kondia M.E. Taldea S.L.
Mango Brasil Comercial Ltda	Moda e complementos	Punto Fa S.L.
Mantraco do Brasil Comercial Ltda	Iluminação	Global manufacturing & Trading Company S.L.
MB Metalbages do Brasil Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Gestamp Automoción S.L.
MCC Mondragon Brasil Ltda	Representação corporativa e promoção de negócios	Mondragón Corporación de Comercio Internacional S.A. MCC Internacional
Medidata Informatica S.A.	Terminologia da informação e comunicação	Hemisferio Norte S.A., Grupo Amper
Mirvi Brasil Ltda	Embalagens de plástico	Betapack
Murta Energetica S.A.	Energia Elétrica	Eptisa Servicios de Engenharia S.A.
Neoenergia S.A.	Energia	Iberdrola S.A.
Ocelibros Brasil Importação e Comercio de Livros Ltda	Editorial	Editorial Oceano
Olivé Química do Brasil Ltda	Produtos químicos	Olivé Química
Orkli do Brasil. Industria de Controles para electrodomesticos	Climatização e equipamentos para manipulação de fluidos	Orkli S. Coop.- Grupo Mondragón
Paranoa Ind. De Borracha S.A.	Equipamentos para manipulação de fluidos	Cikautxo s. Coop.- grupo Mondragón
Pastor Representações Ltda	Serviços Bancários e de investimento. Representação	Banco Pastor
Pescanova Brasil Ltda	Pesca, acuicultura, processamento de pescados	Pescanova S.A.
Pinord do Brasil Importadora e Exportadora Ltda	Importação bebidas e alimentos	Bodegas Pinord
Repsol YPF Brasil S.A.	Petróleo e gás	Repsol YPF S.A.
Roca Brasil Ltda	Aparelhos sanitários e torneiras	Roca Corporación Empresarial S.A.
Rotatek Brasil Equipamientos Gráficos Ltda	Maquinaria para artes gráficas	Rotatek S.A.
Sabadell Brasil Trade Services Assesoria Comercial Ltda	Serviços Bancários e de investimento. Representação	Banco de Sabadell S.A.
Samec Carioca Sociedade Mecanica Ltda	Produtos siderurgicos para maquinaria de elevação	Perfiles Especiales Selak S.L.
Sanchez Cano Ltda	Confeitaria	Sánchez Cano S.A.

Shad do Brasil	Acessórios para motos (baús e capacetes)	NAD S.L.
Temoina do Brasil Ltda	Equipamento para material rodante	Técnicas Modulares e Industriales S.A.
Trimtec Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Grupo Antolin - Irausa S.A.
Ulma Brasil Andamies, Formas e Escoramento Ltda	Material de construção	Mondragón Corporación Cooperativa
Ulma Brasil Formas e Escoramentos Ltda	Materiais auxiliares para construção	Ulma C. Y S. Coop.- Grupo Mondragón
Ulma Packing Ltda	Fabricação de equipamentos e sistemas de embalagem	Ulma C. Y S. Coop.- Grupo Mondragón
Uria & Menendez Ltda	Serviços jurídicos	Uria Menéndez y Cia Abogados S.L.
Zanini do Brasil Ltda	Equipamentos, componentes e acessórios automotivos	Zanini Autogrup S.A.
Ziv do Brasil Ltda	Equipamentos de Telecomunicações	Ziv Aplicaciones y Tecnología S.L.

**ANEXO VI- AQUISIÇÃO DE EMPRESAS PRODUTORAS DE
BIOCOMBUSTÍVEIS (2005 – 2007)**

USINAS ADQUIRIDAS	GRUPO COMPRADOR	ORIGEM DO CAPITAL
2005		
Destivale	Cosan e FBA	Brasil e França
Destilateria Tuntum	Grupo EQM	Brasil
Marca União, outras marcas	Nova América	Brasil
Usina Galo Bravo	José Alberto Abrão Miziara e Marcelo Marques	Brasil
Usina Novagro (Atual Santa Fé)	Grupo Safi	Itália
Usina Corona	Cosan	Brasil
Usina Alcana	Evergreen	Reino Unido
Usina Mundial (ex Alcomira)	Cosan	Brasil
2006		
Destilateria Araguaia	Grupo EQM	Brasil
Usina Corona	Cosan	Brasil
Usina Monte Alegre	Adeco Agropecuaria	Argentina
Copernavi	Kidd & Company	EUA
Usina Bom Retiro	Cosan	Brasil
Cristal Destilateria de Alcool (Cridasa)	Evergreen	Reino Unido
Cevasa	Gargrill	EUA
Cocamar Cooperativa Agroindustrial	Grupo Santa Terezinha	Brasil
Usina em construção do Grupo Petribu (em Tanabi)	Açúcar Guaraní (Tereos)	França
2007		
Petribu Paulista	Noble Group	Hong Kong
Tavares de Melo	Luis Dreyfuss	França
Destilateria Parapanema	Biofuel AS	Noruega
Usaciga	Clean Energy Brasil	Reino Unido
Usina Boa Vista	Mitsubishi Corporation	Japão
Santa Luiza	Etanol Participações Brasil	

Fonte: KPMG